

SEMINÁRIOS DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO

<u>DIA</u> <u>GRUPO A</u>	<u>DIA</u> <u>GRUPO B</u>	<u>NÚMERO DA</u> <u>PALESTRA</u>	
23-X-M	23-X-M	(1)	Explicação e Objetivo do Curso - <u>DURMEVAL TRIGUEIRO</u>
23-X-T	23-X-T	(2)	Reforma do Sistema Administrativo Federal - <u>MIN. DE PLANEJAMENTO</u>
24-X	24-X	(3)	Repercussões da Reforma no Ministério de Educação. <u>EDSON FRANCO</u>
25-X	26-X	(4)	Repercussões da Reforma nos Estados e nas Relações Federação-Estados - <u>CARLOS MACIEL</u>
26-X	25-X	(5)	Organização das Secretarias quanto às suas Funções. <u>DURMEVAL TRIGUEIRO</u>
27-X	30-X	(6)	Discriminação e Estrutura dos Órgãos Fins e Descen- tralização Pedagógica - <u>MICHEL DEBRUN</u>
31-X	1-XI	(7)	Discriminação e Estrutura dos Órgãos Meios e Descen- tralização Administrativa - <u>MICHEL DEBRUN</u>
30-X	27-X	(8)	Instrumentos da Nova Estrutura Administrativa e Cen- tro de Informações, Estatística e Cadastro-DOCUMENTO BR - <u>JACQUES TORFS</u>
1-XI	31-X	(9)	Doutrina: Planejamento e Planejamento Educacional. Educação na Estrutura das Contas Sociais. Documentos AD e BQ - <u>JACQUES TORFS</u>
2-XI	3-XI	(10)	Alguns Métodos de Planejamento - <u>MICHEL DEBRUN</u>
3-XI	2-XI	(11)	Metodologia Proposta: Plano de Emergência (Documen- to BE) - Determinação dos Objetivos, Análise da Si- tuação, Concretização dos Objetivos, Escolha entre Meios Alternativos. O Modelo do Ministério de Plane- jamento - Documento: <u>PLAN.DECENAL.</u> - <u>IPEA</u>

cont.

<u>DIA</u>	<u>DIA</u>	<u>NÚMERO DA</u>	
<u>GRUPO A</u>	<u>GRUPO B</u>	<u>PALESTRA</u>	
6-XI	7-XI	(12)	Análise da Situação Qualitativa e Quantitativa do Ensino - <u>CARLOS MACIEL</u>
7-XI	6-XI	(13)	Informações necessárias pela elaboração dos Planos - Documento BD e BE - Matemática Educacionais (cálculo da Matrícula Nova, da Repetição, da Deserção etc.) - Documento BP - <u>JACQUES TORFS</u>
8-XI	9-XI	(14)	Pressupostos Pedagógicos do Planejamento Educacional - <u>DURMEVAL TRIGUEIRO</u>
9-XI	10-XI	(15)	Realização das Metas e Objetivos - Modificação das Estruturas - Expansão do Sistema - Fixação dos Preços - Compatibilização - Avaliação - <u>IPEA</u>
10-XI	10-XI	(16)	Mecanismo Administrativo necessário à Formulação, Elaboração, Implantação, Execução e Avaliação dos Planos. Documento BF e BG - <u>JACQUES TORFS</u>
13-XI	14-XI	(17)	Financiamentos e Custos da Educação - Documento AG. <u>IPEA</u>
14-XI	13-XI	(18)	Técnicas de Apresentação dos Orçamentos-Programas como instrumento da política Educacional - <u>IPEA</u>
15-XI	16-XI	(19)	Rotinas Administrativas: Administração dos Fundos da União pelos Estados - <u>MIN. da EDUCAÇÃO</u>
16-XI	15-XI	(20)	Constituição e Preservação de Instâncias Técnicas de alto nível; Seleção, Treinamento e Remuneração de Especialistas - <u>MICHEL DEBRUN</u>
17-XI	17-XI	(21)	Pressupostos e condições institucionais, culturais e geo-econômicas do Planejamento - Conclusões - <u>DURMEVAL TRIGUEIRO</u>

Nº 8/3

Rio de Janeiro, 1 de novembro de 1967

A: Senhorita Thelma do Amaral

Secretaria Executiva da Comissão
de Organização do Primeiro Ciclo
de Estudos Sobre Planejamento e
Administração Educacionais.

Secretaria Geral.

Ministério de Educação

Muito estimada Senhorita,

Fiz cópias em 100 exemplares, e tenho no escritório do
CEOSE-UNESCO - Voluntários da Pátria nº 107, à disposição da Senhorita para
distribuição aos 100 estagiários do 1º Ciclo de Estudos sobre Planejamento e
Administração, os seguintes documentos:

Documento AD. Definição Geral dos Planos

- PALESTRAS (7) e (9)

Documento AJ. Receitas e Despesas com o ensino

- PALESTRA (16)

Documento ED. Conteúdo de um Plano Estadual de Educação

- PALESTRA (11)

Documento BE. Conteúdo de um Plano Estadual de Emergências

- PALESTRA (11)

Documento BP. Matemáticas Educacionais

- PALESTRA (11)

Documento BO. Recomendações sobre Organização Administrativa dos Sistemas de
Planejamento Educacional (Sta. Catarina)

- PALESTRAS (15) e (11)

Documento BK. Recomendações sobre a Reforma Administrativa das Secretarias de
Educação (Rio G. do Sul)

- PALESTRA (15)

Esses documentos, e o Tomo VI (sôbre Desenvolvimento Social) do Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (Ministério de Planejamento que agradece-lhe-ia pedir ao Dr. Arlindo e também deveria ser distribuído a todos os estagiários, contém o texto integral ou o conteúdo de tôdas as palestras que darei, pessoalmente, ou em colaboração com o Dr. Arlindo Lopes Correa ou nos quais participarei durante o período de apresentação do Ciclo, e, especificamente, as palestras 7, 9, 11, 15, e 16.

Muito agradecer-lhe-ia chamar a Dona Regina, Secretária Executiva dos CEOSE, para indicar-lhe onde e quando converia mandar-lhe êstes documentos.

Permito-me confirmar, e rogo-lhe assinalar ao Dr. Franco que viajarei para a França no dia 6 de novembro e regressarei a 29 de novembro pela manhã, isto é, em tempo útil para participar da minha primeira palestra nº 9.

Da Senhorita muito atentamente .

Jacques Torfs
JACQUES TORFS

cc.: Mr. John Howe, Chefe da Missão
da UNESCO no Brasil

Dr. Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador Geral dos CEOSE

Br. Arlindo Lopes Correa

Mr. Debrun

Arquivo

Nº 8/5

Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1967

À: Sra. D. Thelma do Amaral
Secretaria Executiva da Comissão
de Organização do 1º Ciclo de
Estudos sobre Planejamento e
Administração Educacionais.
Secretaria Geral.
Ministério da Educação

De: Michel Debrun, Perito da UNESCO

Prezada Sra.

Ficarão à sua disposição a partir do dia 9, no escritório CROSE-UNESCO (Voluntários da Pátria nº 107), para a distribuição aos estagiários do I Ciclo de Estudos sobre Planejamento e Administração Educacionais, 100 exemplares de cada um dos seguintes documentos:

1. Palestra nº 5:

a) "Os órgãos-fins das Secretarias de Educação e a descentralização do ponto de vista pedagógico".

b) "A Divisão (ou Seção) de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério Primário".

2. Palestra nº 6:

"Os órgãos-meios das Secretarias de Educação e a descentralização do ponto de vista administrativo".

3. Palestras nºs. 5 e 6:

"Princípios de Reforma Administrativa", documento elaborado em decorrência do CROSE de Santa Catarina.

No referente à Palestra nº 8, "Discussão de Modelos de Planejamento", mandar-lhe-hei o texto, em 100 exemplares, até o próximo dia 20.

No concernente aos Estados dos quais fiquei encarregado, a situação é a seguinte:

1. Maranhão: transmiti-lhe um telegrama da SEC, com vários nomes; grifei os três nomes que eu sugeria.
2. Piauí: é provável que o Prof. Merval Jurema, da SEC de Pernambuco, vá até Teresina, por ocasião da viagem que fará, nos próximos dias, a Natal e Fortaleza, em relação à escolha dos estagiários do Rio Grande do Norte e do Ceará. Seria bom, porém, mandar novo telegrama à SEC, que, até o momento, não se manifestou.
3. Paraíba: o Prof. Durmeval Trigueiro, atualmente em João Pessoa, trará de volta os nomes, já praticamente acertados.
4. Sergipe: não houve, ainda, resposta às várias cartas e ao telegrama que eu mandei para a SEC, solicitando nomes; é bom telegrafar novamente.
5. Alagoas: transmiti-lhe o telegrama do Sr. Secretário, mencionando que está disposto a mandar três estagiários; seria conveniente pedir por telegrama os nomes (é possível, mas não certo, que o Prof. Carlos Maciel tenha ido a Maceió, para colaborar com autoridades locais, nessa escolha).
6. Mato Grosso: o Sr. Wilson Rodriguez já fez todas as gestões necessárias, no Mato Grosso, e lhe comunicará em breve os nomes dos escolhidos (um deles sendo, provavelmente, ele próprio). Tels. de Prof.: Escritório, 42-6969 - Residência, 34-5305.
7. Santa Catarina: o telegrama da SEC, que eu lhe transmiti, indica dois nomes; seria conveniente pedir por telegrama, ao Estado, qual o terceiro indicado.

Permito-me lembrar ao Dr. Edson Franco e à Sra., que viajarei dia 5 para a França, afim de assistir a um Seminário de Planejamento Educacional organizado pela UNESCO, e que regressarei ao Brasil dia 29 de novembro, em tempo conveniente para dar a minha 1ª Palestra, dia 1º de dezembro.

Colho este ensejo para renovar-lhe os protestos de minha alta estima e consideração.

MICHEL DERRUN

BAHIA

- * (1) Prof. Joaquim Coutinho - Assessor de Planejamento. Membro do Grupo de Trabalho para o Plano de Educação e Plano de Emergência.
- ** (2) Prof. Otávio Mansur de Carvalho - Coordenador do Convênio MEC/USAID/SUDENE.
- (3) Profª. Maria Isabel Bittencourt de Oliveira Dias. Técnica de Educação. Assessor Técnico do Secretário de Educação. Membro do Grupo de Trabalho para o Projeto de Estrutura da Secretaria e Plano de Emergência.
- (4) Prof. Hilderico Pinheiro de Oliveira - Diretor do DECEME (Divisão de Estudos e Execução de Convênio, Expansão e Manutenção do Ensino) e membro do Grupo de Trabalho para o Plano de Educação.

CEARÁ

- (1) Dr. José Themio Beserra Ieras - Diretor do Departamento de Construção Escolar, D.P.A.
- (2) Prof. Eng. F. Nelson Chaves - Vice Presidente da Comissão Central de Ensino da Universidade do Ceará.
- (3) Maria Antonieta Gals de Oliveira - Diretora do Departamento de Ensino do 1º Grau da Secretaria de Educação.

GOIÁS

- * (1) Luiz Fernando Valadares - Assessor Jurídico da COPLAN (Comissão Executiva do Plano de Educação).
- (2) Mary Machado Alvim
- (3) Alzira Meireles.

PARANÁ

- (1) Profª. Zélia Pavão - Assessora da FUNDEPAR. Educação e Estatística. Profª de Estatística. Faculdade de Filosofia da Universidade Federal.
- (2) Prof. Luiz Carlos Sibut - Assessor da FUNDEPAR. Prof. de Administração Pública, Faculdade Católica de Ciências Econômicas. Prof. da Escola de Oficiais Especialistas da Aeronautica.
- (3) Prof. Raschmann - Assessor de Planejamento. Secretaria de Educação e Cultura.

RIO GRANDE DO NORTE

- (1) Dr. João Wilson - Presidente do Conselho Estadual de Educação. Professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- (2) Eunice Correia da Costa - Coordenadora-Chefe do Planejamento da Secretaria de Educação.

SANTA CATARINA

- ** (1) Silvio Coelho dos Santos - Coordenador da Pesquisa. Faculdade Estadual de Educação.
- (2) Orlando Ferreira de Melo - Reitor da Universidade para o Desenvolvimento de Santa Catarina. Presidente do Conselho Estadual de Educação.
- ** (3) Oswaldo Ferreira de Melo - Diretor da Faculdade de Educação. Membro do Conselho Estadual de Educação.

RIO GRANDE DO SUL

- (1) Prof. Faquin - Chefe do Grupo de Planejamento do Conselho Estadual de Educação.
- (2) Prof. Edil Fracasso - do Conselho Estadual de Educação.

SEMINÁRIOS DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO

Objetivos dos Seminários

1. Gerais:

- a) Contribuir para a redefinição da infra-estrutura administrativa dos sistemas educacionais, com vistas à introdução do planejamento racional da educação;
- b) elaborar a metodologia desse planejamento.

2. Circunstancial: capacitar os estagiários para a elaboração, em 1968, dos planos de emergência a serem executados em 1969.

A 1ª fase do curso, que terá lugar de 23 de outubro a 18 de novembro, dará ênfase ao objetivo circunstancial, só considerando os objetivos gerais na medida do seu relacionamento básico com o outro.

Programa

I - Reforma Administrativa dos órgãos diretores da educação:

1. Finalidades da Reforma:

- a) Melhorar o rendimento rotineiro da máquina administrativa;
- b) implantar o arcabouço do planejamento.

2. Princípios: adequação à reforma administrativa geral; supressão das excrescências conjunturais ("setores especiais"); separação relativa dos órgãos encarregados da elaboração da política educacional e dos encarregados da sua execução; no nível executivo, separação entre atividades administrativas e pedagógico-culturais; descentralização dos sistemas educacionais, segundo uma dupla linha, administrativa e pedagógico-cultural; continuidade das orientações básicas, em que pese às mudanças governamentais, mediante a implantação de uma Função Pública de alto nível;

- X 3. Problemas de articulação, quer entre os vários níveis (federal, estadual, municipal), quer entre os vários setores (educacional, econômico, etc ...); articulações desejáveis, principalmente em função das exigências do planejamento, do ponto de vista dos mecanismos administrativos e da viabilidade política;

BG 4. Órgãos específicos do Planejamento Educacional

BR 4. Instrumentos da nova estrutura administrativa: [8]

X fichários, cadastros, estatísticas, tratamento mecanográfico ou eletrônico da informação.

II - Planejamento da Educação:

Essa 1ª fase do curso versará sobre aspectos econômicos da educação, não comportando, porém, considerações econométricas; super-se-à que os objetivos visados pelo planejamento são predominantemente de caráter cívico-cultural e dizem respeito, sobretudo, ao desenvolvimento dos ensinos primário, ginásial, (e de base). Há de salientar, aliás, que esses objetivos são os únicos, no momento, que possam equacionar e promover os sistemas estaduais.

1. Conceito de Planejamento Educacional:

- ~~AD~~ BQ a) O que é um plano educacional;
X AD b) Planejamento educacional e planejamento global. ~~AD~~

(BG) X 2. Responsabilidades e encargos no campo do planejamento educacional.

(Órgãos específicos de Planejamento Educacional).

3. Metodologia do Planejamento Educacional:

- X A) Discussão de alguns métodos (da UNESCO, do Plano Francês, etc ...).

Método EREA

B) Metodologia Proposta:

- X a) Determinação dos objetivos, de acordo com exigências legais, recomendações de conferências nacionais ou internacionais, objetivos do planejamento global, etc ...);
b) análise da situação educacional e avaliação dos recursos disponíveis para o planejamento;
c) concretização dos objetivos, eventualmente corrigidos à luz desse duplo balanço e de uma compatibilização intersectorial, em metas escalonadas no tempo;

- X d) escolha entre meios alternativos de realização das metas (e ampliação eventual de algumas delas, em função dos recursos liberados pela adoção de meios educacionais mais econômicos);
- X e) execução e revisão periódica do plano.

Salientar-se-á que a sucessão dessas etapas é mais lógica do que cronológica, havendo possibilidade de certa simultaneidade entre algumas etapas.

4. Técnicas de planejamento educacional:

Entender-se-ão por técnicas de planejamento educacional, ou técnicas usadas pelo processo de planejamento educacional, os modos de:

- BP X ^{Matemáticas} - avaliar fenômenos como a deserção escolar, o grau de correspondência entre determinada faixa etária e determinado nível escolar, etc.
- X - avaliar as despesas de educação, em particular os custos unitários;
- AG X - racionalizar essas despesas;
- X - estabelecer orçamentos-programas, etc ...
- promover o atendimento regular da massa escolar e a continuidade orgânica entre os vários níveis.

BD-BE X ^{Reengamento}

BG-BF X ^{Estrutura administrativa específica}

5. Pressupostos e condições institucionais, culturais e geo-econômicas do planejamento:

- a) A viabilidade política do plano no nível estadual e nos níveis superiores de integração: regional e federal. Mecanismos administrativos que tal viabilidade pressupõe. Criação ou reformulação de instâncias técnicas, e sua articulação com as instâncias de poder. A participação do esforço privado e do esforço público nas diferentes áreas administrativas num planejamento integrado;
- b) as crenças e pre-juízos sobre a eficácia da educação como fator de desenvolvimento. As contra-verdades da educação brasileira. Atitudes arcaicas ligadas ao valor simbólico da educação; mudanças dos padrões de educação impostas pelas atuais condições sociais. Desenvolvimento das comunidades locais no Brasil: o complexo de fatores que nêle intervêm e o papel da educação dentro de tal conjunto.

- e) reflexos no planejamento educacional das peculiaridades geo-econômicas das várias regiões do país, e das diferenças entre os vários tipos de comunidade, do ponto de vista da urbanização. A desconexão existente no país entre a política da formação de mão-de-obra e de quadros profissionais e as condições de sua absorção pelo mercado de trabalho.

O chamado "Plano de Metas da Educação Nacional"
no é mais ~~que~~ que uma lista de intenções e
~~objetivos~~ vagos e gerais, que se ~~to~~ foram claramente
justificadas por estudos científicos, poderiam
possivelmente constituir ~~algumas das~~ ~~algumas~~ ~~do~~
~~do temas~~ ~~algumas~~ dos objetivos ~~do plano~~ de um
plano verdadeiro.

Nas condições atuais, essas intenções ~~refletam~~ a
~~se~~ são inocuas.

SEMINÁRIOS DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO

<u>GRUPO A</u>	<u>GRUPO B</u>	
23-X-M	23-X-M (1)	Explicação e Objetivo do Curso - <u>DURMEVAL TRIGUEIRO</u>
23-X-T	23-X-T (2)	Reforma do Sistema Administrativo Federal - <u>MIN. DE PLANEJAMENTO</u>
24-X	24-X (3)	Repercussões da Reforma no Ministério de Educação <u>EDSON FRANCO</u>
25-X	26-X (4)	Repercussões da Reforma nos Estados e nas Relações Federação-Estados - <u>JACQUES TORRES</u>
26-X	25-X (5)	Organização das Secretarias quanto às suas Funções. <u>DURMEVAL TRIGUEIRO</u>
27-X	30-X (6)	Discriminação e Estrutura dos Órgãos Fins e Descen- tralização Pedagógica - <u>MICHEL DEBRUN</u>
31-X	1-XI (7)	Discriminação e Estrutura dos Órgãos Meios e Descen- tralização Administrativa - <u>MICHEL DEBRUN</u>
30-X	27-X (8)	Instrumentos da Nova Estrutura Administrativa e Cen- tro de Informações, Estatísticas e Cadastro-DOCUMENTO BR - <u>JACQUES TORRES</u>
1-XI	31-X	
1-XI	31-X (9)	Doutrina: Planejamento e Planejamento Educacional. Educação na Estrutura das Contas Sociais. Documentos AD e BQ - <u>JACQUES TORRES</u>
2-XI	3-XI (10)	Alguns Métodos de Planejamento - <u>MICHEL DEBRUN</u>
3-XI	2-XI (11)	Metodologia Proposta: Plano de Emergência (Documen- to BE) - Determinação dos Objetivos, Análise da Si- tuação, Concretização dos Objetivos, Escolha entre Meios Alternativos. O Modelo do Ministério de Plane- jamento - Documento: <u>PLAN.DECENAL</u> - <u>ARLINDO LOPES CORREA</u>

cont.

<u>GRUPO A</u>	<u>GRUPO B</u>		
6-XI	7-XI	(12)	Análise da Situação Qualitativa e Quantitativa do Ensino - <u>CARLOS MAGIEL</u>
7-XI	6-XI	(13)	Informações necessárias pela elaboração dos Planos - Documentos BD e BE - Matemática Educacionais (cálculo da Matrícula Nova, da Repetição, da Deserção etc.) - Documento BP - <u>JACQUES TORRES</u>
8-XI	9-XI	(14)	Pressupostos Pedagógicos do Planejamento Educacional - <u>MICHEL DEBRUN</u>
9-XI	10-XI	(15)	Realização das Metas e Objetivos - Modificação das Estruturas - Expansão do Sistema - Fixação dos Preços - Compatibilização - Avaliação. <u>ARLINDO LOPES CORREA</u>
10-XI	10-XI	(16)	Mecanismo Administrativo necessário à Formulação, Elaboração, Implantação, Execução e Avaliação dos Planos. Documento BF e BG - <u>JACQUES TORRES</u>
13-XI	14-XI	(17)	Financiamentos e Custos da Educação - Documento AG - <u>ARLINDO LOPES CORREA</u>
14-XI	13-XI	(18)	Técnicas de Apresentação dos Orçamentos-Programas como instrumento da política Educacional - <u>MIN. DE PLANEJAMENTO.</u>
15-XI	16-XI	(19)	Rotinas Administrativas: Administração dos Fundos da União pelos Estados - <u>MIN. da EDUCAÇÃO</u>
16-XI	15-XI	(20)	Constituição e Preservação de Instâncias Técnicas de alto nível; Seleção, Treinamento e Remuneração de Especialistas - <u>MICHEL DEBRUN</u>
17-XI	17-XI	(21)	Pressupostos e condições institucionais, culturais e geo-econômicas do Planejamento. - Conclusões - <u>BURNEVAL TRIGUEIRO</u>

	<u>GRUPO A</u>	<u>GRUPO B</u>
S 23 M	(1) DURMEVAL	(1) DURMEVAL
T	(2) MIN. PLAN.	(2) MIN. PLAN.
T 24 M	(3) E. FRANCO	-
T	() -	(3) E. FRANCO
Q 25 M	(4) TORFS	(5) DURMEVAL
T	SEMINÁRIO (4)	SEMINÁRIO (5)
Q 26 M	(5) DURMEVAL	(4) TORFS
T	SEMINÁRIO (5)	SEMINÁRIO (4)
S 27 M	(6) DEBRUN	(8) TORFS
T	SEMINÁRIO (6)	SEMINÁRIO (8)
S 28	<hr/>	
D 29	<hr/>	
S 30 M	(8) TORFS	(6) DEBRUN
T	SEMINÁRIO (8)	SEMINÁRIO (6)
T 31 M	(7) DEBRUN	(9) TORFS
	SEMINÁRIO (7)	SEMINÁRIO (9)
Q 1 M	(9) TORFS	(7) DEBRUN
T	SEMINÁRIO (9)	SEMINÁRIO (7)
Q 2 M	(10) DEBRUN	(11) ARLINDO
T	SEMINÁRIO (10)	SEMINÁRIO (11)
S 3 M	(11) ARLINDO	(10) DEBRUN
T	SEMINÁRIO (11)	SEMINÁRIO (10)
S 4		

20/9/67

2ª versão

GRUPO AGRUPO B

D 5

S 6 M

(12) MACIEL

(13) TORFS

T

SEMINÁRIO (12)

SEMINÁRIO (13)

T 7 M

(13) TORFS

(12) MACIEL

T

SEMINÁRIO (13)

SEMINÁRIO (12)

Q 8 M

(14) DEBRUN

(15) ARLINDO

T

SEMINÁRIO (14)

SEMINÁRIO (15)

Q 9 M

(15) ARLINDO

(14) DEBRUN

T

SEMINÁRIO (15)

SEMINÁRIO (14)

S 10 M

(16) TORFS

(16) TORFS

T

SEMINÁRIO (16)

SEMINÁRIO (16)

S 11

D 12

S 13 M

(17) ARLINDO

(18) MIN. PLAN.

T

SEMINÁRIO (17)

SEMINÁRIO (18)

T 14 M

(18) MIN. PLAN.

(17) ARLINDO

T

SEMINÁRIO (18)

SEMINÁRIO (17)

Q 15 M

(19) MIN. EDUCAÇÃO

(20) DEBRUN

T

SEMINÁRIO (19)

SEMINÁRIO (20)

Q 16 M

(20) DEBRUN

(19) MIN. EDUCAÇÃO

T

SEMINÁRIO (20)

SEMINÁRIO (20)

S 17 M

(21) DURNEVAL

(21) DURNEVAL

T

SEMINÁRIO (21)

SEMINÁRIO (21)

S 18



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

RECIFE- PERNAMBUCO

Of. CRR nº 244 /67

Em 5 de outubro de 1967

Do Dr. Carlos Maciel

Aos Drs. Durmerval, Debrum, Torfs

Assunto

Durmerval, Debrum e Torfs:

Esta é para tratar do curso do CEOSE.

Recebi vários projetos e papéis. O último me foi enviado pelo Debrum e suponho que é o que está "em vigor". Por isso vou suprimir (a essa altura!) quaisquer veleidades de dar palpites, que seriam "pós-oportunos", e vou somente propôr o seguinte, quanto a minha participação, observando que em 2 e 3 de novembro estarei na Paraíba para o colóquio que Durmerval fêz promover sôbre o problema do vestibular.

Dessa forma:

1- Poderia estar no Rio na semana de 5 a 12 de 11.

2- Não gostaria de fazer uma palestra sôbre "repercussões de reforma administrativa nos Estados..." (~~o~~ não gosto dela, pelo mal que conheço), e não sei que "repercussões" ela já possa ter tido.

3- Também preferia fugir à "descrição" (palestra; "descrição quantitativa, etc") e passar para algo mais dinâmico.

Eu faria duas ou três palestras (vocês resolvem, conforme o calendário) sôbre o seguinte:

INEP — CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS DO RECIFE

RUA DOIS IRMÃOS N.º 92 — APIPUCOS

RECIFE — PERNAMBUCO

-2-

sugestões sôbre critérios, metas e normas metodológicas para o planejamento do ensino primário;
idem, idem para o ensino médio;
problemas relativos ao magistério primário e médio e tentativas de solução .

(Esta última poderia ser eliminada, ficando dissolvida nas outras duas).

Gostaria também de sugerir que a ordem das palestras (conforme o programa que me foi enviado pro Debrum), me parece ficaria melhor assim:

I - Reforma administrativa

Dias 23 a 27/10: Palestras 2,3,5,6 e 7.

II - Teoria do Planejamento

Dias 30 e 31/10

e 1 e 3/11: Palestras 19,8,9 e 14

III - Planejamento

Dias 6 a 10/11: Palestras 11,12,13,A e B

IV - Programação financeira

Dias 13 a 17/11: Palestras 15,16,17, W e 18.

Alguns esclarecimentos:

A e B seriam as ^{minhas} ~~menores~~ palestras (em lugar das numeradas como 4 e 10) (No caso de haver uma palestra "C" esta seria no sábado 11/11). W- seria uma palestra a introduzir sôbre: "A reforma tributária: as perspectivas comparadas de recursos financeiros da União, dos Estados e dos Municípios. Reflexos nos orçamentos educacionais" (Alguem do IPEA). X

Peço sua opinião sôbre isto (se concordam com a minha programação da minha parte).

Indago se achariam bom levar alguns exemplares dos trabalhos daqui do Centro, embora eu não pudesse levar

INEP — CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS DO RECIFE
RUA DOIS IRMÃOS N.º 92 — APIPUCOS
RECIFE — PERNAMBUCO

-3-

para todos os alunos.

Seguirá outra carta, amanhã sôbre o assunto
SUDENE/CEOSE.

Abraços



Carlos Frederico Maciel

Ilmo. Snr.
Dr. Durmerval Trigueiro
Gal. Glicério, 486 apto. 503
RIO DE JANEIRO - GB
CFM/ma

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ESTUDO DA MATRÍCULA DA PRIMEIRA SÉRIE DA ESCOLA PRIMÁRIA

Análise das estimativas do C.E.E. para 1960 e 1964

		1964	1960
População	P	6.028.000	5.149.000
% da pop. de uma faixa etária	v	0.028	0.028
Assistência Máxima Teórica	A _T	168.780	152.600
Coef. de Acessibilidade	y	0.913	0.9
Assistência Máxima Prática	A _P	154.000	137.340
Deserção	°d	supõe-se = 0	supõe-se = 0
Matrícula Nova Líquida (longo prazo)	^a N ₁	154.000	137.340
Taxa de crescimento da pop.	r	1.0265	1.0265
Faixas etárias disponíveis	f	8	8
Nº de períodos ou de zonas de expansão do sistema	t	293	289
Matrícula Nova Líquida inicial	n	app. 0.382	app. 0.382
Coef. de sobre-matrícula	c	1.0238	1.0241
Índice de crescimento da Matrícula Nova Líquida	h	1.03	1.03
Matrícula Nova Bruta (incluindo sobre-matrícula)	^a N ₂	157.665	140.650
Índice de crescimento da Matrícula Nova Bruta	u	1.0299	1.02958
Número de repetentes	R ₁	249.335	220.350
Sobre-matrícula	R ₂	3.665	3.310
Repetentes e sobre-matrícula	R _T	253.000	223.660
Taxa de repetência a longo prazo	$\frac{R_T}{G}$		
	z ₁	0.622	0.621
Taxa de repetência a curto prazo	$\frac{R_1}{G}$		
= visível $\frac{R_1}{G}$	z ₂	0.615	0.611
Matrícula Geral	G	407.000	361.000
Índice de crescimento da matrícula geral	g	1.03	...

CICLO DE ESTUDOS DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAIS

<u>DIA</u>		<u>Nº DAS PALESTRAS</u>	
<u>Grupo A</u>	<u>Grupo B</u>		
23/10	23/10	(1)	Abertura do Ciclo. - <u>EDSON FRANCO</u> Objetivos e Estrutura do Ciclo. - <u>DURMEVAL TRIGUEIRO</u>
24/10	25/10	(2)	Reforma do Sistema Administrativo Federal. - <u>MINIPLAN-IPEA</u>
25/10	24/10	(3)	Repercussões da Reforma Administrativa no Ministério da Educação e Cultura. - <u>NEC</u>
26/10	27/10	(4)	Repercussões da Reforma nos Estados e nas relações entre estes e o Governo Federal. - <u>CARLOS MACIEL</u>
27/10	26/10	(5)	Organização das Secretarias de Educação, quan- to às suas funções.- <u>DURMEVAL TRIGUEIRO</u>
30/10	1/11	(6)	Discriminação e estrutura dos órgãos-fins . Descentralização do ponto-de-vista pedagógi- co. - <u>MICHEL DEBRUN</u>
31/10	3/11	(7)	Discriminação e estrutura dos órgãos-meios . Descentralização do ponto-de-vista adminis- trativo. - <u>MICHEL DEBRUN</u>
1/11	30/10	(8)	Educação e Desenvolvimento. O que é um Plano de Educação. Objetivos e fins. Metodologia. - <u>ARLINDO LOPES CORREA - JACQUES TORFS</u>
6/11	7/11	(9)	Discussão de Modelos de Planejamento. - <u>MICHEL DEBRUN</u>
3/11	31/10	(10)	Descrição qualitativa e quantitativa do Sis- tema Educacional. - <u>CARLOS MACIEL</u>
7/11	6/11	(11)	Pesquisa, análise e tratamento dos dados co- letados. - <u>MINIPLAN-IPEA</u>
8/11	9/11	(12)	Informações necessárias à elaboração dos Pla- nos. Centros de Informação, Estatísticas e Cadastro. Matemáticas Educacionais (cálculo da matrícula nova, repetição, deserção; amos- tragens). Novas técnicas administrativas. - <u>JACQUES TORFS</u>

<u>DIA</u>		<u>Nº DAS</u>	<u>PALESTRAS</u>
<u>Grupo A</u>	<u>Grupo B</u>		
9/11	8/11	(13)	Formulação e fixação das metas qualitativas e quantitativas do Plano de Educação. Previsões quantitativas de atendimento escolar. - <u>MINIPLAN-IPEA</u>
10/11	13/11	(14)	Mecanismos necessários à formulação, elaboração, implantação, execução e avaliação dos planos. - <u>ARLINDO LOPES CORREA</u>
13/11	10/11	(15)	Programa de Dispendios. Estrutura de Recursos. <u>MINIPLAN-IPEA</u>
14/11	16/11	(16)	O orçamento-programa como instrumento de política educacional. - <u>MINIPLAN-IPEA</u>
16/11	14/11	(17)	Rotinas administrativas: administração dos recursos da União pelos Estados. - <u>MEC</u>
17/11	20/11	(18)	O problema da função pública: constituição e preservação de instâncias técnicas de alto nível: seleção, treinamento e remuneração de especialistas. - <u>MEC</u>
20/11	17/11	(19)	Pressuposto e condições institucionais, culturais e geo-econômicas do planejamento. - <u>DURNEVAL TRIGUEIRO</u>
21/11	21/11		Encerramento - <u>EDSON FRANCO</u>

Tops

CICLO DE ESTUDOS DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAIS

CRONOGRAMA DAS EXPOSIÇÕES

GRUPO A	GRUPO B	
23.X.M	23.X.M.	(1) Abertura do Ciclo - Edison Franco Objetivos e estrutura do Ciclo - D.Trigueiro
23.X.T	23.X.T	(2) Reforma do Sistema Administrativo Federal (MINIPLAN-IPEA)
24.X.	24.X.	(3) Repercussões da Reforma Administrativa do Ministério da Educação e Cultura (MEC)
25.X.	26.X.	(4) Repercussões da Reforma nos Estados e nas relações entre estes e o Governo Federal. (GEOSE) - Carlos Maciel
26.X.	25.X.	(5) Organização das Secretarias de Educação, quanto às suas funções. (GEOSE) - D.Trigueiro
27.X.	30.X.	(6) Discriminação e estrutura dos órgãos fins; descentralização do ponto-de-vista pedagógico. (GEOSE) - Michel Debrun
31.X.	1.XI	(7) Discriminação e estrutura dos órgãos meios; descentralização do pontodevista administrativo (GEOSE) - Michel Debrun.
30.XI.	27.X	(8) O que é um Plano de Educação. Objetivo e fins. Metodologia. - Arlindo Lopes Corrêa.
1.XI.	31.X	(9) Algumas Experiências: GEOSSES
2.XI.	3.XI.	(10) Descrição qualitativa e quantitativa do sistema educacional. Métodos e Técnicas (GEOSE) - Carlos Maciel.
3.XI	2.XI	(11) Pesquisa, análise e tratamento dos dados coletados (MINIPLAN-IPEA).
6.XI	7.XI	(12) Matemática Educacional (cálculo de matrícula nova, repetição, deserção, amostragem, etc. Instrumentos da nova estrutura administrativa: centro de informação, estatísticas e cadastro. (GEOSE) - J.Torfs
7.XI	6.XI	(13) Formulação e fixação das metas qualitativas e quantitativas do Plano de Educação. (MINIPLAN-IPEA).
8.XI	9.XI	(14) Implementação, avaliação e reformulação do Plano de Educação. Mecanismos administrativos necessários à formulação, elaboração, implantação, execução e avaliação dos Planos. (GEOSE) - J.Torfs.
9.XI	10.XI	(15) Programa de Dispendios. Estrutura de Recursos. (MINIPLAN-IPEA).
10.XI	10.XI	(16) O Orçamento-programa como instrumento da política educacional. (MINIPLAN-IPEA).

GRUPO A	GRUPO B	
13.XI	14.XI	(17) Rotinas administrativas: administração dos recursos da União pelos Estados. (SEC):
14.XI	13.XI	(18) O problema da função pública: constituição e preservação de instâncias técnicas de alto nível: seleção, treinamento e remuneração de especialistas (CEOSE) - Michel Debrun.
15.XI	16.XI	(19) Pressuposto e condições institucionais, culturais e geo-econômicas do planejamento. (CEOSE).- D.Trigueiro
17.XI	17.XI	Encerramento - Edison Franco

Rio. 27/9/67
/Ch.

CICLO DE ESTUDOS DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAIS

<u>DIA</u>	<u>MANHÃ</u> ou <u>TARDE</u>		<u>GRUPO A</u>	<u>GRUPO B</u>
Out. S 23	M		Palestra (1) FRANCO - DURMEVAL Abertura/Objetivos	Palestra (1) FRANCO - DURMEVAL Abertura/Objetivos
Out. S 23	T		Seminário(1)	Seminário (1)
Out. T 24	M		Palestra (2) MINIPLAN/IPEA Reforma Federal	Palestra (3) MEC Reforma Ministério
Out. T 24	T		Seminário(2)	Seminário (3)
Out. Q 25	M		Palestra (3) MEC Reforma Ministério	Palestra (2) MINIPLAN/IPEA Reforma Federal
Out. Q 25	T		Seminário (3)	Seminário(2)
Out. Q 26	M		Palestra (4) C.MACIEL Reforma Estados	Palestra (5) DURMEVAL Organização Secretarias
Out. Q 26	T		Seminário(4)	Seminário(5)
Out. S 27	M		Palestra (5) DURMEVAL Organização Secretarias	Palestra (4) C.MACIEL Reforma Estados
Out. S 27	T		Seminário(5)	Seminário(4)
Out. S 28	M		Seminários ou Palestras Adicionais	Seminários ou Palestras Adicionais
Out. S 28	T			
Out. S 29				
Out. S 30	M		Palestra (6) DEBRUN Órgãos Fins	Palestra (8) ARLINDO/TORFS Planejamento
Out. S 30	T		Seminário(6)	Seminário (8)
Out. T 31	M		Palestra (7) DEBRUN Órgãos Meios	Palestra (10) MACIEL Descrição QUINT/QUAL
Out. T 31	T		Seminário(7)	Seminário(10)
Nov. Q 1	M		Palestra (8) ARLINDO/TORFS Planejamento	Palestra (6) DEBRUN Órgãos Fins
Nov. Q 1	T		Seminário(8)	Seminário(6)
Nov. Q 2				
Nov. S 3	M		Palestra (10) C.MACIEL Descrição QUINT/QUAL	Palestra (7) DEBRUN Órgão Meios
Nov. S 3	T		Seminário(10)	Seminário(7)
Nov. S 4	M		Seminários ou Palestras Adicionais	Seminários ou Palestras Adicionais
Nov. S 4	T			
Nov. D 5				

<u>DIA</u>	<u>MANHÃ</u> ou <u>TARDE</u>		<u>GRUPO A</u>	<u>GRUPO B</u>
Nov. S 6	M		Palestra (9) DEBRUN Modelos	Palestra (11) MINIPLAN/IPEA Pesquisas
Nov. S 6	T		Seminário	Seminário(11)
Nov. T 7	M		Palestra (11) MINIPLAN/IPEA Pesquisas	Palestra (9) DEBRUN Modelos
Nov. T 7	T		Seminário(11)	Seminário(9)
Nov. Q 8	M		Palestra (12) TORFS Matematicas Educacionais	Palestra (13) MINIPLAN/IPEA Metas QUALI/QUANTI.
Nov. Q 8	T		Seminário (12)	Seminário(13)
Nov. Q 9	M		Palestra (13) MINIPLAN/IPEA Metas QUALI/QUANTI.	Palestra (12) TORFS Matematicas Educacionais
Nov. Q 9	T		Seminário(13)	Seminário(12)
Nov. S 10	M		Palestra (14) ARLINDO Mecanismos Elaboração e Execução	Palestra (15) MINIPLAN/IPEA Programas(Dispendios
Nov. S 10	T		Seminário (14)	Seminário (15)
Nov. S 11	M		Seminários ou Palestras Adicionais	Seminários ou Palestras Adicionais
Nov. S 11	T			
Nov. D 12				
Nov. S 13	M		Palestra (15) MINIPLAN/IPEA Programa Dispendios	Palestra (14) ARLINDO Mecanismos Elaboração Exec.
Nov. S 13	T		Seminário(15)	Seminário (14)
Nov. T 14	M		Palestra (16) MINIPLAN/IPEA ORÇAMENTO	Palestra (17) MEC ROTINAS
Nov. T 14	T		Seminário(16)	Seminário(17)
Nov. Q 15				
Nov. Q 16	M		Palestra (17) MEC Rotinas	Palestra (16) MINIPLAN/IPEA Orçamento
Nov. Q 16	T		Seminário(17)	Seminário(16)
Nov. S 17	M		Palestra (18) MEC Função Pública	Palestra (19) DURMEVAL Pressupostos
Nov. S 17	T		Seminário(18)	Seminário
Nov. S 18	M		Seminários ou Palestra Adicionais	Seminários ou Palestra Adicionais
Nov. S 18	T			
Nov. D 19				

MANHÃ

<u>DIA</u>	<u>ou</u> <u>TARDE</u>	<u>GRUPO A</u>	<u>GRUPO B</u>
Nov. S 20	M	Palestra (19) DURMEVAL Pressupostos	Palestra (18) MEC Função Pública
Nov. S 20	T	Seminário(19)	Seminário(18)
Nov. T 21	M	Palestra (20) FRANCO Encerramento	Palestra (20) FRANCO Encerramento
Nov. T 21	T	Seminário(20)	Seminário(20)

--*-*-*

APLICAÇÃO PRÁTICA ESTADO RIO DE JANEIRO

Nov. Q 22	M	"	"
Nov. Q 22	T	"	"
Nov. Q 23	M	"	"
Nov. Q 23	T	"	"
Nov. S 24	M	"	"
Nov. S 24	T	"	"

$$\text{CEOSE} \quad 8 + 2\left(\frac{1}{2}\right) = 9$$

$$\text{MEC} \quad 4 + 1\left(\frac{1}{2}\right) = 4 \frac{1}{2}$$

$$\text{IPEA} \quad 6 + 1\left(\frac{1}{2}\right) = 6 \frac{1}{2}$$

$$\text{TOTAL} \quad 20$$

CICLO DE ESTUDOS DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAIS

<u>DIA</u>		<u>Nº DAS</u> <u>PALESTRAS</u>	
<u>Grupo A</u>	<u>Grupo B</u>		
23/10	23/10	(1)	Abertura do Ciclo. - <u>EDSON FRANCO</u> Objetivos e Estrutura do Ciclo. - <u>DURMEVAL TRIGUEIRO</u>
24/10	25/10	(2)	Reforma do Sistema Administrativo Federal. - <u>MINIPLAN-IPEA</u>
25/10	24/10	(3)	Repercussões da Reforma Administrativa no Ministério da Educação e Cultura. - <u>MEC</u>
26/10	27/10	(4)	Repercussões da Reforma nos Estados e nas relações entre estes e o Governo Federal. - <u>CARLOS MACIEL</u>
27/10	26/10	(5)	Organização das Secretarias de Educação, quan to às suas funções.- <u>DURMEVAL TRIGUEIRO</u>
30/10	1/11	(6)	Discriminação e estrutura dos órgãos-fins . Descentralização do ponto-de-vista pedagógi- co. - <u>MICHEL DEBRUN</u>
31/10	3/11	(7)	Discriminação e estrutura dos órgãos-meios . Descentralização do ponto-de-vista adminis - trativo. - <u>MICHEL DEBRUN</u>
1/11	30/10	(8)	Educação e Desenvolvimento. O que é um Plano de Educação. Objetivos e fins. Metodologia. - <u>ARLINDO LOPES CORREA - JACQUES TORFS</u>
6/11	7/11	(9)	Discussão de Modelos de Planejamento. - <u>MICHEL DEBRUN</u>
3/11	31/10	(10)	Descrição qualitativa e quantitativa do Sis- tema Educacional. - <u>CARLOS MACIEL</u>
7/11	6/11	(11)	Pesquisa, análise e tratamento dos dados ce- letados. - <u>MINIPLAN-IPEA</u>
8/11	9/11	(12)	Informações necessárias à elaboração dos Pla- nos. Centros de Informação, Estatísticas e Cadastro. Matemáticas Educacionais (cálculo da matrícula nova, repetição, deserção; amos- tragens). Novas técnicas administrativas. - <u>JACQUES TORFS</u>

<u>DIA</u>		<u>Nº DAS</u>	<u>PALESTRAS</u>
<u>Grupo A</u>	<u>Grupo B</u>		
9/11	8/11	(13)	Formulação e fixação das metas qualitativas e quantitativas do Plano de Educação. Previsões quantitativas do atendimento escolar. - <u>MINIPLAN-IPEA</u>
10/11	13/11	(14)	Mecanismos necessários à formulação, elaboração, implantação, execução e avaliação dos planos. - <u>ARLINDO LOPES CORREA</u>
13/11	10/11	(15)	Programa de Dispendios. Estrutura de Recursos. <u>MINIPLAN-IPEA</u>
14/11	16/11	(16)	O orçamento-programa como instrumento de política educacional. - <u>MINIPLAN-IPEA</u>
16/11	14/11	(17)	Rotinas administrativas: administração dos recursos da União pelos Estados. - <u>MEC</u>
17/11	20/11	(18)	O problema da função pública: constituição e preservação de instâncias técnicas de alto nível: seleção, treinamento e remuneração de especialistas. - <u>MEC</u>
20/11	17/11	(19)	Pressuposto e condições institucionais, culturais e geo-econômicas do planejamento. - <u>DURMEVAL TRIGUEIRO</u>
21/11	21/11		Encerramento - <u>EDSON FRANCO</u>

<u>DIA</u>	<u>MANHÃ</u> ou <u>TARDE</u>	<u>GRUPO A</u>	<u>GRUPO B</u>
Out. S 23	M	Palestra (1) DURMEVAL	Palestra (1) DURMEVAL
Out. S 23	T	Seminário (1)	Seminário (1)
Out. T 24	M	Palestra (2) MIN. PLAN.	Palestra (3) Ed. FRANCO
Out. T 24	T	Seminário (2)	Seminário (3)
Out. Q 25	M	Palestra (3) Ed. FRANCO	Palestra (2) MIN. PLAN.
Out. Q 25	T	Seminário (3)	Seminário (2)
Out. Q 26	M	Palestra (4) C. MACIEL	Palestra (5) DURMEVAL
Out. Q 26	T	Seminário (4)	Seminário (5)
Out. S 27	M	Palestra (5) DURMEVAL	Palestra (4) C. MACIEL
Out. S 27	T	Seminário (5)	Seminário (4)
Out. S 28	M	Seminários ou Palestras Adicionais	Seminários ou Palestras Adicionais
Out. S 28	T		
Out. D 29			
Out. S 30	M	Palestra (6) DEBRUN	Palestra (8)(16) TORFS
Out. S 30	T	Seminário (6)	Seminário (8) (16)
Out. T 31	M	Palestra (8)(16) TORFS	Palestra (6) DEBRUN
Out. T 31	T	Seminário (8)(16)	Seminário (6)
Nov. Q 1			
Nov. Q 2	M	Palestra (7) DEBRUN	Palestra (9) TORFS
Nov. Q 2	T	Seminário (7)	Seminário (1)
Nov. S 3	M	Palestra (9) TORFS	Palestra (7) DEBRUN
Nov. S 3	T	Seminário (9)	Seminário (7)
Nov. S 4	M	Seminários ou Palestras Adicionais	Seminários ou Palestras Adicionais
Nov. S 4	T		
Nov. D 5			

Horário 3ª Versão

<u>DIA</u>	<u>MANHÃ</u> ou <u>TARDE</u>	<u>GRUPO A</u>	<u>GRUPO B</u>
Nov. S 6	M	Palestra (10) DEBRUN	Palestra (11) ARLINDO
Nov. S 6	T	Seminário (10)	Seminário (10)
Nov. T 7	M	Palestra (11) ARLINDO	Palestra (10) DEBRUN
Nov. T 7	T	Seminário (11)	Seminário (10)
Nov. Q 8	M	Palestra (12) MACIEL	Palestra (13) TORFS
Nov. Q 8	T	Seminário (12)	Seminário (13)
Nov. Q 9	M	Palestra (13) TORFS	Palestra (12) MACIEL
Nov. Q 9	T	Seminário (13)	Seminário (12)
Nov. S 10	M	Palestra (14) DURMEVAL	Palestra (15) ARLINDO
Nov. S 10	T	Seminário (14)	Seminário (15)
Nov. S 11	M	Seminários ou Palestras Adicionais	Seminários ou Palestras Adicionais
Nov. S 11	T	<hr/>	
Nov. D 12		<hr/>	
Nov. S 13	M	Palestra (15) ARLINDO	Palestra (14) DURMEVAL
Nov. S 13	T	Seminário (15)	Seminário (15)
Nov. T 14	M	Palestra (17) ARLINDO	Palestra (18) MIN. FAZENDA
Nov. T 14	T	Seminário (17)	Seminário (18)
Nov. Q 15		<hr/>	
Nov. Q 16	M	Palestra (18) MIN. FAZENDA	Palestra (17) ARLINDO
Nov. Q 16	T	Seminário (18)	Seminário (17)
Nov. S 17	M	Palestra (19) MIN. EDUCAÇÃO	Palestra (20) DEBRUN
Nov. S 17	T	Seminário (19)	Seminário (20)
Nov. S 18	M	Seminários ou Palestras Adicionais	Seminários ou Palestras Adicionais
Nov. S 18	T	<hr/>	
Nov. D 19		<hr/>	

Horário 3ª Versão

<u>DIA</u>	<u>MANHÃ</u> <u>ou</u> <u>TARDE</u>	<u>GRUPO A</u> GRUPO A	<u>GRUPO B</u>
Nov. S 20	M	Palestra (20) DEBRUN	Palestra (19) MIN. EDUCAÇÃO
Nov. S 20	T	Seminário (20)	Seminário (19)
Nov. T 21	M	Palestra (21) DURMEVAL	Palestra (21) DURMEVAL
Nov. T 21	T	Seminário (21)	Seminário (21)

Nov. Q 22	M	APLICAÇÃO PRÁTICA ESTADO RIO DE JANEIRO	
Nov. Q 22	T	"	"
Nov. Q 23	M	"	"
Nov. Q 23	T	"	"
Nov. S 24	M	"	"
Nov. S 24	T	"	"

BAHIA

- * (1) Prof. Joaquim Coutinho - Assessor de Planejamento. Membro do Grupo de Trabalho para o Plano de Educação e Plano de Emergência.
- ** (2) Prof. Otávio Mansur de Carvalho - Coordenador do Convênio MEC/USAID/SUDENE.
- (3) Profª. Maria Isabel Bittencourt de Oliveira Dias. Técnica de Educação. Assessor Técnico do Secretário de Educação. Membro do Grupo de Trabalho para o Projeto de Estrutura da Secretaria e Plano de Emergência.
- (4) Prof. Hilderico Pinheiro de Oliveira - Diretor do DECEME (Divisão de Estudos e Execução de Convênio, Expansão e Manutenção do Ensino) e membro do Grupo de Trabalho para o Plano de Educação.

CEARÁ

- (1) Dr. José Themio Deserra Ieras - Diretor do Departamento de Construção Escolar, D.P.A.
- (2) Prof. Eng. F. Nelson Chaves - Vice Presidente da Comissão Central de Ensino da Universidade do Ceará.
- (3) Maria Antonieta Cals de Oliveira - Diretora do Departamento de Ensino do 1º Grau da Secretaria de Educação.

GOIÁS

- * (1) Luiz Fernando Valadares - Assessor Jurídico da COPLAN (Comissão Executiva do Plano de Educação).
- (2) Mary Machado Alvim
- (3) Alzira Meireles.

PARANÁ

- (1) Profª. Zélia Pavão - Assessora da FUNDEPAR. Educação e Estatística. Profª de Estatística. Faculdade de Filosofia da Universidade Federal.
- (2) Prof. Luiz Carlos Sibut - Assessor da FUNDEPAR. Prof. de Administração Pública, Faculdade Católica de Ciências Econômicas. Prof. da Escola de Oficiais Especialistas da Aeronautica.
- (3) Prof. Raschmann - Assessor de Planejamento. Secretaria de Educação e Cultura.

RIO GRANDE DO NORTE

- (1) Dr. João Wilson - Presidente do Conselho Estadual de Educação. Professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- (2) Eunice Correia da Costa - Coordenadora-Chefe do Planejamento da Secretaria de Educação.

SANTA CATARINA

- ** (1) Silvio Coelho dos Santos - Coordenador da Pesquisa. Faculdade Estadual de Educação.
- (2) Orlando Ferreira de Melo - Reitor da Universidade para o Desenvolvimento de Santa Catarina. Presidente do Conselho Estadual de Educação.
- ** (3) Oswaldo Ferreira de Melo - Diretor da Faculdade de Educação. Membro do Conselho Estadual de Educação.

RIO GRANDE DO SUL

- (1) Prof. Faquim - Chefe do Grupo de Planejamento do Conselho Estadual de Educação.
- (2) Prof. Edi Fracasso - do Conselho Estadual de Educação.

Nº

Rio de Janeiro, le 7 décembre 1967

Mr. J. Bousquet
Département de la Planification
de l'Education
UNESCO
Place de Fontenoy
Paris VII - France

Cher Monsieur,

J'ai le plaisir de vous adresser les quelques commentaires que je me suis engagé à fournir sur certains aspects de la Planification de l'Education au Brésil, et spécifiquement:

- A. 3.a.iii - Statistiques
- A. 3.a.v - Cartes Scolaires
- A. 3.b.ii - Harmonisation de la demande sociale et de la demande en main d'oeuvre
- A. 3.c.iii - Sources de financement (Ce document élaboré en collaboration avec Mr. Debrun vous sera adressé séparément)
- A. 3.d.i - Méthodes et Rendement
- A. 3.d.ii - Adaptation des programmes à l'analyse des emplois et au développement économique.

Un papier spécial traite du problème de la planification de l'éducation dans un contexte fédéral. Il appartient peut être au chapitre A. 2.a.

Pendant la semaine de recyclage à Paris Mr. Debrun et moi vous avons déjà donné quelques notes sur les points suivants:

- A. 2.a - Organisation du planning au Brésil
- A. 3.b.i - Planification de la main d'oeuvre
- A. 1.b.iii - Relations entre la planification de l'éducation et les programmes de science et culture.

Je suis en train d'étudier les thèmes suivants:

- II - (c) - Planification à court et à long terme.
- II - 1.a.ii- Problèmes de typologie.
- II - 4.a.ii- Perfectionnement de la typologie et des strategies.
- III - 1.c -- Imprégnation du système administratif par la planification. Problème de la Continuité.

GENERAL : Recommendations à tirer de la Conférence.

Je vous adresserai au début de janvier 1968 le matériel que je prépare sur ces thèmes.

Je vous prie d'agréer, cher Monsieur, l'expression de mes sentiments dévoués.

Jacques Torfs

3. a - 11

STATISTIQUES

MECANISATION STATISTIQUE

BRÉSIL

(1) FEDERATION

(2) ETAT DE PARANA

Le Brésil dispose d'une organisation spéciale chargée de la statistique scolaire (S.E.E.C., ou Serviço de Estatística da Educação e Cultura) qui dépend techniquement de l'organisation fédérale de la statistique (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), et administrativement du Ministère de l'Éducation.

Les informations données par S.E.E.C. ne sont pas assez complètes pour permettre l'élaboration de plans d'éducation scientifiques et détaillés.

Pour cette raison l'Institut National de Recherches Pédagogiques (INEP) fit en 1964 un recensement de la situation scolaire.

Par la suite plusieurs états décidèrent de s'engager dans des études encore plus détaillées et précises.

En 1966, FUNDEPAR, organisation de l'Etat de Parana chargée des investissements dans le domaine de l'éducation réalisa un recensement complet de toute la situation scolaire. Les résultats furent ensuite consignés sur fiches IBM, et classés par un intégrateur. En fin 1967 l'Etat de Parana disposait enfin d'instruments statistiques adéquats qui sont utilisés par le groupe chargé de l'élaboration du Plan d'Education de l'Etat de Parana.

B R E S I L

3. a - IV

CARTES SCOLAIRES

Au Brésil des cartes scolaires extrêmement détaillées ont été faites pour certaines grandes villes par des organismes parastataux chargés des investissements dans le domaine de l'Education. FUNDEPAR, fit la carte scolaire de CURITIBA, capitale du PARANA; tandis que le CESE (Comissão Estadual do Sala - rio Educação) de l'Etat de Minas Gerais fit la carte de BELO HORIZONTE. Quelques Secrétariats d'Etat à l'Education (PARANA, BAHIA, MINAS GERAIS) ont également commencé des études géographiques qui pourraient aboutir à l'établissement de cartes scolaires des secteurs ruraux. L'obstacle principal est la déficience de cartes détaillées à grande échelle pour les zones rurales - et des informations sur la localisation des écoles.

B R E S I L

3.b.11

HARMONISATION DE LA DEMANDE D'EDUCATION
ET DES BESOINS DE MAIN D'OEUVRE*Plan decennal*

Le "~~préplan~~" d'éducation brésilien, c'est à dire le plan d'éducation qui fait partie du plan intégral de développement économique et social 1967-76 utilise simultanément deux méthodes de calcul de la demande. La première, qui s'applique à l'enseignement primaire et gimnasial (premier cycle de l'enseignement moyen) est entièrement basé sur des objectifs socio-culturels, et quelques suppositions sur l'augmentation du rendement scolaire qui devra accompagner les réformes pédagogiques ou techniques dont l'implantation est prévue au courant de l'exécution du Plan. L'objectif central poursuivi est d'assurer en 1976, huit ans d'enseignement gratuit et obligatoire à toute la population urbaine (4 ans primaire + 4 ans moyen) et six ans d'enseignement gratuit et obligatoire à toute la population rurale.

La seconde méthode calcule la demande au niveau du second cycle de l'enseignement moyen, et au niveau de l'enseignement supérieur,

- (a) d'après une projection raisonnée et compatible avec les plans sectoriaux des chiffres de la structure fonctionnelle de la population, divisée en gérants, employés, ouvriers, etc.
- (b) d'après une projection des effectifs de professionnels par spécialités, (médecins, ingénieurs, dentistes, agronomes etc.)
- (c) d'après une comparaison des normes internationales qui prévalent en ce qui concerne la proportion entre professionnels de divers niveaux (entre médecins et infirmières par exemple).

La structure et l'importance des cohortes qui d'après ce second calcul, doivent pouvoir se présenter en première année du second cycle de l'enseignement moyen, est compatible avec la production de la 4ème année du premier cycle moyen, calculée par la méthode socio culturelle.

Les objectifs sociaux et économiques sont donc complètement harmonisés dans le plan.

B R E S I L

3.d. (1)

METHODES ET RENDEMENT

Plan decennal

Le "~~replan~~" brésilien, le plan triennal 1969-71, et pratiquement tous les plans d'éducation qui sont préparés par les états font explicitement référence à la série de réformes pédagogiques et techniques qui devra nécessairement accompagner les réalisations quantitatives ou physiques.

En fait l'énoncé et calcul des buts quantitatifs se fait en fonction d'hypothèses précises sur l'amélioration considérable du rendement scolaire (diminution de la répétition et de l'évasion), qui pourra être obtenu par l'élimination ou modification de certains examens d'entrée; l'introduction de nouveaux programmes ou de nouvelles techniques; l'amélioration de la qualité des professeurs etc.

Quoique la définition du contenu détaillé des réformes pédagogiques et techniques soit laissé à l'arbitre des autorités fédérales et étatales compétentes, les plans contiennent des directives précises, et chiffrent les résultats probables et désirables des réformes poursuivies.

B R E S I L

3.d.11

ANALYSE DES EMPLOIS

Le Brésil arrive aux premiers essais d'adaptation généralisée des programmes (enseignement moyen) à l'analyse des emplois. Cette adaptation a été faite depuis nombreuses années, sur une base empirique par SENAI (SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL, organisation privée - sous égide publique - chargée de l'apprentissage des ouvriers qualifiés, en écoles spéciales, ou en usines) qui analyse effectivement la nature exacte des emplois avant d'établir le programme de ses propres cours. SENAI passe maintenant à une analyse plus systématique et plus scientifique de l'emploi. Des systèmes de coordination sont en train de s'établir avec les Ministères du Plan, du Travail et de l'Education, qui permettront d'introduire les résultats dans les prochains plans fédéraux d'éducation.

L'adaptation des programmes aux buts généraux du développement économique et social n'a été étudiée que très partiellement. L'introduction récente de "Gymnases orientés vers le travail", la création de grades universitaires intermédiaires (Ingénieurs techniques) représente un premier pas dans cette direction.

PLANIFICATION DE L'EDUCATION DANS LE CADRE D'UN SYSTEME FEDERAL

Dans plusieurs pays dont le Brésil, la Colombie, le Venezuela, l'existence d'un système de gouvernement fédéral, ou de responsabilités décentralisées, introduit une nouvelle dimension et quelques difficultés supplémentaires dans le processus de la planification.

Au Brésil depuis le passage en ¹⁹⁶¹ 1963, de la LEI DE DIRETRIZES E BASES l'enseignement primaire est presque entièrement à charge des Etats, et des Municipales qui en financent une grande partie avec leurs propres ressources budgétaires. L'enseignement moyen, et même dans certains états une partie de l'enseignement supérieur et de l'enseignement permanent sont également organisés et financés par les gouvernements locaux avec ou sans l'aide financière des instances supérieures.

Dans le cas brésilien l'autonomie des systèmes d'éducation des états est en théorie considérable: le Conseil Fédéral d'Education et le Ministère de l'Education ne peuvent qu'imposer quelques normes sauf en ce qui concerne l'enseignement supérieur qui d'après la loi, est contrôlé de beaucoup plus près par la Fédération. Par surcroît à partir du moment où le gouvernement du Brésil décida de décentraliser les systèmes d'éducation, la distribution des apports financiers fédéraux se fit suivant des quotas calculées en fonction de considérations démographiques, économiques et culturelles, et dont l'importance, ou la libération n'étaient en aucune manière en relation avec la conformité des programmes des états avec les grands objectifs nationaux.

En fait au Brésil (comme d'ailleurs en Colombie et en Venezuela) l'autonomie des Etats dans le domaine de l'Education est relative: Les directives intellectuelles viennent du Conseil Fédéral, ou du Ministère. La Fédération est chargée par la loi d'une action "supplétive", ce qui dans la pratique veut dire que le Ministère dirige tout l'enseignement technique du niveau secondaire, et de beaucoup de programmes qui intéressent l'enseignement primaire et oriente bien des activités étatiques de cette manière. Finalement la distribution des quotas fédérales se fait selon un "programme" qui lui même est établi par une commission contrôlée - discrètement - par le Ministère.

Le système a récemment évolué dans un sens plus centralisateur encore. Le Ministère du Plan a produit en 1967 un Plan Général de développement économique et social pour la période 1967-76. Le chapitre "Education" de ce Plan Général, élaboré en collaboration avec l'UNESCO constitue en réalité un ~~"pré-plan"~~, un modèle général pour les plans d'éducation fédéraux et étataux maintenant en cours d'élaboration par le Ministère d'Education et les Secrétariats d'Education des Etats. À la fin de l'année 1967 plusieurs groupes d'experts dépendant du gouvernement fédéral, agissant en concert et assistés par l'UNESCO donnaient aux Etats l'assistance technique qu'ils pouvaient désirer pour l'élaboration de plans étataux d'urgence (1968), et de plans triennaux d'éducation des Etats (1969-71). Les normes et la méthodologie recommandées s'appuyaient sur celles utilisées ou évoquées dans le pré-plan fédéral 1967-76.

Pour assurer la prompte réalisation et exécution conforme de ces Plans le Conseil Fédéral et le Ministère d'Education contemplaient l'abandon du système d'apports par quotas : l'avant projet du plan fédéral triennal d'éducation (1969-71) - élaboré par le Ministère de l'Education en collaboration avec le Ministère du Plan - prévoit que la contribution financière de la Fédération sera seulement acquise aux Etats qui présenteront des Plans d'éducation compatibles avec ledit Plan triennal fédéral et cela en proportion des besoins clairement établis, pour des programmes de haute priorité.

L'intégration des systèmes d'éducation des municipales et des particuliers, au Plan fédéral et aux plans des états, se fera à travers de ces derniers.

Il reste que les Etats qui disposent de ressources financières considérables (au Brésil, SÃO PAULO et GUANABARA) peuvent encore théoriquement s'abstenir de faire des plans, ou peuvent décider de poursuivre par des objectifs fort distincts de ceux qui sont adoptés par les plans Fédéraux. En pratique cette autonomie n'est plus que fort virtuelle. L'appareil d'intervention qui peut être évoqué à n'importe quel moment par la Fédération est si vaste et varié dans son expression, qu'il peut être dit que la conformité générale de tous les plans, programmes et projets aux plans e normes nationales peut à n'importe quel moment être obtenue, si la décision en est prise au niveau de la haute politique générale.

Nº 817

Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1967

A : Sr.^{ta} Thelma do Amaral
Secretária Executiva do
1º Ciclo de Estudos de
Planejamento e Administração

Do : Prof. Jacques Torfs
Perito da UNESCO

Prezada Senhorita,

Tenho o prazer de enviar-lhe, em anexo, os seguintes documentos:

1º - Lista de candidatos aos Ciclos de Estudos de Planejamento e Administração. São pessoas diretamente ligadas ao processo de Planejamento em seus respectivos Estados ou organizações. Indiquei com um asterisco os que conheço pessoalmente, e que me parecem particularmente aptos a se beneficiarem com os cursos.

2º - Cópia de algumas listas que encontrei em meio à minha documentação e que provavelmente pertencem à senhorita.

Atenciosamente,

Jacques Torfs

1º CICLO DE ESTUDOS DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

LISTA DE CANDIDATOS ESTADUAIS

RIO GRANDE DO NORTE

- * (1) Dr. João Wilson - Presidente do Conselho Estadual de Educação. Professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- (2) Eunice Correia da Costa - Coordenadora-Chefe do Planejamento da Secretaria de Educação.

SANTA CATARINA

- * (1) Silvio Coelho dos Santos - Coordenador da Pesquisa. Faculdade Estadual de Educação.
- * (2) Orlando Ferreira de Melo - Reitor da Universidade para o Desenvolvimento de Santa Catarina. Presidente do Conselho Estadual de Educação.
- * (3) Oswaldo Ferreira de Melo - Diretor da Faculdade de Educação. Membro do Conselho Estadual de Educação.

RIO GRANDE DO SUL

- * (1) Prof. Roberto C. Fachin - Chefe do Grupo de Planejamento do Conselho Estadual de Educação.
- * (2) Prof.ª Edi Fracasso - Do Conselho Estadual de Educação.
- * (3) Prof.ª Evanice Pauletti - DIIMEP
- * (4) Prof. Diffini - Professor da Escola Técnica. Membro do Conselho Estadual de Educação.
- * (5) Prof.ª Glecy Meier - Do Conselho Estadual de Educação.

SÃO PAULO

- * (1) Prof.^a Lourdes Britto Pereira - Assessora de Planejamento da Secretaria de Educação e Cultura.

MINAS GERAIS

- * (1) Léa Nogueira Cavalcanti - Comissão Estadual do Salário Educação.

- * (2) José Roberto de Aguiar - Comissão Estadual do Salário Educação.

Comissão Estadual do Salário Educação :
Rua Paraíba, 641 - Tel: 4-2538 - Belo Horizonte - MG.

- (3) Prof. Paulo Vicente Guimarães - Grupo de Estudo do Plano Decenal. Universidade Federal de Minas Gerais.

- * (4) Prof. Gabriel Nassim Mehedff. Grupo Estudo do Plano Decenal. Bolsista no Instituto Internacional de Planejamento Educacional - Paris.

SUDESUL

- * (1) Sr.^a Vera Aparecida de Souza Marques

- * (2) Sr.^a Carmen de Oliveira Luz Bahia

GOIÁS

- * (1) Daniel Borges Campos - Consultor Administrativo do Estado. Professor de Administração de Pessoal da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Goiás (Curso de Administração de Empresas) . Membro da Equipe de Reforma Administrativa da Secretaria de Educação de Goiás.

- * (2) Arédio Teixeira Duarte - Consultor Administrativo do Estado. Professor de Administração de Material da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Goiás. (Curso de Administração de Empresas) . Membro da Equipe de Reforma Administrativa da Secretaria de Educação de Goiás.

- (3) José Miranda de Oliveira - Consultor Administrativo do Estado. Membro da Equipe de Reforma Administrativa da Secretaria de Educação de Goiás (encarregado do setor de treinamento do pessoal).

- (4) Maria do Rosário Cassimiro - Assistente de Planejamento Educacional do Estado de Goiás. Chefe da Assessoria de Planejamento da Secretaria de Educação.
- (5) Mindé Baldany - Assistente de Planejamento Educacional do Estado de Goiás. Membro da Assessoria de Planejamento da Secretaria de Educação.
- (6) Inácio de Araújo Siqueira - Consultor Administrativo do Estado. Membro da Equipe de Reforma Administrativa da Secretaria de Educação de Goiás.
- * (7) Luiz Fernando Valadares - Assessor Jurídico da COPLAN (Comissão Executiva do Plano de Educação).

BAHIA

- * (1) Professor Joaquim Coutinho - Assessor de Planejamento. Membro do Grupo de Trabalho para o Plano de Educação e Plano de Emergência.
- * (2) Prof. Otávio Mansur de Carvalho - Coordenador do Convênio MEC/USAID/SUDENE.
- * (3) Prof.^a Maria Isabel Bittencourt Oliveira Dias - Técnica de Educação. Assessor Técnico do Secretário de Educação. Membro do Grupo de Trabalho para o Projeto de Estrutura da Secretaria e Plano de Emergência.
- * (4) Prof. Hildérico Pinheiro de Oliveira - Diretor do DECEME (Divisão de Estudos e Execução de Convênio, Expansão e Manutenção do Ensino) e membro do Grupo de Trabalho para o Plano de Educação.

CEARÁ

- * (1) Dr. José Themio Beserra Ieras - Diretor do Departamento de Construção Escolar, D.P.A.
- (2) Prof. Eng. F. Nelson Chaves - Vice-Presidente da Comissão Central de Ensino da Universidade do Ceará.
- (3) Maria Antonieta Cals de Oliveira - Dire

tora do Departamento de Ensino do 1º
Grau da Secretaria de Educação.

PARANÁ

- * (1) Prof.ª Zélia Pavão - Assessora da FUNDEPAR. Educação e Estatística. Faculdade de Filosofia da Universidade Federal. Professora de Estatística.
- * (2) Prof. Luiz Carlos Sibut - Assessor da FUNDEPAR (Sociologia). Professor de Administração Pública, Faculdade Católica de Ciências Econômicas. Professor da Escola de Oficiais Especialistas da Aeronáutica.
- * (3) Prof. Hugo Raschmann - Assessor de Planejamento. Secretaria de Educação e Cultura.
- * (4) Prof.ª Jeanete Albergue - Assessora de Economia - FUNDEPAR.
- * (5) Prof. Vesperto Mendes - Universidade Federal do Paraná. Antigo Secretário de Educação e Antigo Presidente do Conselho Estadual de Educação.

PROGRAMA DE TREINAMENTO
EM PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

- 1 - O programa terá por objetivo dar um treinamento intensivo e operacional em planejamento educacional a 50 técnicos durante o ano de 1967.
- 2 - O programa terá duas etapas distintas:
 - (a) - um grupo de técnicos será treinado intensivamente no Rio, entre julho e setembro de 1967;
 - (b) - esses técnicos e parte de seus professores serão logo divididos em 5 grupos, os quais se dedicarão a assessorar 5 Estados na elaboração de planos educacionais. Nesses Estados serão treinados 35 técnicos adicionais.
- 3 - Durante o ano de 1968 os 50 técnicos assessorarão os demais Estados da União na elaboração de planos educacionais e formarão outros técnicos.
- 4 - Na primeira etapa (junho/setembro de 1967) as aulas teóricas serão dadas no INEP/CNEP. Os trabalhos práticos estarão ligados com o programa dos CEOS.
- 5 - Terminado o período de treinamento, o primeiro grupo de 15 técnicos, mais 5 professores adiantarão a elaboração de planos educacionais e treinarão novos peritos nos seguintes Estados:
 - Rio de Janeiro
 - Paraná
 - Bahia
 - Sergipe
 - Santa Catarina.
- 6 - Os técnicos deverão assistir as seguintes classes:
 - (a) Bases teóricas para elaboração de planos.
Contabilidade nacional;
Processo de desenvolvimento técnico utilizado para promover aumento de renda (formação de capital, investimentos em educação e saúde);

(b) - Os fatores essenciais na elaboração dos planos educacionais são:

- I - Definição dos objetivos econômicos (demanda, mão-de-obra e profissionais);
- II - Definição dos objetivos sócio-culturais (obrigatoriedade);
- III - Cálculo dos contingentes;
- IV - Cálculo dos custos dos programas;
- V - Descrição das medidas (legais, administrativas, financeiras, pedagógicas, etc), que facilitarão a execução dos planos.

(c) - Princípios Norteadores da Reforma de Administração Pública e, em particular, das Secretarias Estaduais de Educação. Implicação Operacional desses princípios.

(d) - Técnicas Estatísticas. Conteúdo das fichas para fazer um inventário adequado da situação educacional. Utilização de equipamentos eletrônicos de classificação e controle de dados para pesquisas estatísticas.

(e) - Utilização de equipamentos eletrônicos de classificação e controle de dados para assegurar o controle administrativo dos sistemas educacionais (controle de pessoal, dos estabelecimentos escolares, dos equipamentos e dos inventários, etc).

(f) - Técnicas modernas de pesquisas educacionais. Escolha de Temas de Pesquisas apropriados e úteis. Metodologia em estatística e amostragem.

(g) - Estudo dos recursos financeiros disponíveis para a Educação, Verbas Federais, Sistemas de Distribuição, Fundos de Ensino, Participações dos Estados e dos Municípios.

(h) - Integração e coerência das várias partes dos planos educacionais com os demais planos setoriais e gerais.

- 7 - A duração de todas as classes teóricas não deverá ser superior a 25 dias úteis, ou seja, 5 semanas.
- 8 - Durante a última semana do curso de treinamento intensivo os alunos terão como sede o INEP/CNPE, onde funcionários do INEP e da UNESCO e os vários professores do grupo farão uma avaliação dos trabalhos realizados e fixarão os detalhes da 2ª etapa do programa de treinamento.

PROGRAMA DE TREINAMENTO
EM PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

1 - O programa terá por objetivo dar um treinamento intensivo e operacional em planejamento educacional a 50 técnicos durante o ano de 1967.

2 - O programa terá duas etapas distintas:

- (a) - Um grupo de 15 técnicos será treinado intensivamente no Rio de Janeiro, entre ~~abril e junho de 1967~~ *junho e setembro de 1967*.
- (b) - Esses técnicos e parte de seus professores serão divididos em 5 grupos, os quais se dedicarão a assessorar 5 Estados na elaboração de planos educacionais. Nesses Estados serão treinados ~~5~~ técnicos adicionais.

35

3 - Durante o ano de 1968 os 50 técnicos assessorarão ~~completando a elaboração de planos educacionais para~~ *os demais Estados da União.*
e formação outros técnicos.

4 - Na primeira etapa (~~abril/junho de 1967~~ *junho/setembro*) as aulas teóricas serão dadas no ~~INEP~~. Os trabalhos práticos estarão ligados com a ~~primeira etapa da elaboração do plano educacional do Estado do Rio de Janeiro.~~
o programa dos CESE.

RPE/INEP
INEP/CNEP

5 - Terminado o período de treinamento, o primeiro grupo (15 técnicos), mais cinco professores adiantarão a elaboração de planos educacionais e treinarão novos peritos nos seguintes Estados:

- Rio de Janeiro ✓
- Paraná ✓
- Bahia ✓
- ~~Alagoas~~ *Sergipe*
- Santa Catarina

6 - Os técnicos deverão assistir as seguintes classes:

- (a) ~~Bases teóricas para elaboração de planos;~~

(a) *Bases técnicas para a elaboração de planos*

Contabilidade nacional;

Processo de desenvolvimento técnico utilizado para promover aumento de renda (formação de capital, investimentos em educação e saúde);

(b)- Os fatores essenciais na elaboração dos planos educacionais são:

I - Definição dos objetivos econômicos (demanda, mão-de-obra e profissionais);

II - Definição dos objetivos sócio-culturais (obrigatoriedade);

III- Cálculo dos contingentes;

IV- Cálculo dos custos dos programas;

V- Descrição das medidas (legais, administrativas, financeiras, pedagógicas, etc.), que facilitarão a execução dos planos.

(c)- Princípios Norteadores da Reforma de Administração Pública e, em particular, ~~do Ministério da Educação e das Secretarias~~ de Educação. Implicação Operacional desses princípios.

Estatuais

~~Est~~ *Técnicas Estatísticas*;

(d)- Conteúdo das fichas para fazer um inventário adequado da situação educacional. Utilização de equipamentos eletrônicos de classificação e controle de dados para pesquisas estatísticas.

(e)- Utilização de equipamentos eletrônicos de classificação e controle de dados para assegurar o controle administrativo dos sistemas educacionais (controle de pessoal, dos estabelecimentos escolares, dos equipamentos e dos inventários, etc.).

(f) - Técnicas modernas de pesquisas educacionais - Escolha de Temas de Pesquisas apropriados e úteis. Metodologia em estatísticas e amostragem.

(g) - Estudo dos recursos financeiros disponíveis para Educação - Verbas Federais, Sistemas de Distribuição; Fundos de Ensino; Participações dos Estados e dos Municípios.

(h) - Integração e coerência das várias partes dos planos educacionais com os demais planos setoriais e gerais.

7 - A duração de todas as classes ^{Cinco} teóricas não ^{deve} ser superior a 25 ~~dias~~ dias úteis, ou seja, ~~uma~~ ^{cinco} semanas. ~~Todos os trabalhos operacionais deverão começar. Todo o grupo de peritos participará da elaboração de cada um dos capítulos principais do plano educacional do Rio de Janeiro sob supervisão de chefes de grupo escolhidos pela~~

8 - Durante a última semana do curso de treinamento intensivo os alunos terão como sede o ^{INEP/CNPE} ~~BRAN/RIO~~, onde funcionários do ~~BRAN~~ e os vários professores do grupo farão uma avaliação dos trabalhos realizados e fixarão os detalhes da 2ª etapa do programa de treinamento.

9 - PESSOAS QUE PODERÃO ADMINISTRAR ALGUMAS AULAS

Teoria do Planejamento - Planejamento Educacional

- Arlindo Lopes Corrêa e ~~Jacques Rosa~~.

Reforma Administrativa

- Vitor Amaral Freire

Utilização de Equipamento Eletrônico em estatística e administração

- Especialistas da IBM ou BULL

Pesquisas Educacionais

- Pierre Furter

Recursos Financeiros

- ?

10 - ALGUNS CANDIDATOS PARA O PROGRAMA DE TREINAMENTO

Paraná - Prof. Sélia Pavão

- Prof. Luís Carlos Sibut

- Prof. Ulyses Santos Filho

S. Catarina - Prof. Sílvio Coelho dos Santos

- Prof. Heryedo Lima

- Prof. Oswaldo Ferreira de Melo

S. Paulo - Prof. Lourdes Britto Pereira

Nº 767

Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1967

Prezado Senhor,

Tenho o prazer de confirmar nossas conversações anteriores, em que lhe assinalei que os CEOSE, em colaboração com a Secretaria Geral do Ministério da Educação e Cultura e com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, do Ministério do Planejamento, vão realizar, entre os dias 23 do corrente e 21 de novembro, o 1º Ciclo de Estudos de Planejamento e Administração Educacionais.

Os documentos anexos expõem a finalidade do curso e resumem seu conteúdo.

Venho solicitar-lhe a sugestão de alguns nomes, dentre os quais escolheremos três ou quatro estagiários, na base das referências apresentadas. As pessoas assinaladas serão depois formalmente convidadas pelo Sr. Secretário Geral do MEC.

Insistimos em que os indicados sejam:

1. pessoas jovens, com bastante dinamismo;
2. pessoas que já pertençam, ou possam vir a pertencer, ao staff da Secretaria, do Conselho ou de outra organização diretamente ligada à Educação. Não se trata de um curso de tipo acadêmico, mas de um treinamento com vistas a tarefas imediatas, tais como a elaboração dos planos que, no início de 1968, deverão ser preparados para 1969. A SEC deve, por sua vez, comprometer-se a utilizar plenamente esse pessoal, após o curso.

V.S.^a estará lembrado de que, na minha última visita à Bahia, falou-se da possibilidade de mandar ao Rio as seguintes pessoas:

Prof. Joaquim Coutinho

Prof. Otávio Mansur de Carvalho

Prof.^a M^a Isabel Bittencourt de Oliveira Dias.

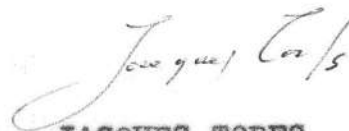
Essas pessoas me parecem bastante capacitadas e idôneas para assistir ao Ciclo de Estudos.

Se qualquer um ou todos os candidatos escolhidos por V.S.^a não puderem passar um mês no Rio, permita-me sugerir-lhe que sejam substituídos por outros depois da 2^a semana, desde que os substitutos tenham qualificações semelhantes.

Agradecer-lhe-ia comunicar-me por telegrama a lista final dos candidatos selecionados por V.S.^a.

Em relação às despesas, é possível - mas não certo - que o MEC peça a cada Estado uma contribuição financeira, como, por exemplo, o pagamento das passagens de ida e volta dos estagiários.

Colho êste ensejo para renovar-lhe os protestos da minha mais alta consideração.



JACQUES TORFS

Perito da UNESCO

Membro da Comissão dos CESE

P.S. Mandar-lhe-ei, em breve dois relatórios relativos à minha última visita, atrasados devido às tarefas que se vêm acumulando.

Ex.^{mo} Sr.

Dr. Luiz Augusto Fraga Navarro de Britto

DD. Secretário de Educação e Cultura da Bahia

Nº 768

Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1967

Prezado Senhor,

Tenho o prazer de comunicar-lhe que os CESE, em colaboração com a Secretaria Geral do Ministério da Educação e Cultura e com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, do Ministério do Planejamento, vão realizar, entre o dia 23 de outubro e o dia 21 de novembro, o 1º Ciclo de Estudos de Planejamento e Administração Educacionais.

Os documentos anexos expõem a finalidade do curso e resumem seu conteúdo.

Venho solicitar de V.S.^a e do Conselho Estadual a sugestão de alguns nomes, dentre os quais escolheremos três ou quatro estagiários, na base das referências apresentadas. As pessoas escaladas serão, depois, formalmente convidadas pelo Sr. Secretário Geral do MEC.

Insistimos em que os indicados sejam:

1. pessoas jovens, com bastante dinamismo;
2. pessoas que já pertençam, ou possam vir a pertencer, ao staff da Secretaria, do Conselho ou de outra organização diretamente ligada à Educação. Não se trata de um curso de tipo acadêmico, mas de um treinamento com vistas a tarefas imediatas, tais como a elaboração dos planos que, no início de 1968, deverão ser preparados para 1969. A SEC deve, por sua vez, comprometer-se a utilizar plenamente êsse pessoal, após o curso.

Desejaríamos, de preferência, receber uma resposta telegráfica contendo uma lista de 6 pessoas, das quais, pelo menos 2 educadores pertencentes aos quadros da Secretaria e, os demais, especialistas em problemas de planejamento e administração.

No tocante às despesas, é possível - ainda não certo - que o MEC peça a cada Estado uma contribuição financeira. Por exemplo, o pagamento das passagens de ida e volta dos estagiários.

Colho este ensejo para renovar-lhe os protestos da minha mais alta consideração.

Jacques Torfs

JACQUES TORFS

Perito da UNESCO

Membro da Comissão dos CEOSE

P.S. Mandaremos em breve o relatório CEOSE relativo ao Rio Grande do Sul. As tarefas que se têm avolumado impediram-nos, até o momento, de concluí-lo.

Ex.^{mo} Sr.

Dr. Luiz Leseigneur de Faria

DD. Secretário de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul

Secretaria de Educação e Cultura

Porto Alegre - RS

MISSÃO DA UNESCO
NO BRASIL

Caixa Postal 3872
ZC-00

RIO DE JANEIRO



organização das nações unidas para a educação, a ciência e a cultura
united nations educational, scientific and cultural organization
organisation des nations unies pour l'éducation, la science et la culture

enderço : Rua Wenceslau Braz, 71
telefone : 46-5096
telégrafo: UNESCO RIO DE JANEIRO
BMS/BRA/3417

16 May 1967

TO : Unesco (TA) experts stationed in Rio de Janeiro (Messrs.
Debrun, Marquez, Torfs, and Wijenberg)
FROM : John M. Howe, Chief of Mission
SUBJECT: New UNDP forms for travel per diem claims.

As you are aware, the UNDP travel-claims forms which we have been using have contained some unnecessary complications. New revised forms have been published and I am sending a small supply, herewith, for immediate use.

You will note that the new form is to be prepared and submitted, through our office, to the UNDP office in five copies (of different colours). I believe that, with the use of carbon paper, all five can be written at once, either on the typewriter or with a ballpoint pen.

You should disregard, in the first line of the form, the words "before undertaking the travel", which do not apply for you. As in the past, this office should be informed, if only orally, before you begin any trip.

Nevertheless, both Section A and Section B should be completed before handing over the forms, which will normally be done after the completion of each trip, rather than at the end of each month.

Perhaps, the only innovation on this new form is the requirement (in Section A) of the signature of the Brazilian official who authorizes your trips. Since the government, or other Brazilian institution, must pay the costs of your transportation, I think you will agree that such a signature is only good administrative practice on both sides, and I trust it will represent no inconvenience.

Please let me know if you have any difficulties with these forms.



Subject: Panel of Members representing the Staff who may be appointed by the Chairman of the Appeals Board to sit on the Appeals Board during the period until 28 February 1971

1. Following the election which took place on 28 February 1967, the members whose names are listed below have been declared elected:

GROUP I: Principal Officer and Director, and Professional Categories

GROUP II: General Service Category

Mr. N. BEG (FF), Pakistan
Mr. C. BEKRI (EDS), Algeria
Miss T. BRAVERY (ODG), United Kingdom
Mr. L. GOMES MACHADO (CLT), Brazil
(since deceased)
Mr. P. HENQUET (EDA), France
Mr. V. HERCIK (EDS), Czechoslovakia
Mr. V. HERRERO (DP), Spain
Mr. A. JIMENEZ (EDS), Guatemala
Mr. F. KARAM (DP), Lebanon
Mr. P. LECLERC (DP), France
Mr. P. LENGUEL (SS), Australia
Mr. W. LIGHTFOOT (EDS), United Kingdom
Mr. J. MASSEE (EP), USA
Mr. P. SANAVIO (CLT), Italy
Mr. A. VARCHAVER (EDS), USA

Mrs. H. BARRAUD (OPI), United Kingdom
Mr. F. BRAVO-GALA (DP), Spain
Mrs. J. BULDROVA (OPI), Czechoslovakia
Mr. J. CELISET (DP), France
Mrs. P. CHARTIER (DBA), Canada
Mr. J. CHAVES (COM/ADM), Spain
Mrs. G. COLLET (BOC), United Kingdom
Mrs. P. DOT (OPI), Spain
Miss G. GARGANERA (DP), Philippines
Mr. J. MASSE (OPI), France
Mrs. S. MONNET (PMR), Switzerland
Mrs. D. NAVEL (COM/ADM), France
Miss J. SMITH (BMS), United Kingdom

2. Paragraph 2 of the Statutes of the Appeals Board states that each group shall consist of fifteen members of whom not more than two in Group I and not more than three in Group II shall be of the same nationality. In order to bring the membership of the Group II to the proper number, an election will take place for two members in that Group.

3. All nominations must reach the Secretariat of the Appeals Board at Headquarters not later than 22 May 1967. Each nomination, stating the candidate's nationality, level, department, bureau or office, and duty station, must be signed by three staff members and counter-signed by the candidate to the effect that he is willing to serve if elected. Since meetings of the Appeals Board are held at Headquarters, the attention of staff members is drawn to the advisability of nominating staff members stationed at Headquarters.

4. Nominations for staff members from France, Spain and the United Kingdom are not acceptable in Group II (General Service Category) which already includes three members of each of these nationalities.



Objet : Liste des membres du personnel susceptibles d'être désignés par le Président du Conseil d'appel pour siéger au Conseil d'appel pendant la période allant jusqu'au 28 février 1971

1. A la suite de l'élection qui a eu lieu le 28 février 1967, les membres du personnel dont les noms suivent ont été déclarés élus :

GRUPE I : Catégorie des administrateurs principaux et des directeurs, et catégorie des services organiques

GRUPE II : Catégorie du personnel de service et de bureau

M. N. BEG (FF), Pakistan
M. C. BEKRI (EDS), Algérie
Mlle T. BRAVERY (ODG), Royaume-Uni
M. L. GOMES MACHADO, (CLT), Brésil (décédé)
M. P. HENQUET (EDA), France
M. V. HERCIK (EDS), Tchécoslovaquie
M. V. HERRERO (DP), Espagne
M. A. JIMENEZ (EDS), Guatemala
M. F. KARAM (DP), Liban
M. P. LECLERC (DP), France
M. P. LENGYEL (SS), Australie
M. W. LIGHTFOOT (EDS), Royaume-Uni
M. J. MASSEE (ED), Etats-Unis
M. P. SANAVIO (CLT), Italie
M. A. VARCHAVER (EDS), Etats-Unis

Mme H. BARRAUD (OPI), Royaume-Uni
M. F. BRAVO-GALA (DP), Espagne
Mme J. BULDROVA (OPI), Tchécoslovaquie
M. J. CELISET (DP), France
Mme P. CHARTIER (DBA), Canada
M. J. CHAVES (COM/ADM), Espagne
Mme G. COLLET (BOC), Royaume-Uni
Mme P. DOT (OPI), Espagne
Mlle G. GARGANERA (DP), Philippines
M. J. MASSE (OPI), France
Mme S. MONNET (PER), Suisse
Mme D. NAVEL (COM/ADM), France
Mlle J. SMITH (BMS), Royaume-Uni

2. Le paragraphe 2 des Statuts du Conseil d'appel dispose que chacun des deux groupes se compose de quinze membres dont deux au plus dans le Groupe I et trois au plus dans le Groupe II pourront être de la même nationalité. Pour compléter le Groupe II, il sera procédé à un vote en vue d'élire deux membres dans ce Groupe.

3. Toutes les propositions de candidatures devront parvenir au Secrétariat du Conseil d'appel au Siège le 22 mai 1967 au plus tard. Chaque proposition devra indiquer la nationalité du candidat, la classe du poste qu'il occupe, l'unité administrative (département, bureau ou office) à laquelle il appartient et son lieu d'affectation; elle devra être signée par trois membres du personnel et contresignée par le candidat qui se déclarera prêt à exercer son mandat au cas où il serait élu. Etant donné que les réunions du Conseil d'appel ont lieu au Siège, les membres du personnel estimeront sans doute souhaitable de désigner des candidats occupant un poste au Siège.

4. Les propositions de candidatures de ressortissants de l'Espagne, de la France, et du Royaume-Uni, ne pourront pas être acceptées pour le Groupe II (Catégorie du personnel de service et de bureau), ce groupe comprenant déjà trois membres de chacune de ces nationalités.

Nº 401

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1967

Ao: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador dos CROSE
Do: Prof. Jacques Torfs
Perito da UNESCO

MEMORANDUM

Assunto: Organização dos CROSE. ESTADO DE SÃO PAULO

1. ITINERÁRIO

Estive em São Paulo, organizando os CROSE, entre os dias 22 e 24 de janeiro corrente.

2. ENCONTROS

Encontrei com o atual Secretário de Educação do Estado Prof. Carlos Pasquale e com funcionários dessa dependência. Também expliquei a organização dos CROSE na Câmara de Ensino Primário e Médio do Conselho Estadual e, depois, ao Conselho reunido em sessão plenária (v. lista dos Conselheiros e dos Conselheiros presentes na reunião - Anexo A).

Visitei o Prof. Mário Azanha, diretor encarregado do Centro Regional de Pesquisas, e o Dr. João de Deus Cardoso de Melo, Vice-Reitor da Universidade Mackenzie.

O futuro secretário de Educação do Estado de São Paulo, Dr. Antônio Barros de Ulhoa Cintra assistia à reunião plenária do Conselho.

Os reitores da Universidade Católica e da Universidade de São Paulo encontravam-se numa reunião de reitores no Rio de Janeiro e será necessário informá-los sobre a organização dos CROSE, em carta separada.

3. MATERIAL DISTRIBUÍDO

Deixei exemplares do programa completo dos CROSE aos Drs. Pasquale e Cintra, ao Presidente do Conselho, Dr. Arnaldo Laurindo (2 cópias), e uma cópia à Prof.^a Lourdes Britto Pereira. O Prof. Mário Azanha já tinha um exemplar.

4. MATERIAL RECOLHIDO

Pelos ofícios nº 380, de 19 de janeiro de 1967 e nº 404, de 30 de janeiro de 1967, tive a satisfação de fornecer, ao senhor Coordenador dos CROSE, as informações pertinentes à operação dos serviços educacionais do Estado de São Paulo.

5. LISTA DE PARTICIPANTES

A Prof.^a Lourdes Britto Pereira está elaborando uma lista de participantes dos CROSE, a qual sujeitará aos Drs. Pasquale e Cintra, ao Presidente do Conselho Estadual e aos reitores.

6. COORDENAÇÃO

O C.R.P.E. de São Paulo deveria encarregar-se das funções coordenadoras, através da criação de um órgão coordenador competente e particularmente importante naquele Estado.

Falei a êsse respeito com o Dr. Azanha, diretor do Centro, que assinalou o seguinte:

O Centro poderá, provavelmente, responsabilizar-se pela organização local dos CROSE, porém:

a. Não dispõe de local para reuniões plenárias. A Universidade poderia oferecer a sala.

b. O transporte dos conferencistas e dos participantes dos CROSE poderá ser providenciado, se tiver os meios financeiros para pagar aos motoristas as horas extraordinárias.

c. Assegurará os trabalhos de secretaria que se fizerem necessários, se tiver meios para pagar as horas suplementares.

d. Pode oferecer uma refeição aos participantes.

e. O Dr. Azanha não dispõe do tempo necessário para encarregar-se, pessoalmente, dos trabalhos de Coordenação.

f. De um modo geral, o Dr. Azanha não pode assumir a responsabilidade moral e financeira em nome do CRPE, ou nomear um coordenador, sem receber instruções específicas, por escrito, a esse respeito, por parte das autoridades competentes, isto é, do Senhor Diretor do INEP.

Os comentários do Dr. Azanha são muito lógicos, razão por que permito-me recomendar que o Dr. Mascaro forneça-lhe as instruções e autorizações apropriadas.

7. PROBLEMAS EDUCACIONAIS DO ESTADO

O Estado dispõe de recursos consideráveis para o desenvolvimento do seu sistema educacional. Os fatores negativos são:

- a. Organização administrativa muito deficiente da Secretaria de Educação.
- b. Ausência de dados estatísticos básicos.
- c. Falta de planejamento.
- d. Falta de vagas: algumas escolas primárias urbanas operam com três turnos.
- e. O Sistema de pesquisas educacionais não tem relação com os maiores problemas da Secretaria.
- f. Proliferação inútil de Faculdades Regionais não planejadas.

Entre os fatores positivos, destaca-se o desejo do atual Governo de reformar as estruturas administrativas deficientes.

8. OUTRAS CONSIDERAÇÕES E SUGESTÕES

- a. O Dr. Pasquale deseja instruções e convites precisos a respeito de sua própria participação nos CROSE.
- b. O Dr. Pasquale considera que se deveria fazer um esforço especial no sentido de os CROSE se tornarem muito mais operacionais e alcançarem um número maior de pessoas.
- c. O Dr. Azanha também opina que os CROSE deveriam ser muito mais práticos e operacionais, e que, na sua forma atual serão muito custosos.

Atenciosamente,

Jacques Torfs
Jacques Torfs

GOVÊRNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Caixa Postal, 12.957 - São Paulo - Brasil

----- Sessão do CONSELHO PLENO - 23/1/67 -----
=====

FÔLHA DE PRESENÇA DOS SENHORES CONSELHEIROS
=====

1. Oswaldo Muller da Silva
- * 2. Honório Monteiro
- * 3. Alpíno de Lopo Casali
4. Antônio de Carvalho Aguiar
- * 5. Arnaldo Laurindo
6. Carlos Correa Mascaro
- * 7. Carlos Henrique Liberalli
8. Carlos Pasquale
- * 9. Mons. Emílio José Salim
- * 10. Erasmo de Freitas Nuzzi
- * 11. Esther de Figueiredo Ferrez
12. Flaminio Fávero
13. Laerte Ramos de Carvalho
14. Pe. Lionel Corbeil
15. I^a Maria I. Leme Monteiro
16. Miguel Reale
- * 17. Nelson Cunha Azevedo
- * 18. Paulo Gomes Romeo
- * 19. Paulo Ernesto Tolle
20. Vespasiano Consiglio
- * 21. Zeferino Vaz

=====

SUBSTITUTOS

=====

- * 1. Antônio Barros de Ulhôa Cintra
- * 2. Elisário Rodrigues de Sousa
- * 3. Theophilo Arthyr de Siqueira Cavalcanti F^o
- * 4. Alfredo Gomes
5. José Salvador Julianelli

Nº 401

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1967

Ao: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador dos GROSE
Do: Prof. Jacques Torfs
Perito da UNESCO

Assunto: Reorganização dos GROSE

Senhor Coordenador,

Venho de discutir, em cinco Estados, a organização e o conteúdo dos GROSE.

Não foi particularmente entusiástica a recepção do temário. Muitas das pessoas bem qualificadas, com as quais falei sobre o conteúdo das conferências e do proposto sistema de organização, formularam objeções muito acertadas, que me parecem particularmente válidas e confirmam minhas próprias observações e as objeções que fiz, verbalmente, aos organizadores dos GROSE.

Em consequência, num espírito de colaboração construtiva, desejo explicar as razões pelas quais acredito que os GROSE, na sua forma atual, deverão ser abandonados, por improdutivos e extraordinariamente caros. Desejo também sugerir a adoção de soluções alternativas que, em minha opinião, têm perspectivas muito melhores.

A. INCONVENIENTES DA SOLUÇÃO ATUAL

1. Os temas das conferências são geralmente sofisticados e acadêmicos e de pouco interesse para os responsáveis pela operação dos sistemas de ensino, que devem resolver problemas imediatos de administração, organização e finanças, de natureza menos nobre e muito mais prática.

2. Os CROSE treinarão, apenas e muito superficialmente, de 6 a 8 candidatos por Estado. Desses candidatos, a maioria será escolhida ex-officio pelas autoridades locais, de acordo com a natureza de suas posições (Secretários de Educação, Diretores de departamento, Presidentes de Conselhos estaduais, Professores de Filosofia, representando as Universidades) e não porque verdadeiramente tenham formação e disposição técnica adequadas ou porque venham a ter, no futuro, provável influência sobre o desenvolvimento educacional.

Em consequência, na situação atual, o Ministério e a UNESCO gastarão cerca de 600 milhões de cruzeiros para dar conferências acadêmicas, teóricas e ex catedra a um total de 130 a 140 pessoas, das quais, apenas 30 ou 40 possuem verdadeiramente as qualificações atuais e futuras apropriadas para derivar alguns benefícios daquelas. Acrescentarei que o problema administrativo é de tal magnitude que o sucesso material do projeto é muito duvidoso.

Proponho que se adote uma das duas soluções alternativas seguintes:

A. CROSE concentrados e reduzidos

1. O programa dos CROSE será drasticamente reduzido a uma semana de 8 dias úteis.

2. Apenas os temas de utilidade prática imediata serão apresentados:

- a. Técnicas de reorganização e de controle administrativos.
- b. Técnicas de planejamento e de execução dos planos.
- c. Técnicas de apresentação de orçamento, programas e controle de despesas.
- d. Técnicas de elaboração de estatísticas, cadastro e de controle de dados.
- e. Seleção dos temas de pesquisas educacionais, aplicação das conclusões e das novas técnicas.
- f. Organização de sistemas de educação permanente.
- g. Introdução de novos meios de educação (Televisão, Rádio, Instrução programada, etc.)
- h. Problemas e sistemas de treinamento do pessoal administrativo e docente.

3. Essas conferências serão realizadas em 14 cidades, o que eliminará a maior parte do deslocamento dos alunos. Uma programação racional dos itinerários dos conferencistas permitirá concluir todo o trabalho em 14 semanas.

B. PRE-CROSE

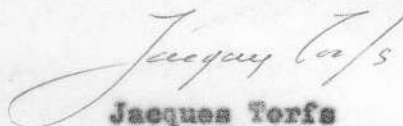
1. Organizar-se-ão, no Rio, cursos intensivos de treinamento de 25 a 30 peritos em planejamento. A aplicação das técnicas será demonstrada na prática, através da elaboração de planos educacionais para os Estados da Guanabara, ou Rio de Janeiro, ou Espírito Santo.

2. Uma vez terminados os cursos teóricos e práticos, os peritos e seus professores dividir-se-ão logo em 3 grupos, os quais adiantarão o planejamento de 3 estudos adicionais e treinarão, em cada Estado, 10 peritos adicionais.

3. Dê-se modo, poder-se-á, em um ano, elaborar 4 planos educacionais e formar de 50 a 60 técnicos bem treinados em todos os aspectos da organização e do planejamento dos sistemas de ensino.

4. Esses técnicos poderão, em 1968, dar uma assessoria válida em assuntos de planejamento, reforma administrativa, organização e problemas pedagógicos a todos os demais Estados da União.

Atenciosamente,


Jacques Torfs

cc.

Dr. Carlos Correa Mascaro
Mr. John Howe
Dr. Carlos Pasquale
Prof. Michel Debrun
Prof. Pierre Furter
UNESCO - Paris ✓
Arquivo
Prof. Torfs

Nº 400

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1967

Ao: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador dos GROSE

De: Prof. Jacques Terfs
Perito da UNESCO

Assunto: Lista dos participantes dos GROSE de Sta Catarina.

Senhor Coordenador,

Por ocasião de minha última viagem a Sta Catarina, pedi aos altos funcionários do sistema educacional daquele Estado que me fornecessem uma lista de pessoas que pudessem participar dos GROSE.

Não recebi qualquer resposta e acho que, na realidade, será muito difícil obter uma lista completa por parte da Secretaria do Estado de Sta Catarina, uma vez que esse órgão não deseja falar ou atuar em nome das demais organizações educacionais do Estado.

Em consequência, permito-me apresentar a seguinte lista de candidatos, que, de acôrde com as pessoas com quem me encontrei em Florianópolis, têm ou terão grandes responsabilidades no desenvolvimento do sistema educacional do Estado:

1. Prof. Galileu Craveiro de Amorim - Secretário de Educação.
2. Prof. Cândido Goulart - Diretor do Departamento de Educação da Secretaria.
3. Prof. Orlando Ferreira de Melo - Presidente do Conselho Estadual e Diretor da Fundação Educacional de Santa Catarina.
4. Dr. Ennes Gualberto - Secretário Geral do Gabinete do Planejamento.

5. Dr. Oswaldo Ferreira de Melo - Diretor da Faculdade de Educação.
6. Prof. Sílvio Coelho dos Santos - Diretor Assistente do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais, que seria o Coordenador dos GROSE em Sta Catarina.
7. Dr. Moyedo G. Lins, assessor principal do Gabinete de Planejamento.
9. Prof. Alcides Abreu - especialista em problemas de mão-de-obra, nacionalmente conhecido.

Faltaria apenas, para completar a lista, um candidato nomeado pela Universidade Federal, cujo nome poderia ser solicitado através de uma carta apropriada ao Reitor daquela Universidade.

Atenciosamente,


Jacques Torfs

cc.

Dr. Carlos Correa Mascaro
Diretor do INEP

Mr. John Howe
Chefe da Missão da UNESCO no Brasil

UNESCO ✓

Prof. Jacques Torfs

Arquivo

Nº 399

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1967

Ao: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador dos CROSE

De: Prof. Jacques Torfs
Perito da UNESCO

Assunto: Preparação dos CROSE. Visita a João Pessoa - Paraíba.

Senhor Coordenador,

Viajei de Natal a João Pessoa no dia 12 de janeiro corrente. Não encontrei o Secretário de Educação ou os demais membros do Conselho de Educação e pareceu-me, consequentemente apropriado encurtar minha visita e pedir pessoalmente a V.S.^a, como o fiz em Recife, encarregar-se da preparação dos CROSE no Estado da Paraíba.

Tive interessante conversa com o Prof. Francisco Aldo, da Secretaria, o qual me forneceu as seguintes informações:

a. A situação educacional do Estado vinha sendo muito complicada até o ano de 1965, devido aos níveis salariais excepcionalmente baixos: os professores leigos ganhavam Cr\$ 30.000 (trinta mil cruzeiros) por mês; os professores primários normalistas Cr\$ 40.000 (quarenta mil cruzeiros) por mês e os professores secundários Cr\$ 70.000 (setenta mil cruzeiros). Esta situação foi parcialmente retificada e os salários atuais são de Cr\$ 60.000 (sessenta mil cruzeiros), Cr\$ 85.000 (oitenta e cinco mil cruzeiros) e Cr\$ 320.000 (trezentos e vinte mil cruzeiros), respectivamente.

b. Este melhoramento foi possível porque, nas condições atuais, quase todos os programas de construção escolar, treinamento, pesquisas são feitos mediante a utilização de fundos provenientes do MEC, da SUDENE e da USAID.

A quase totalidade do orçamento de 1967, ou seja, 9 bilhões de cruzeiros, poderá ser utilizada para pagar salários dos professores e do pessoal administrativo.

c. Os custos de construção das escolas são notavelmente mais altos que no Estado do Ceará e atingem a Cr\$ 60.000 por m² para as escolas primárias urbanas. Não são superiores para as escolas de nível médio.

Atenciosamente,

Jacques Torfs
Jacques Torfs

cc.

Dr. Carlos Correa Mascaro
Diretor do INEP

Mr. John Howe
Chefe da Missão da UNESCO no Brasil

UNESCO

Prof. Torfs ✓

Arquivo

Nº 386

Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1967

MEMORANDUM

Ao: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador dos CROSE

De: Prof. Jacques Torfs
Perito da UNESCO

Assunto: Organização dos CROSE no Rio Grande do Norte

Senhor Coordenador,

Tenho a honra de apresentar-lhe os resultados de minha viagem ao Rio Grande do Norte, a serviço dos CROSE.

1. Itinerário

Visitei Natal nos dias 11 e 12 de janeiro.

2. Encontros

Fui recebido pelo Chefe de Gabinete da Secretaria de Educação, Prof.^a Zilda Lopes e pela Diretora do Centro de Pesquisas Educacionais D. Anilda Menezes. O Secretário de Educação Sr. Jarbas Bezerra estava ausente.

Expliquei os objetivos dos CROSE a todos os altos funcionários da Secretaria de Educação e a todos os membros do Conselho Estadual reunidos numa sessão plenária, sob a Presidência do Dr. João Wilson.

Visitei, também, o Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Prof. Onofre Lopes da Silva.

3. Material distribuído

Entreguei ao Chefe de Gabinete da Secretaria de Educação e ao presidente do Conselho Estadual dois exemplares completos do Programa e Cronograma dos CROSE e distribuí várias cópias do Programa resumido aos membros do Conselho Estadual e ao Reitor da Universidade.

4. Material recolhido

Pelos ofícios 364 de 16/1/67 tive a honra de comunicar ao Senhor Coordenador dos CROSE toda a informação recolhida sobre os sistemas educacionais do Rio Grande do Norte.

Em anexo a esse memorandum o Sr. Coordenador encontrará:

Anexo A: Quadro dos diretores dos Serviços de Secretaria.

Anexo B: Relação da equipe técnica do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais.

Anexo C: Lista dos membros do Conselho Estadual de Educação.

5. Lista de participantes dos CROSE:

A lista dos participantes dos CROSE foi discutida pelo Chefe do Gabinete da Secretaria com o Presidente do Conselho Estadual de Educação que recomendaram a seguinte distribuição:

a) representantes da Secretaria de Educação:

1. Secretário de Educação Dr. Jarbas Bezerra.
2. Chefe do Planejamento Dra. Eunice Correia da Costa.
3. Diretora do Centro de Pesquisas Anilda Menezes.
4. Chefe de Gabinete Zilda Lopes.

b) representantes do Conselho Estadual de Educação:

1. Dr. João Wilson, Decano da Faculdade de Economia da Universidade e Presidente do Conselho.
2. Dra. Maria Alexandrina Sampaio, Supervisora Chefe das Supervisoras.

c) representantes da Universidade: o Reitor Dr. Onofre Lopes da Silva ou a pessoa que terá a bem recomendar.

6. Coordenador

O Coordenador dos CROSE poderia ser o Chefe do Planejamento da Secretaria Dra. Eunice Correia da Costa, agora ausente, em viagem para Europa.

A professora Eunice C. da Costa foi recomendada por todas as pessoas com as quais tive maiores entendimentos tanto na Secretaria como no Conselho Estadual.

7. Problemas mais importantes e expectativas.

1. Os maiores problemas educacionais no R.G. Norte.

- a) Falta de planejamento: os altos funcionários da Secretaria de Educação e os membros do Conselho confirmam que o Conselho não tem meios técnicos e financeiros necessários para planejar.

Os funcionários da Secretaria acham que os planos deveriam ser feitos na Secretaria e apresentados ao Conselho para obter sua homologação.

Os membros do Conselho desejam obter ajuda financeira da União pela contratação de técnicos que poderão se dedicar à elaboração de planos.

- b) O planejamento universitário não responde a objetivos e necessidades calculados cientificamente e não passa de uma lista de despesas para a realização de objetivos fixados de maneira arbitrária.

- c) A estrutura administrativa da Secretaria de Educação é inadequada e não define nítida e logicamente as responsabilidades e autoridades de cada uma das direções.

Existe, também, uma confusão entre as atribuições normativas e executivas dos vários órgãos da Secretaria.

- d) Os membros do Conselho Estadual dedicam a maior parte de seu tempo a discussões bizantinas sobre regulamentações escolares ou temas menores de administração escolar que poderiam ser resolvidos facilmente pelos funcionários da Secretaria ou regulamentos gerais.

- e) E ainda, o sistema educacional do Estado sofre do número excessivo de professores leigos, de escolas de uma única sala, do excesso de professores do sexo feminino e do conservantismo das autoridades educacionais.

2. Fatores Positivos.

O Reitor da Universidade Federal está desenvolvendo com grande sucesso, a idéia da CRUTAC (Centro Rural Universitário de Treinamento e de Ação Comunitária).

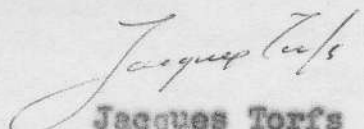
Esta iniciativa parece muito interessante e merece ser apoiada.

8. Sugestões e observações.

A organização dos CROSE em Natal pode ser difícil porque a cidade dispõe, apenas, de um só hotel apropriado para receber os conferencistas e convidados, que é o Hotel dos Três Reis Magos, com uma capacidade de setenta aposentos.

A disponibilidade de conduções, também, é limitada. Estes aspectos deverão ser resolvidos com vários meses ou semanas de antecipação.

Sem mais pelo momento, subscrevo atenciosamente,


Jacques Torfs
Perito da UNESCO

cc: Dr. Carlos Correa Mascaro
Mr. John Howe
Unesco
Torfs/
Debrun/Furter/Arquivo

ANEXO A

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

QUADRO DOS DIRETORES DOS SERVIÇOS

Nº	N O M E	F U N Ç Ã O	OBSERVAÇÃO
01	Zilda Lopes do Rêgo	Chefe de Gabinete	
02	Eunice Correia da Costa	Chefe Assessoria Planeja- mente	
03	Dr. Luciano Alves da Nêbrega	Diretor Serviço de Admi- nistração	
04	Maria Anilda de Menezes	Diretora do Centro de Es- tudos e Pesquisas Educa- cionais	
05	Ilma Diniz Mele	Diretora de Serviço Cul- tural	
06	Dr. Olave Sidrin	Diretor do Serviço de A- tividades Complementares	
07	Iracema Brandão de Araújo	Inspetora da 1ª Inspete- ria Regional de Ensino	
08	Maria José Fernandes	Inspetora da 2ª Inspete- ria de Ensino - Mossoró	
09	Carmen Silvia Machado Nêbrega	Inspetora da 3ª Inspete- ria de Ensino - Caicó	
10	Maria de Lourdes Cabral	Inspetora da 4ª Inspete- ria de Ensino - Pau dos Ferres	
11	Vilma da Fensêca Tinôco	Inspetora da 5ª Inspete- ria Regional de Ensino - Angicos	
12	Francisca Ivaíta Guilherme	Inspetora da 6ª Inspete- ria de Ensino - Santa Cruz	
13	Naide da Fensêca Tinôco	Inspetora da 7ª Inspete- ria de Ensino - Nova Cruz	

RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ANEXO B

RELACÃO DA EQUIPE TÉCNICA DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS

SECÇÃO	NOME	FUNÇÃO	QUALIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
Secção de Orientação e Supervisão.	Maria Anilda de Menezes	Técnico em Educação	Curso em Educação Elemental E.E.U.U.	Atualmente na Direção do CEPE.
	Leonice de Medeiros Lima	Técnico em Educação	Chefe de Secção	Pré-Primário E.E.U.U.
	Rita Santos de Melo	Técnico em Educação	-	-
	Terezinha Garcia de Melo	Técnico em Educação	INEP	
	Nancy Gomes dos Santos	Técnico em Educação	INEP	
	Isôlda Trigueiro	Técnico em Educação	PABAE	
	Luzia Maria Tôrres	Técnico em Educação	INEP Pré-Primário	
	Elizete Cardoso do Nascimento	Professôra Primária	INEP Pré-Primário	À disposição do CEPE
	Maria do Socorro Rocha	Professôra Primária	PABAE	À disposição do CEPE
	Maria do Socorro Lopes	Professôra Primária	Artes Industriais	À disposição do CEPE
Secção de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento de Professores.	Maria Alexandrina Sampaio	Técnico em Educação	PABAE	À disposição da Comissão Bolsas de Estudo.
	Cleomar Cardoso Freire	Técnico em Educação	Especialista em Educação.	
	Joey Edvalda da Costa	Técnico em Educação	Especialista em Educação.	
	Maria do Socorro de Souza	Técnico em Educação	Educação Elemental E.E.U.U.	
	Maria Elza Fernandes Sena	Técnico em Educação	Psicologia E.E.U.U.	Atualmente na SUDENE em Recife.
	Lenilza Grant de Oliveira	Técnico em Educação	-	Fazendo Bolsa nos Estados Unidos.
	Alda Aldira de Araújo	Técnico em Educação	PABAE	À disposição da Comissão do Ensino Médio.

SECÇÃO	NOME	FUNÇÃO	QUALIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
Secção de Pesquisas e Experimentação.	Ernani Silva	Técnico em Educação	Artes Industriais	À disposição do CEPE
	José Maria Pinto	Técnico em Educação	Artes Industriais	
	Margarida Cortez da Silva	Professora Primária	Especialista Educação	
	Zilda Lopes do Rêgo	Técnico em Educação	Pesquisas em Educação	À disposição do GABINETE.
	Edith Ferreira do Monte	Técnico em Educação	Pesquisas em Educação	À disposição do I.P.
	Inalda Medeiros	Técnico em Educação	Chefe de Secção Pesquisa em Educação	
Secção de Iniciação à Ciências	Maria de Paula Souza	Técnico em Educação	-	
	Dione Moreira	Técnico em Educação	CECINE	-
	Maria das Neves Queiroz Soares	Técnico em Educação	INEP	-
	Maria Lúcia da Silva	Técnico em Educação	PABANE	-
Secção de Recursos Audio-Visual	Maria Augusta da Fonsêca	Técnico em Educação	INEP	-
	Cleizimar Freire Luz	Desenhista	Curso Desenho	-
	Maria Ozenita Cordeiro	Desenhista	Curso Desenho	-

ANEXO C

COMPOSIÇÃO DAS CÂMARAS

Câmara de Leg. e Normas

- 1 - João Wilson Mendes Mélo
- 2 - Ulisses Celestino de Gess
- 3 - Jessé Dantas Cavalcanti

Câmara de Ensino Superior:

- 1 - Clevis Gonçalves dos Santos
- 2 - Odilon de Amorim Garcia
- 3 - Jessé Dantas Cavalcanti

Câmara de Ensino Médio

- 1 - Ney da Silva Gurgel
- 2 - Padre Mario Carlos Daurize
- 3 - Francisca N. Fernandes de
Oliveira

Câmara de Ensino Primário

- 1 - Maria Alexandrina Sampaio
- 2 - Dalva de Oliveira
- 3 - Lia Campos

SECRETARIA DO CONSELHO

Maria de Lourdes Silva de Medeiros - Secretária
Sueli da Silva Cavalcanti
Isabel Fernandes de Nascimento
Judith Amorim
Germana Filgueira Freire
Raimunda Pereira de Castro
Maria da Conceição de Medeiros
Alice Florêncio de Brito
Edmilson Jales Dantas
Pedro Silvino Pereira

Nº 383

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1967

Ao: Prof. Roque Spencer Maciel de Barros
Centro Regional de Pesquisas Educacionais
De: Prof. Michel Debrun
Comissão INEP/UNESCO

Prezado professor,

O INEP vai promover, com a colaboração da UNESCO e a partir de março vindouro, "Colóquios Regionais sobre a Organização dos Sistemas Educacionais" (CROSE). Esses Colóquios terão uma duração de 4 semanas, e cada semana, correspondendo a um grupo de temas afins, será por sua vez reproduzida, sucessivamente, em quatro regiões do país. Cada semana se estenderá, assim, sobre um mês ou um mês e meio, conforme se trate de uma "pequena semana" (5 dias) ou de uma "grande semana" (9 dias). O conjunto do empreendimento levará um pouco mais de 5 meses (de 13 de março a 19 de agosto). Recomendo-lhe a leitura do teorário e do cronograma anexos.

A finalidade do projeto é proporcionar aos Estados e Territórios uma visão melhor do problema educacional brasileiro, levando-se em conta as diversidades regionais, a fim de facilitar uma racionalização dos seus sistemas educacionais, de acordo com o espírito de descentralização e autonomia presente na L.D.B.

Os CROSE consistirão de palestras (na parte da manhã), debates e apresentações de relatórios (na parte da tarde). Seus participantes (em número variável, conforme a importância do Estado ou Território: de 1 até 8) serão escolhidos nas seguintes faixas: membros dos Conselhos Estaduais, secretários e principais responsáveis das Secretarias de Educação, ou dos órgãos e serviços ligados às Secretarias (centros de treinamento do magistério, serviços de supervisão ou orientação pedagógica, etc.).

Sugeri aos membros da comissão INEP/UNESCO que, nos 2º e 3º dias da primeira semana (17 e 18 de março em São Paulo; 4 e 5 de abril em Brasília; 11 e 12 de abril no Recife; 18 e 19 de abril no Rio) V.S.ª (cujo livro "A Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade" é uma de minhas chaves na interpretação da realidade brasileira) fôsse convidado mra apresentar:

- no 2º dia ("Panorama Histórico da Educação Brasileira"): II,2,A: "Evolução e Principais Correntes";
- no 3º dia ("Ideais e Realizações dos Pioneiros da Geração de 1930"): I,3,B: "Principais tendências".

Deixei, voluntariamente, bastante indecisos os roteiros dessas duas palestras, a fim de que V.S.ª se sentisse mais à vontade para equacionar os temas. O essencial é que haja um mínimo de entrosamento com as palestras que eu farei nos mesmos dias (I,2,B e I,3,A). Nas tardes, conduzirmos, juntos, os debates em relação aos temas apresentados na parte da manhã.

Devo esclarecer que, além das passagens e da hospedagem, V.S.ª receberia Cr\$ 100.000 pela redação de cada palestra, e mais Cr\$.. 50.000 por apresentação - ou seja, no conjunto:

I,2,A : 100.000 + (50.000 x 4) = 300.000 cruzeiros

I,3,B : 100.000 + (50.000 x 4) = 300.000 cruzeiros

Total : 600.000 cruzeiros

Peço-lhe que me comunique o mais breve a sua resposta (se possível antes do fim deste mês), a fim de que, se fôr negativa, eu possa indicar algum outro nome. Eventualmente, aliás, V.S.ª poderia fazer sugestões nesse sentido.

Sem mais, subscrevo-me, cordialmente,

Michel Debrun

Nota: independentemente de sua resposta escrita, poderia V.S.ª telefonar-me, na parte da manhã ou na hora do almoço, para o CBPE (tels: 46-0889 e 46-9574), deixando o recado, caso eu não estivesse na hora.

Nº 384

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1967

Ao: Prof. Wilson Rodrigues
Secretário de Educação do Estado de Mato Grosso

De: Prof. Michel Debrun
Membro da Comissão INEP/UNESCO

Prezado Professor:

Tenho o prazer de comunicar-lhe (mas o Sr. já soube, acredito, pelo Prof. Durmeval Trigueiro), que a cidade de Cuiabá foi escolhida como sede da 4ª semana dos CROSE, no Grupo B. Estaremos, pois, entre os Bororó e Xavantes, do dia 31 de julho ao dia 4 de agosto.

Mais algumas observações:

1. Sugeri que o Sr. fôsse o responsável pelos CROSE no Estado de Mato Grosso, e gostaria que nos transmitisse, em breve, a sua resposta, afirmativa, acredito. Se considerar pesado demais esse ônus, peço-lhe o obséquio de indicar o nome de outra personalidade.

2. Mando-lhe o novo cronograma: houve modificações na 1ª semana, devido à realização da 3ª Conferência Nacional de Educação.

3. Poderia mandar-me os papéis que o Sr. e D. Léia FONSECA me prometeram? Insisto, em particular, sobre o novo organograma - que julguei muito funcional e suscetível de transplantação em outros lugares - da Secretaria e dos órgãos a ela ligados. Peço, também, os dados quantitativos sobre a situação educacional do Estado, nos graus primário e médio, bem como o plano de construções escolares (com indicações sumárias referentes aos materiais, tipos de construção, dimensionamento das unidades, etc.), elaborado pelo Sr. e apresentado ao Governo do Estado.

4. Sugiro que faça uma lista de 8 (oito) nomes (que encoberia), indicando personalidades que, por um lado, teriam que assumir o compromisso de participar nas 4 semanas dos colóquios, e cujas possibilidades de atuação ulterior no campo educacional se afiguram boas, por outro lado. Nesta lista, a Comissão INEP/UNESCO escolheria, de cima para baixo, o número de pessoas finalmente considerado conveniente para o Estado do Mato Grosso (6, pelo que acredito, mas nada ainda foi decidido).

Aproveitando o ensejo para agradecer a acolhida que me proporcionou em Cuiabá, renovo a V.Sa. os protestos da minha mais alta consideração.

Michel Debrun

cc.

Prof. Mascaro
Diretor do INEP

Prof. Durmeval Trigueiro
Coordenador dos GROSE

Prof. Pierre Furter
Membro da Comissão dos GROSE

Prof. Jacques Torfs
Membro da Comissão dos GROSE

Prof. Paulo de Almeida Campos
Membro da Comissão dos GROSE

Missão da UNESCO

Arquivo

No 382

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1967

Ao: Professor Luiz Pereira
Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT)
São Paulo

De: Professor Michel Debrun
Comissão INEP/UNESCO

Prezado Luiz Pereira,

O INEP vai promover, com a colaboração da UNESCO e a partir de março vindouro, "Colóquios Regionais sobre a Organização dos Sistemas Educacionais" (CROSE). Esses Colóquios terão uma duração de 4 semanas, e cada semana, correspondendo a um grupo de temas afins, será por sua vez reproduzida, sucessivamente, em quatro regiões do país. Cada semana se estenderá, assim, sobre um mês ou um mês e meio, conforme se trate de uma "pequena semana" (5 dias) ou de uma "grande semana" (9 dias). O conjunto de empreendimento levará um pouco mais de 5 meses (de 13 de março a 19 de agosto). Recomendamo-lhe a leitura do temário e do cronograma anexos.

A finalidade do projeto é proporcionar aos Estados e Territórios uma visão melhor do problema educacional brasileiro, levando-se em conta as diversidades regionais, a fim de facilitar uma racionalização dos seus sistemas educacionais, de acordo com o espírito de descentralização e autonomia presente na L.D.B.

Os CROSE consistirão de palestras (na parte da manhã), debates e apresentações de relatórios (na parte da tarde). Seus participantes (em número variável, conforme a importância do Estado ou Território: de 1 até 8) serão escolhidos nas seguintes faixas: membros dos Conselhos Estaduais, secretários e principais responsáveis das Secretarias de Educação, ou dos órgãos e serviços ligados às Secretarias (Centros de treinamento de magistério, serviços de supervisão ou orientação pedagógica, etc.).

Sugeri aos membros da comissão INEP/UNESCO que, no 1º dia da segunda semana (24 de abril em Porto Alegre, 8 de maio em Belém, 17 maio em Fortaleza, 29 de maio em Belo Horizonte) você, que é dono da matéria, fôsse convidado para fazer uma exposição sobre "Métodos e Técnicas da Pesquisa Sociológica", com aplicação específica ao campo educacional. Haveria de seguir, mas em termos muito flexíveis, o roteiro que eu elaborei (ver papel anexo, II,1,B). Essa palestra ligar-se-ia à que vou fazer sobre as áreas de pesquisa da sociologia da educação. Você, eu, e eventualmente, outras pessoas ligadas à sociologia da educação nas diversas regiões alcançadas pelos GROSE - conduzirmos os debates da tarde (II,1,C).

Devo esclarecer que, além das passagens e da hospedagem, você receberia Cr\$ 100.000 pela redação da palestra, e mais Cr\$ 50.000 por apresentação - ou seja, no conjunto: $100.000 + (50.000 \times 4) = \text{Cr\$ } 300.000$.

Peço-lhe comunique-me em breve sua resposta (se possível antes do fim deste mês), a fim de que, se fôsse negativa (tomara não seja!), eu pudesse sugerir em tempo algum outro nome.

Sem mais, subscrevo-me, cordialmente,

Michel Debrun

Nota: independentemente de sua resposta escrita, você poderia telefonar-me, na parte da manhã ou na hora do almoço, para o CBPE (tels: 46-0889 e 46-9574), deixando o recado, caso eu não estivesse na hora.

Nº 381

Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1967

Ao: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes

Coordenador dos CROSE

De: Prof. Jacques Torfs

Perito da UNESCO

Assunto: Apresentação de material.

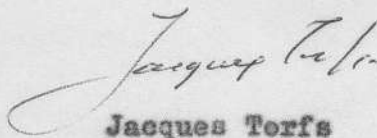
Senhor Coordenador,

Tenho a satisfação de passar às suas mãos, em anexo, os seguintes documentos, recolhidos quando de minha viagem ao Ceará, a ser viço dos CROSE:

ANEXO Nº 1 : Cópia da Lei nº 6.322, de 16 de maio de 1963, que reorganiza o Conselho Estadual de Educação e dá outras providências.

ANEXO Nº 2 : Cópia do Regimento do Conselho Estadual de Educação do Estado do Ceará (Decreto nº 6865, de 8 de julho de 1965).

Atenciosamente,


Jacques Torfs

cc.: Dr. Carlos Correa Mascare,
Diretor de INEP

Mr. John Howe, Chefe da Missão
da UNESCO no Brasil

Mr. Torfs ✓

UNESCO

Arquivo

Nº 380

Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1967

Ao: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes

Coordenador dos GROSE

De: Prof. Jacques Torfs

Perito da UNESCO

Assunto: apresentação de material.

Senhor Coordenador,

Tenho a satisfação de passar às suas mãos o seguinte material, recolhido quando de minha última visita a São Paulo, a serviço dos GROSE:

ANEXO Nº 1 : Tabelas Explicativas da Receita e Despesa do Estado de São Paulo para o exercício de 1966.

ANEXO Nº 2 : Recenseamento Escolar do Estado de São Paulo - 1964. Publicação da Secretaria de Estado dos Negócios de Educação - Comissão Estadual de Censo Escolar.

ANEXO Nº 3 : REESTRUTURAÇÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - Estudos procedidos na administração do Professor Carlos Pasquale, titular da Pasta.

Atenciosamente,

Jacques Torfs
Jacques Torfs

cc.: Dr. Carlos Correa Mascaro
Diretor do INEP

Mr. John Howe
Chefe da Missão da UNESCO

Mr. Torfs
UNESCO
Arquivo

Nº 368

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1967

Ao: Dr. Durmeval Trigueiro Mendes,
Coordenador Geral dos CROSE

De: Jacques Terfs,
Perito da UNESCO

Assunto: Organização dos CROSE no Estado de Ceará

Senhor Coordenador,

Tenho a honra de apresentar-lhe os resultados de minha viagem ao Ceará, a serviço dos CROSE.

1. Itinerário.

Visitei Pernambuco nos dias 9 e 10 de janeiro.

2. Encontros.

Fui recebido por Dr. Raimundo Girão, Secretário de Cultura, encarregado da Secretaria de Educação durante a ausência do titular, Dr. José Lucio Ferreira de Melo.

Expliquei os objetivos dos CROSE, ao Secretário e aos altos funcionários da Secretaria, a todos os membros do Conselho Estadual de Educação reunidos numa sessão plenária (ver a lista completa no anexo nº 1), e aos Professores Antonio Marques Filho, Francisco Nelson Chaves e Fran Martins da Universidade Federal do Ceará.

3. Material distribuído.

Entreguei ao Secretário de Educação e ao Presidente do Conselho, dois exemplares completos do Programa e do cronograma dos CROSE, e distribuí várias cópias do programa resumido aos membros do Conselho e aos professores da Faculdade.

4. Material recolhido.

Pelos Offícios nº 368 e nº 381 tive a honra de comunicar ao Sr. Coordenador dos GROSE a informação recolhida sobre os sistemas educacionais de Ceará.

5. Lista de participantes dos GROSE.

Anexo a lista de participantes dos GROSE (anexo nº 2), tal como foi sugerida pelas organizações interessadas.

Um oitavo candidato, Dr. José Themio Bezerra, que dirige na Secretaria a construção escolar, parece-me ser muito mais qualificado que os demais candidatos para tirar o maior benefício dos GROSE, e, considero que a sua inclusão numa lista definitiva é muito recomendável.

6. Coordenador.

O Secretário de Educação titular, parece o candidato mais indicado para coordenar os GROSE no Estado de Ceará.

7. Problemas mais importantes e expectativas.

Os maiores problemas educacionais no Ceará são:

- a) falta de planejamento;
- b) insuficiência das verbas federais;
- c) número excessivo de professores leigos;
- d) número excessivo de escolas de uma única sala;
- e) falta de assistência técnica federal nos setores de estatística, organização e planejamento;
- f) mobilização exagerada de recursos financeiros e intelectuais para o sistema de ensino superior;
- g) conservantismo das autoridades educacionais que acreditam que todas as reformas não podem ser introduzidas rapidamente no meio cearense e que este meio tem problemas fundamentalmente diferentes dos demais Estados da União.

Aparentemente não existem muitos fatores positivos que possam modificar esta situação. As autoridades cearenses desejam obter alguma ajuda em planejamento educacional e acreditam que tal assistência pode

ser obtida através do grupo misto MEC/USAID de planejamento.

Desenvolve-se, satisfatoriamente, um programa de construções escolares urbanas.

Visitei, em Fortaleza, numerosas escolas primárias e secundárias bem planejadas e construídas. O custo de construção das escolas primárias é de Cr\$ 40.000/m² e o das escolas secundárias é de Cr\$ 67.000/m².

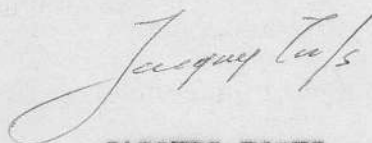
8. Sugestões e observações pessoais.

Tenho a impressão que o problema educacional será de solução mais difícil no Ceará e nos demais Estados do Nordeste que na região Sul da União, não tanto por falta de recursos ou de pessoal intelectualmente competente, porém, por razões de atitude intelectual, que parece essencialmente passiva. Em consequência, parecer-me-ia particularmente útil e importante promover um intercâmbio sistemático de técnicos válidos entre o Sul e o Nordeste.

Por razões de atitude, também, achei que seria necessário tomar medidas no sentido de treinar um número cada vez maior de professores rurais de sexo masculino. No ambiente rural do Nordeste as possibilidades ou desejos que pode ter uma professora de sexo feminino de modificar as situações existentes são muito limitadas por estritas tradições sócio-culturais.

Professores de sexo masculino provavelmente teriam melhores possibilidades de introduzir novos conceitos e reformas, que seriam mais facilmente aceitas pela população.

Atenciosamente,



JACQUES TORFS
Perite da UNESCO

cc.: Dr. Carlos Correa Mascaro,
Diretor do INEP
Mr. John Howe, Chefe da Missão
da UNESCO no Brasil
UNESCO ✓
Mr. Torfs
Arquivo

RELACÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO CEARÁ.

JORGELITO CALS DE OLIVEIRA PE. - PRESIDENTE - Dir. Colégio Castelo Branco.
JOSÉ TEIXEIRA DE FREITAS - 1º VICE-PRESIDENTE - Prof. Faculd. Filosofia.
DÁRIO BATISTA MORENO - 2º VICE-PRESIDENTE - Prof. Ensino Secundário.
ALBERTO NEPOMUCENO DE OLIVEIRA PE. - Dir. Colégio Paulo VI (Secundário)
ALUÍSIO CAVALCANTE - Dir. Escola de Administração do Ceará.
ANTONIETA RABELO DE CASTRO ANDRADE - Prof. Primária
CYBELLE POMPEU SOUSA BRASIL - Prof. Secundária
ERNANDO UCHÔA LIMA - Dir. Colégio Lourenço Filho (Particular)
FRANCISCO ARAÚJO - Prof. Faculd. Medicina da Universidade
FRANCISCO DE ASSIS FERNANDES - Dir. de Ensino Secundário - Prof. Col. Militar
JOAQUIM DE FIGUEIREDO CORREIA - Prof. Esc. Administração - Deputado Federal
MARIA ANTONIETA CALS DE OLIVEIRA - Prof. Direito - Dept. de 1º grau da Secretaria de Educação.
ODILON AGUIAR FILHO - Prof. Escola de Administração.
ÍTALA QUEZADO SAMPAIO - Prof. Primária.

Fortaleza, 9 de janeiro de 1967

ANEXO 2

Participantes
des CROSE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

1. Prof. JOSÉ LÚCIO FERREIRA DE MELO - Secretário de Educação
2. MARIA ANTONIETA CALS DE OLIVEIRA - Diretora do Departamento de Ensino de 1º Grau.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO.

3. Pe. JORGELITO CALS DE OLIVEIRA - Presidente do Conselho.- Diretor do Colégio Castelo Branco (Particular)
4. DÁRIO BATISTA MORENO - Professor de 2º Grau
5. FRANCISCO DE ASSIS FERNANDES BASTOS - Diretor do Departamento de Ensino de 2º Grau.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ.

6. NELSON CHAVES - Prof. FRANCISCO NELSON CHAVES- Vice-Presidente da Comissão Central de Ensino.
7. Pe. FRANCISCO BATISTA LUZ - Diretor da Faculdade de Filosofia.

Recomendação de Jacques Torfs:

8. Dr. JOSÉ THEMIO BEZERRA - Diretor Construção Escolar.

RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

RELAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS

SEÇÃO	NOME	FUNÇÃO	QUALIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
Seção de Orientação e Supervisão.	Maria Anilda de Menezes	Técnica em Educação	Curso em Educação Elementar E.E.U.U	Atualmente na Direção do CEPE
	Leonice de Medeiros Lima	Técnico em Educação	Chefe de Seção	Pré-Primário E.E.U.U
	Rita Santos de Melo	Técnico em Educação	-	-
	Terezinha Garcia de Melo	Técnico em Educação	INEP	
	Nancy Gomes dos Santos	Técnico em Educação	INEP	
	Isôlda Trigueiro	Técnico em Educação	PABAE	
	Luzia Maria Tôrres	Técnico em Educação	INEP Pré-Primário	
	Elizete Cardoso do Nascimento	Professora Primária	INEP Pré-Primário	A disposição do CEPE
	Maria do Socorro Rocha	Professora Primária	PABAE	A disposição do CEPE
	Maria do Socorro Lopes	Professora Primária	Artes Industriais	A disposição do CEPE
Seção de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento de Professores	Maria Alexandrino Sampaio	Técnico em Educação	PABAE	A disposição da Comissão Bolsas de Estudo
	Cleomar Cardoso Freire	Técnico em Educação	Especialista em Educação	
	Jocy Edvalda da Costa	Técnico em Educação	Especialista em Educação	
	Maria do Socorro de Souza	Técnico em Educação	Educação Elementar E.E.U.U	
	Maria Elza Fernandes Sena	Técnico em Educação	Psicologia E.E.U.U	Atualmente na SUBENE em Recife
	Denilza Grant de Oliveira	Técnico em Educação	-	Fazendo Bolsa nos Estados Unidos
	Alda Aldira de Araújo	Técnico em Educação	PABAE	A disposição da Comissão do Ensino Médio

SEÇÃO	NOME	FUNÇÃO	QUALIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
	Ernani Silva	Técnico em Educação	Artes Industriais	
	José Maria Pinto	Técnico em Educação	Artes Industriais	
	Margarida Cortez da Silva	Professôra Primária	Especialista Educação	A disposição do CEPE
Seção de Pesquisas e Experimentação	Zilda Lopes do Rêgo	Técnico em Educação	Pesquisas em Educação	A disposição do GABINETE
	Edith Ferreira do Monte	Técnico em Educação	Pesquisas em Educação	
	Inalda Medeiros	Técnico em Educação	Pesquisa em Educação	
	Maria de Paula Souza	Técnico em Educação	-	A disposição do I.P.E
Seção de Iniciação à Ciências	Dione Moreira	Técnico em Educação	CECINE	-
	Maria das Neves Queiroz Soares	Técnico em Educação	INEP	-
	Maria Lúcia da Silva	Técnico em Educação	PABAE	-
Seção de Recursos Audio-Visual	Maria Alves de Lourdes	Técnico em Educação	INEP	-
	Maria Augusta da Fonsêca	Técnico em Educação	INEP	-
	Cleizimar Freire Luz	Desenhista	Curso Desenho	-
	Maria Ozenita Cordeiro	Desenhista	Curso Desenho	-



Anexo A

RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS

QUADRO DOS DIRETORES DOS SERVIÇOS

NATAL,

Nº	N O M E	F U N C Ã O	OBSEPVACÃO
01	Zilda Lopes do Rêgo	Chefe de Gabinete	
02	Eunice Correia da Costa	Chefe Assessoria Planejamen- to	
03	Dr. Luciano Alves da Nóbrega	Diretor Serviço de Adminis - tração	
04	Maria Anilda de Menezes	Diretora do Centro de Estu - dos e Pesquisas Educacionais	
05	Ilma Diniz Melo	Diretora do Serviço Cultural	
06	Dr. Olavo Sidrin	Diretor do Serviço de Ativi- dades Complementares.	
07	Iracema Brandão de Araújo	Inspetora da 1ª Inspetoria ' Regional de Ensino	
08	Maria José Fernandes	Inspetora da 2ª Inspetoria ' de Ensino - Mossoró	
09	Carmen Silvia Machado Nóbrega	Inspetora da 3ª Inspetoria ' de Ensino - Caicó	
10	Maria de Lourdes Cabral	Inspetora da 4ª Inspetoria ' de Ensino - Pau dos Ferros	
11	Vilma da Fonsêca Tinôco	Inspetora da 5ª Inspetoria ' Regional de Ensino - Angicos	
12	Francisca Ivaíta Guilherme	Inspetora da 6ª Inspetoria ' de Ensino - Santa Cruz	
13	Naide da Fonsêca Tinôco	Inspetora da 7ª Inspetoria ' de Ensino - Nova Cruz.	

Nº 364

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1967

Ao: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador dos CROSE

Do: Prof. Jacques Torfs
Perito da UNESCO


Senhor Coordenador,

Tenho a satisfação de passar às suas mãos o seguinte material que recolhi quando de minha viagem a Rio Grande do Norte, a serviço dos CROSE:

1. ANEXO Nº 1 : REVISTA do Conselho Estadual de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte - nº 1 - agosto 1964.
2. ANEXO Nº 2 : REVISTA do Conselho Estadual de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte - nº 2 - janeiro, 1965.
3. ANEXO Nº 3 : REVISTA do Conselho Estadual de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte - nº 3 - setembro, 1965.
4. ANEXO Nº 4 : CRUTAC - Revista do Centro Rural Universitário de Treinamento e de Ação Comunitária - 3ª ed.
5. ANEXO Nº 5 : CRUTAC - Revista do Centro Rural Universitário de Treinamento e de Ação Comunitária - 4ª ed.
6. ANEXO Nº 6 : SISTEMA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO - Publicação da Secretaria de Estado de Educação e Cultura - 1966.
7. ANEXO Nº 7 : ESTATUTO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO - Lei nº 3.198, de novembro de 1964.

8. ANEXO Nº 8 : Publicação do Conselho Estadual de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte contendo: Lei Federal nº 4.024, de 20-12-61, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei estadual nº 2.768 de 9-5-62 - Dispõe sobre o Conselho Estadual de Educação e Cultura. Lei estadual nº 2.983, de 13-11-63 - Modifica disposições da Lei 2.768. Decreto estadual nº 4.055, de 10-5-63 - Aprova o Regulamento Interno do Conselho Estadual de Educação e Cultura.
9. ANEXO Nº 9 : UM DIA NO CRUTAC (Instantâneo do Trabalho de um Dia no CRN-1) - de Severino Brito.
10. ANEXO Nº 10: CRUTAC - Folheto explicativo do Centro Rural Universitário de Treinamento e de Ação Comunitária.
11. ANEXO Nº 11: CRUTAC - Boletim Informativo - nº 1 - dezembro de 1966.
12. ANEXO Nº 12: Quadro dos Diretores dos Serviços da Secretaria de Estado de Educação e Cultura
13. ANEXO Nº 13: Regulamento da Secretaria de Estado de Educação e Cultura.
14. ANEXO Nº 14: Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte , de 29 de dezembro de 1966, contendo a Lei nº 3.407 de 17 de novembro de 1966.

Atenciosamente,


Jacques Torfs

cc: Dr. Carlos Correa Mascaro
Mr. John Howe
Unesco
Torfs
Debrun/Furter/Arquivo

Nº 363

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1967

Ao: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador dos GROSE

Do: Prof. Jacques Torfs
Perito da UNESCO

Senhor Coordenador,

Tenho a satisfação de passar às suas mãos o seguinte material, recolhido no Estado do Ceará, quando de minha viagem a serviço dos GROSE:

1. ANEXO Nº 1 : CATÁLOGO GERAL - Universidade Federal do Ceará, 1966.
2. ANEXO Nº 2 : DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÔMICO DO CEARÁ (2 volumes) - publicado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade do Ceará e pela Superintendência do Desenvolvimento Econômico e Cultural.
3. ANEXO Nº 3 : Planejamento para seis anos - 1961/1966 - Publicado pela Universidade do Ceará.
4. ANEXO Nº 4 : Pequena História do Ceará - de Raimundo Girão.
5. ANEXO Nº 5 : O UNIVERSAL PELO REGIONAL - Definição de uma Política Universitária - de Antônio Martins Filho.
6. ANEXO Nº 6 : Plano de Desenvolvimento - Universidade Federal do Ceará - 2 exemplares.

Atenciosamente,

Jacques Torfs

cc: Dr. Carlos Correa Mascaro
Mr. John Howe
Unesco
Torfs
Debrun/Furter/Arquivo

Nº 354

Rio de Janeiro, 6 de janeiro de 1967

Ao: Dr. Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador dos Colóquios Regionais de Organização
sobre Sistemas de Ensino (CROSE)

Do: Prof. Jacques Torfs
Perito da UNESCO

Assunto: Organização dos CROSE no Estado do Paraná

Senhor Coordenador,

Tenho a honra de apresentar-lhe os resultados de minha viagem ao Paraná, a serviço dos "CROSE":

1. VISITA A CURITIBA - Paraná

Visitei Curitiba nos dias 19 a 21 de dezembro, a fim de divulgar os "CROSE" e participar da organização do grupo que elaborará o Plano Estadual de Educação.

2. ENCONTROS

Em visitas anteriores, eu já havia explicado os objetivos dos "CROSE" ao Sr. Governador do Estado do Paraná, Dr. Lauro Pimentel, ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, a seu assessor técnico Dr. Beneditto Cordeiro, à Prof. Zélia Milleo Pavão, do Conselho Federal de Educação, aos Profs. Luiz Carlos Sibut e Ulysses Santos Filho da FUNDEPAR.

Nessa última ocasião dei explicações mais completas a essas mesmas pessoas e também a vários membros do Conselho Estadual de Educação, que se reuniram informalmente para ouvir-me, entre os quais o Prof. Véspero Mendes, Presidente, e a Profª Eny Caldeira.

3. MATERIAL DISTRIBUIDO

Entreguei o horário dos "CROSE" e um programa provisório ao

Dr. Beneditto Cordeiro, ao Dr. L.C. Sibut e à Prof. Zélia Pavão.

Essas referidas pessoas deverão receber agora os horários e os programas definitivos dos "CROSE".

4. MATERIAL RECOLHIDO.

Pelos ofícios nº 274 de 28 de dezembro/66 e nº 270 de 23 de dezembro/66, tive a honra de comunicar ao Senhor Coordenador dos "CROSE" toda a informação disponível sobre os sistemas educacionais do Paraná.

5. LISTA DE PARTICIPANTES DOS "CROSE".

Em minha opinião, na lista de participantes dos "CROSE", dever-se-ia incluir as seguintes pessoas:

Dr. CARLOS ALBERTO MORO - Secretário de Educação e Cultura.

Dr. BENEDITTO CORDEIRO - Assessor técnico do Secretário

Professor Escola Técnica Federal de Curitiba.

Dr. VESPERO MENDES - Conselho Estadual de Educação - CODEPAR - Membro Conselho Nacional de Planejamento - CONSPLAN.

Dra. ZÉLIA PAVÃO - Conselho Estadual de Educação - Professora Universidade Federal (Fac. Filosofia).

Dr. ULYSSES SANTOS FILHO - FUNDEPAR (Economista).

Dr. LUIZ CARLOS SIBUT - FUNDEPAR (Assessor) - Professor Faculdade Católica Ciências Econômicas - Professor Escola Oficiais Especialistas da Aeronáutica.

Todos são pessoas cuja assistência aos "CROSE" parece imprescindível pela influência efetiva que têm sobre a operação dos sistemas de ensino atuais e futuros no Paraná e pela participação aos trabalhos de planejamento no Estado.

Consideraria ideal a inclusão de mais quatro candidatos:

Dra. ISOLDE ANDREATA - S.E.C. Diretora Dpto. Pesquisas.

Dra. CECÍLIA WESTPHALEN - Comitê diretivo FUNDEPAR - Professora Universidade Federal - Faculdade de Filosofia

Dr. JUCUNDINO DA SILVA FURTADO - Conselho Estadual de Educação - Professor Univ. Federal - Escola de Química.

Dra. ALDA MULLER - Diretora Depart. de Educação do S.E.C. - Professora Universidade Federal - Faculdade Filosofia.

6. COORDENADOR

Recomendaria que o Prof. LUIZ CARLOS SIBUT fôsse nomeado Coordenador dos "CROSE" no Paraná. Esta possibilidade foi discutida e aprovada por tôdas as pessoas intimamente relacionadas às atividades INEP/UNESCO, no referido Estado.

7. PROBLEMAS MAIS IMPORTANTES E EXPECTATIVAS.

Os maiores problemas educacionais no Paraná são:

- a) Falta de planejamento.
- b) Insuficiência das verbas federais.
- c) Desorganização Administrativa da Secretaria de Educação.
- d) Ineficiência dos trabalhos dos Inspetores e Supervisores.
- e) Número excessivo de Professôres Leigos.
- f) Número excessivo de escolas de uma só sala.
- g) Mau treinamento dos professôres primários em Curitiba.
- h) Mau treinamento do pessoal de pesquisas.
- i) Falta de coordenação entre atividades educacionais dos municípios e do Estado.
- j) Falta de assistência técnica federal nos setores de estatística, organização, administração e planejamento.

Muitos dêsses problemas poderiam ser facilmente resolvidos porque existem fatores positivos que permitem a introdução rápida de reformas bem estudadas. Êsses fatores positivos são:

- a) Excelente informação estatística.
- b) Existência de instrumentos adequados à execução dos planos estaduais (CELEPAR, CODEPAR, FUNDEPAR e Secretaria de Viação e Obras Públicas).
- c) Desejo de planejar e melhorar rapidamente a situação, várias vezes manifestados pelo Senhor Secretário, pelos membros do Conselho Estadual e dirigentes da FUNDEPAR.

8. SUGESTÕES E OBSERVAÇÕES PESSOAIS.

Baseado sôbre as discussões que tive em São Paulo, Florianópolis e Curitiba a respeito da organização dos "CROSE", permito-me formular as seguintes sugestões e observações:

- 1) O INEP deveria, dentro do possível, facilitar conduções para os participantes.
- 2) Os coordenadores locais deveriam ser, de preferência, pessoas convidadas a colaborar nos "CROSE" como participantes ou relatores.

Deveriam dispor de um orçamento. Seria interessante convidá-los a vir ao Rio, com bastante antecipação, para que pudessem receber as instruções necessárias.

3) Em cada cidade on se realizassem os "CROSE", deveriam ser convidadas:

- a) Todos os membros dos Conselhos de Educação (entre 15 e 21 pessoas).
- b) Todos os altos funcionários da Secretaria de Educação e o pessoal dos centros de Pesquisas (entre 10 e 20 pessoas).
- c) Todos os altos funcionários das Universidades ou autarquias que tenham interesse em planejamento educacional, construção escolar etc. (também entre 20 e 30 pessoas).

Consequentemente, a assistência média aos "CROSE" alcançará o limite de 100 pessoas, assim discriminados:

- I) Conferencistas - 6
- II) Participantes convidados pelo INEP - 40
- III) Demais pessoas - 45 a 71

4) Não parece possível limitar a lista das pessoas convidadas aos "CROSE" a 6/8 pessoas por Estado:

As Secretarias de Educação e os Conselhos Estaduais têm pelo menos 3 importantes candidatos cada um.

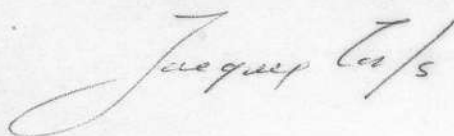
Os Centros de Pesquisas educacionais estaduais ou federais e as Universidades também têm um candidato imprescindível cada.

Ademais, nos estados que conhecemos existem organizações estaduais diretamente ligadas ao planejamento educacional, com 2 ou ainda 3 candidatos especialmente válidos.

Finalmente, cada Estado terá 1 ou 2 especialistas em Educação que não têm funções oficiais elevadas ou muito bem definidas, mas que muito provavelmente contribuem efetivamente ou darão sua ajuda aos futuros programas educacionais.

Em nossa opinião seria apreciado estabelecer uma lista de 10 convidados por Estado.

Sem mais, subscrevo, atenciosamente,



Jacques Torfs
Perito da UNESCO

Nº 354

Rio de Janeiro, 6 de janeiro de 1967

Ao: Dr. Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador dos Colóquios Regionais de Organização
sobre Sistemas de Ensino (CROSE)

Do: Prof. Jacques Torfs
Perito da UNESCO

Assunto: Organização dos CROSE no Estado do Paraná

Senhor Coordenador,

Tenho a honra de apresentar-lhe os resultados de minha viagem ao Paraná, a serviço dos "CROSE":

1. VISITA A CURITIBA - Paraná

Visitei Curitiba nos dias 19 a 21 de dezembro, a fim de divulgar os "CROSE" e participar da organização do grupo que elaborará o Plano Estadual de Educação.

2. ENCONTROS

Em visitas anteriores, eu já havia explicado os objetivos dos "CROSE" ao Sr. Governador do Estado do Paraná, Dr. Lauro Pimentel, ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, a seu assessor técnico Dr. Beneditto Cordeiro, à Prof. Zélia Milleo Pavão, do Conselho Federal de Educação, aos Profs. Luiz Carlos Sibut e Ulysses Santos Filho da FUNDEPAR.

Nessa última ocasião dei explicações mais completas a essas mesmas pessoas e também a vários membros do Conselho Estadual de Educação, que se reuniram informalmente para ouvir-me, entre os quais o Prof. Vesperto Mendes, Presidente, e a Prof.ª Emy Caldeira.

3. MATERIAL DISTRIBUIDO

Entreguei o horário dos "CROSE" e um programa provisório ao

Dr. Beneditto Cordeiro, ao Dr. L.C. Sibut e à Prof. Zélia Pavão.

Essas referidas pessoas deverão receber agora os horários e os programas definitivos dos "CROSE".

4. MATERIAL RECOLHIDO.

Pelos ofícios nº 274 de 28 de dezembro/66 e nº 270 de 23 de dezembro/66, tive a honra de comunicar ao Senhor Coordenador dos "CROSE" toda a informação disponível sobre os sistemas educacionais do Paraná.

5. LISTA DE PARTICIPANTES DOS "CROSE".

Em minha opinião, na lista de participantes dos "CROSE", dever-se-ia incluir as seguintes pessoas:

Dr. CARLOS ALBERTO MORO - Secretário de Educação e Cultura.

Dr. BENEDITTO CORDEIRO - Assessor técnico do Secretário

Professor Escola Técnica Federal de Curitiba.

Dr. VESPERO MENDES - Conselho Estadual de Educação - CODEPAR - Membro Conselho Nacional de Planejamento - CONSPLAN.

Dra. ZÉLIA PAVÃO - Conselho Estadual de Educação - Professora Universidade Federal (Fac. Filosofia).

Dr. ULYSSES SANTOS FILHO - FUNDEPAR (Economista).

Dr. LUIZ CARLOS SIBUT - FUNDEPAR (Assessor) - Professor Faculdade Católica Ciências Econômicas - Professor Escola Oficiais Especialistas da Aeronáutica.

Todos são pessoas cuja assistência aos "CROSE" parece imprescindível pela influência efetiva que têm sobre a operação dos sistemas de ensino atuais e futuros no Paraná e pela participação aos trabalhos de planejamento no Estado.

Consideraria ideal a inclusão de mais quatro candidatos:

Dra. ISOLDE ANDREATA - S.E.C. Diretora Dpto. Pesquisas.

Dra. CECÍLIA WESTPHALEN - Comitê diretivo FUNDEPAR - Professora Universidade Federal - Faculdade de Filosofia

Dr. JUCUNDINO DA SILVA FURTADO - Conselho Estadual de Educação - Professor Univ. Federal - Escola de Química.

Dra. ALDA MULLER - Diretora Depart. de Educação do S.E.C. - Professora Universidade Federal - Faculdade Filosofia.

6. COORDENADOR

Recomendaria que o Prof. LUIZ CARLOS SIBUT fôsse nomeado Coordenador dos "CROSE" no Paraná. Esta possibilidade foi discutida e aprovada por tôdas as pessoas intimamente relacionadas às atividades INEP/UNESCO, no referido Estado.

7. PROBLEMAS MAIS IMPORTANTES E EXPECTATIVAS.

Os maiores problemas educacionais no Paraná são:

- a) Falta de planejamento.
- b) Insuficiência das verbas federais.
- c) Desorganização Administrativa da Secretaria de Educação.
- d) Ineficiência dos trabalhos dos Inspectores e Supervisores.
- e) Número excessivo de Professôres Leigos.
- f) Número excessivo de escolas de uma só sala.
- g) Mau treinamento dos professôres primários em Curitiba.
- h) Mau treinamento do pessoal de pesquisas.
- i) Falta de coordenação entre atividades educacionais dos municípios e do Estado.
- j) Falta de assistência técnica federal nos setores de estatística, organização, administração e planejamento.

Muitos dêsses problemas poderiam ser facilmente resolvidos porque existem fatores positivos que permitem a introdução rápida de reformas bem estudadas. Êsses fatores positivos são:

- a) Excelente informação estatística.
- b) Existência de instrumentos adequados à execução dos planos estaduais (CELEPAR, CODEPAR, FUNDEPAR e Secretaria de Viação e Obras Públicas).
- c) Desejo de planejar e melhorar rapidamente a situação, várias vezes manifestados pelo Senhor Secretário, pelos membros do Conselho Estadual e dirigentes da FUNDEPAR.

8. SUGESTÕES E OBSERVAÇÕES PESSOAIS.

Baseado sobre as discussões que tive em São Paulo, Florianópolis e Curitiba a respeito da organização dos "CROSE", permito-me formular as seguintes sugestões e observações:

- 1) O INEP deveria, dentro do possível, facilitar conduções para os participantes.
- 2) Os coordenadores locais deveriam ser, de preferência, pessoas convidadas a colaborar nos "CROSE" como participantes ou relatores.

Deveriam dispor de um orçamento. Seria interessante convidá-los a vir ao Rio, com bastante antecipação, para que pudessem receber as instruções necessárias.

3) Em cada cidade on se realizassem os "CROSE", deveriam ser convidados:

- a) Todos os membros dos Conselhos de Educação (entre 15 e 21 pessoas).
- b) Todos os altos funcionários da Secretaria de Educação e o pessoal dos centros de Pesquisas (entre 10 e 20 pessoas).
- c) Todos os altos funcionários das Universidades ou autarquias que tenham interesse em planejamento educacional, construção escolar etc. (também entre 20 e 30 pessoas).

Consequentemente, a assistência média aos "CROSE" alcança rá o limite de 100 pessoas, assim discriminados:

- I) Conferencistas - 6
- II) Participantes convidados pelo INEP - 40
- III) Demais pessoas - 45 a 71

4) Não parece possível limitar a lista das pessoas convidadas aos "CROSE" a 6/8 pessoas por Estado:

As Secretarias de Educação e os Conselhos Estaduais têm pelo menos 3 importantes candidatos cada um.

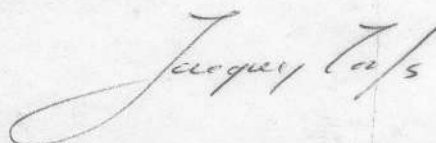
Os Centros de Pesquisas educacionais estaduais ou federais e as Universidades também têm um candidato imprescindível cada.

Ademais, nos estados que conhecemos existem organizações estaduais diretamente ligadas ao planejamento educacional, com 2 ou ainda 3 candidatos especialmente válidos.

Finalmente, cada Estado terá 1 ou 2 especialistas em Educação que não têm funções oficiais elevadas ou muito bem definidas, mas que muito provavelmente contribuem efetivamente ou darão sua ajuda aos futuros programas educacionais.

Em nossa opinião seria apreciado estabelecer uma lista de 10 convidados por Estado.

Sem mais, subscrevo, atenciosamente,



Jacques Torfs
Perito da UNESCO

Nº 358

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1966

A: Srs. Membros da Comissão de Coordenação dos Coléquios
Regionais sobre Organização dos Sistemas Educacionais (CROSE)

De: Michel Debrun, Perito da UNESCO

Assunto: Organização dos CROSE no Estado do Acre
e no Território de Rondônia

Srs. Membros da Comissão,

Visitei o Território de Rondônia, do dia 15 ao dia 17 de mês de dezembro, e o Estado do Acre, do dia 17 ao dia 20, para apresentar o programa dos CROSE.

Tenho a fazer as seguintes observações:

1. Tive várias reuniões, muito concorridas e animadas, com os educadores das duas unidades, mas duvido que estas tenham alcançado o mínimo de take-off educacional, que tornaria os CROSE realmente proveitosos. O pouco número de pessoas - não digamos qualificadas no campo da educação, mas aspirando a tal qualificação, e tendo capacidade para tanto -, bem como o aspecto ainda essencialmente político (em termos de política local) das nomeações de administradores e professores, deixa problemática a possibilidade de uma racionalização dos sistemas educacionais, em decorrência dos CROSE.

2. Não que toda e qualquer racionalização seja, em princípio, impossível: o excelente trabalho lá desenvolvido pelas equipes do PATE (Programa de Assistência Técnica em Educação), do INEP, a cargo do CRPE de São Paulo, sob a coordenação do Prof. José Mario Azanhas, prova o contrário. Tais equipes, sob a direção do Prof. Getúlio Zaina (Rondônia), e João Franzolin Neto (Acre), se têm dedicado, com êxito, a tarefas operacionais da mais diversa ordem:

- melhoria do rendimento da "turma de administração" da Divisão de Educação (não há Secretaria de Educação) de Rondônia, graças à ação das professoras Elizabeth Casagrande, Maria Aparecida da Cunha, Maria Fernandes Neves, Izar Garcia de Andrade; o serviço de estatísticas educacio-

nais, em particular, foi completamente reorganizado; um novo organograma da Divisão de Educação foi proposto e aceite (devem mandá-lo, em breve, para a Comissão INEP/UNESCO);

- participação, em Porto Velho e Rio Branco, à organização dos cursos do PAMP (Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário), para "leigos", em janeiro-fevereiro, e julho, sob a forma, simultaneamente, de redação de programas para esses cursos e de orientação dada às orientadoras pedagógicas e supervisoras encarregadas de ministrá-los. (Essas orientadoras e supervisoras, por sua vez, têm sido formadas, em geral, no DAP de Belo Horizonte, nos cursos de Colatina, e no último curso do CBPE do Rio);

- Em Rio Branco, o Prof. João Franzolin assume, praticamente, a chefia da Divisão de Ensino Primário. Tem dado grande apoio e impulso à atividade das orientadoras e supervisoras; suprimido grupos escolares "fantasmas"; limitado no máximo a interferência da política nas nomeações; constituído um exemplo e um estímulo para os chefes das outras divisões da Secretaria de Educação.

A própria maneira, porém, de se processar a intervenção das equipes do PATE - intervenção não ditatorial, é verdade, mas de cima para baixo - evidencia que o que convém às duas unidades é, por enquanto, uma assistência direta do MEC. A pregação didática dos CROSE, além de equacionar inúmeras questões técnicas cuja maior parte nem se apresenta, em caráter concreto ou urgente, no Acre ou em Rondônia, encontraria poucos ouvintes realmente desejosos de prolongar as discussões no terreno prático. E as poucas pessoas que estariam capacitadas para participar aos colóquios dificilmente podem - por serem quer incipientes no magistério quer de pouco peso político - ser neles incluídas.

3. Devemos ainda salientar que não há Conselho Estadual da Educação em Rondônia (tratando-se de um território - é verdade que o Governador determinou recentemente a criação de um organismo que deverá preencher finalidades semelhantes); e que o do Acre está funcionando em péssimas condições. Não existem, pois, os alicerces da estruturação de sistemas estaduais de educação autônomos, nos termos e no espírito da L.D.B.

Por todas essas razões os sistemas educacionais do Acre e de Rondônia não possuem, ainda, os requisitos mínimos que tornariam, desde já, a sua autonomização desejável, desejada e possível. Paradoxalmente, o crescimento e a diferenciação interna desses sistemas, que se constituem em precondições de tais motivações e possibilidades, não podem ser senão a carga

4. Não podem, no entanto, as duas unidades ser excluídas da participação aos CROSE. Sugiro que haja, em cada uma, dois delegados:

Esses dois professores seriam os responsáveis locais pelos CROSE, recebendo, difundindo e redigindo toda a correspondência a eles referentes. O Prof. Franzolin, pressentido, já aceitou tal encargo (eu não pude ver o Prof. Getúlio Zaina, em São Paulo quando da minha visita).

- O Secretário de Educação do Acre e o Diretor da Divisão de Educação de Rondônia (atualmente duas Sras.); ou um elemento por êles indicado, de preferência, se fôr possível, com a anuência das turmas do PATE. Tal elemento podia ser, por exemplo, a orientadora-chefe ou a supervisora-chefe ~~xxxxxxxxxxxxxx~~. A supervisora-chefe do Acre, Dona Flavia de Barros Pimentel, parece particularmente recomendável.

MICHEL DEBRUN

NOTA: Os Órgãos educacionais de Acre e de Rondônia me têm prometido farto material, documentando a situação e as possibilidades de ensino nas duas unidades. Como no caso de Mato Grosso, estou esperando, ainda, este material

Nº 329

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1967

Ao: Prof. Dumerval Trigueiro Mendes
Coordenador dos CROSE

Do: Prof. Jacques Torfs
Perito da Unesco

Senhor Coordenador,

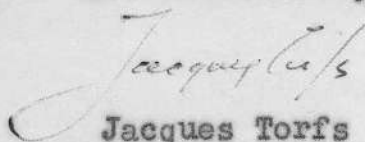
Tenho a satisfação de passar a suas mãos, em anexo, os seguintes documentos, que me foram enviados, de Santa Catarina, pelo Dr. Oswaldo Ferreira Melo:

- ANEXO 1 : 1ª Mensagem Anual - Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, em 15 de março de 1966, pelo Governador Ivo Silveira. (1 exemplar)
- ANEXO 2 : Regimento da Faculdade de Educação. (1 exemplar)
- ANEXO 3 : Publicação da Fundação Educacional de Santa Catarina, contendo: descrição, discurso do Diretor, relação dos dirigentes, atos de constituição e legislação. (1 exemplar)
- ANEXO 4 : Publicação da Fundação Educacional de Santa Catarina, contendo o Estatuto da Universidade para o Desenvolvimento de Santa Catarina. (1 exemplar)
- ANEXO 5 : Lei nº 3.791, de 30 de dezembro de 1961, que dispõe sobre o Plano de Metas do Governo para o quinquênio 1966/1970. (1 exemplar)

ANEXO 6 : Pasta do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, contendo: Lei nº 2.975, de 18 de dezembro de 1961, que dispõe sobre Educação e Cultura; Lei nº 3.030, de 15 de maio de 1962, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Educação; Decreto N. SE-03-07-62/1.672, que aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual de Educação; Lei nº 3.191, de 8 de maio de 1963, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina; lista dos Conselheiros Efetivos e respectivos suplentes; lista dos membros da Secretaria de Educação e Cultura.
(1 exemplar)

ANEXO 7 : Organograma da Secretaria de Negócios de Educação e Cultura do Estado de Santa Catarina.
(1 exemplar)

Atenciosamente,


Jacques Torfs

E.
Nº 277

Rio, le 26 décembre 1966

A : John Howe

Cher Monsieur,

J'ai accompli, entre le 12 et le 24 décembre 1966, les missions que m'avaient été confiées par l'INEP et par l'UNESCO.

1. Mission INEP-UNESCO.

Je vous transmets ci joint le compte-rendu destiné à la commission INEP-UNESCO, relatif à la présentation des CROSE dans les Etats de Mato Grosso et Acre et dans le territoire de Rondônia.

2. Mission UNESCO:

2.1. Le problème de la création d'une faculté d'éducation, et, d'une manière plus générale, de l'organisation de l'enseignement supérieur de l'Etat de Mato Grosso ont été abordés au cours de plusieurs réunions du Conseil Estadual de l'Education du Mato Grosso, en présence du Secrétaire à l'Education. J'ai proposé, pour l'Institut de Sciences et Lettres de Cuiabá et l'Institut de Sciences Biologiques de Campo Grande (qui vont former le noyau de la future Université du Mato Grosso), la création, en 1967-1968, de "départements de base" analogues aux instituts centraux envisagés par les universités de Bahia et Belo Horizonte (entre autres). Tous les élèves des deux Instituts devraient étudier pendant un certain temps (variable selon leur future spécialisation) dans ces départements de base.

Quant à la Faculté d'Education, elle pourrait être créée d'ici deux ans, et comprendre une école normale modèle. Elle serait d'autre part connectée par des liens institutionnels mais souples, au "Centro de Treinamento de Magistério" (CTM) et au Centre de Recherches Pédagogiques de la Secretaria de Educação.

Les divers exposés que j'ai faits au cours d'un premier séjour à Cuiabá (du 12 au 15 décembre) et d'un nouveau séjour (du 21 au 24 - le secrétaire à l'éducation n'était pas à Cuiabá la première fois) m'ont permis, je crois, de convaincre progressivement mes auditeurs de la nécessité des nouvelles structures proposées. Je me suis efforcé, simultanément, de respecter l'originalité régionale du Mato Grosso et de l'adopter à la législation fédérale en matière d'enseignement supérieur.

2.2. L'Etat de Mato Grosso est à l'heure actuelle à la veille d'une grande expérience planificatrice, sous l'impulsion du gouverneur Pedro Pedrossian. J'ai insisté auprès des éducateurs, et notamment auprès du secrétaire d'Etat à l'Education, pour que l'éducation soit étroitement associée à cette expérience. Ce qui suppose:

- a) Que les besoins en éducation et les ressources qui lui seront affectées ne soient plus calculées d'une manière ou empirique ou arbitraire. Il faut que les éducateurs (tant d'ailleurs au niveau fédéral qu'au niveau estadual) se convainquent qu'il est vain de concevoir dans l'abstrait des "metas" éducationnelles (tant d'alphabétisés d'ici 1970, tant d'établissements supérieurs créés, etc...): l'éducation, même si elle a des objectifs propres, ne peut se désintéresser des services qu'elle doit rendre aux autres secteurs de la vie sociale, et des ressources que ceux-ci peuvent lui apporter.
- b) Que, pour atteindre ces objectifs, éducateurs et planificateurs confrontent constamment leurs points de vue, au lieu de s'ignorer réciproquement. Les CROSE pourraient constituer le take-off de cette confrontation.

Il a été entendu que je reviendrai d'ici quelques mois à Cuiabá, à l'occasion de la 4^e semaine des CROSE: la commission INEP-UNESCO a en effet accepté que Cuiabá soit l'une des capitales choisies pour leur déroulement. Je pourrai alors faire le point, avec les autorités éducationnelles, des progrès enregistrés dans la mise en place des structures universitaires et assister, en l'orientant, au démarrage de l'expérience de planification de l'enseignement.

Je vous prie de croire, Cher Monsieur, à l'assurance de mes sentiments dévoués.

Nº 276

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1966

A: Srs. Membros da Comissão de Coordenação dos Colóquios Regionais sobre Organização dos Sistemas Educacionais (CROSE)

De: Michel Debrun, Perito da UNESCO

Assunto: Organização dos CROSE no Estado de Mato Grosso

Srs. Membros da Comissão,

Visitei o Estado de Mato Grosso, do dia 12 até o dia 15 do corrente, e, voltando do Acre, do dia 20 até o dia 24. O objetivo da minha presença era duplo:

a) Discutir com as autoridades educacionais os problemas ligados a estruturação dos dois institutos superiores recém-criados - o Instituto de Ciências e Letras de Cuiabá e o Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande. Tinha sido convidado pelo Exmo. Secretário de Educação, o dinâmico Prof. Wilson Rodriguez, para apresentar sugestões a esse respeito, notadamente no que tange à organização de uma faculdade de educação a ser integrada no Instituto de Ciências e Letras de Cuiabá.

b) Apresentar o programa dos CROSE.

Tenho a fazer, em relação a este segundo ponto, as seguintes observações:

1. A receptividade dos educadores foi excelente. Em duas palestras - a primeira com um pequeno grupo da Secretaria de Educação, a segunda franqueada a uma assistência muito mais ampla (60 pessoas: conselheiros estaduais, principais educadores de Cuiabá e Campo Grande, membros da Secretaria de Governo e Coordenação Econômica, equipe do Centro de Pesquisas da Secretaria de Educação, Coordenadora e supervisoras do Centro de Treinamento do Magistério de Cuiabá), expus a finalidade, ^{os} ~~os~~ ^{objetivos}, o conteúdo e o cronograma dos CROSE, percebendo o interesse despertado por uma iniciativa que vem em boa hora, no momento em que o Estado, sob o impulso enérgico do Governador Pedro Pedrossian e de um secretariado jovem, se dispõe a dar o "arrançar" ^{da} em todas as esferas da vida social

2. Essa arrancada tem como condição, aspecto e efeito um desenvolvimento maciço do sistema educacional, ainda dominado, em todos os níveis, pelos "leigos". Fiz observar a meus interlocutores que, neste particular, os CROSE, muito embora não devam desempenhar um papel propriamente operacional, poderiam prestar uma valiosa contribuição, proporcionando a seus participantes uma visão sintética do problema educacional brasileiro, levando-se em conta as diversidades regionais. Salientei notadamente que um dos seus objetivos era expor a natureza e os diversos graus do planejamento educacional, que culmina com o planejamento integrado as outras modalidades do planejamento. Mostrei a urgência de uma tomada de consciência, por parte dos educadores, não só da necessidade bem como da inevitabilidade de tal planejamento, insistindo paralelamente sobre a importância, para eles, da sua participação ao empreendimento, que, do contrário ficaria abandonado aos planejadores profissionais.

3. Parece-me, porém, que estes últimos não podem ser excluídos do planejamento educacional: os CROSE poderiam ser, justamente, para educadores e planejadores, uma oportunidade excepcional de confrontar seus respectivos pontos de vista. Tal aproximação já foi, de fato, esboçada no decorrer das reuniões às quais aludimos acima, e que se constituíram numa maneira de "pre-CROSE". Um dos frutos, se não o principal, dos CROSE poderia ser a instauração de um diálogo permanente entre todas as instâncias ligadas ao campo educacional.

Mister se faz, pois, incluir no rol dos participantes dos CROSE um ou dois elementos da Secretaria de Governo e Coordenação Econômica, ou mais exatamente, do seu setor de planejamento, que constitui uma maneira de EPEA mirim.

4. Os participantes poderiam ser:

- O Secretário de Educação, pivô de qualquer tentativa de reestruturação do ensino no Estado e que, em poucos meses de trabalho, já tem introduzido uma mentalidade totalmente diversa daquela, "clientelística", que predominava.

Parece-me, por outro lado, indispensável que o Sr. Secretário não só encabece a delegação de Mato Grosso bem como seja o responsável local pelos CROSE, recebendo ou transmitindo toda a documentação necessária à sua realização.

- O Prof. Jecelino Rainers, o qual, além de pertencer ~~ao~~ ~~tercer~~ ao setor de planejamento da SGCE, é Diretor da Faculdade de Filosofia (a ser integrada ou reformulada dentro do Instituto de Ciências e Letras de Cuiabá).
- A Coordenadora do Centro de Treinamento de Magistério, Dona Ana Luísa de Figueiredo, ou uma supervisora indicada de acordo entre ela e o Sr. Secretário.
- Um representante do Centro de Pesquisas Educacionais (que constitui, atualmente, uma repartição da Secretaria de Educação).
- A Supervisora Chefe da zona sul do Estado (Campo Grande).
- Um representante do CEE ligado ao ensino médio (e, de preferência, de Campo Grande).
- Ou seja, no conjunto, 6 pessoas.

5. Todos meus interlocutores têm insistido sobre a necessidade de realizar uma das semanas dos GROSE em Cuiabá. Concordo inteiramente com essa sugestão: os problemas do Mato Grosso (e do território vizinho de Rondônia) são suficientemente específicos e importantes para justificar essa escolha. Por outro lado, o Prof. Wilson Rodriguez me garantiu que, se a semana em Cuiabá fosse a última (a 4ª) haveria possibilidade de hospedar os participantes no Centro de Treinamento de Magistério de Cuiabá.

6. Finalizando, insistirei sobre o interesse que oferece o Mato Grosso, como ponto de aplicação de uma tentativa de racionalização sistemática do sistema educacional, que poderia inspirar-se nos GROSE. Com efeito:

a) Não existe nenhuma incompatibilidade fundamental entre educadores e planejadores. Entre os educadores, não há conflito entre Secretaria e CEE, ambos dominados pela forte personalidade do Secretário.

b) As possibilidades de atuação são amplas, em virtude, simultaneamente:

- Dos recursos postos pela União e pelo Estado a serviço da educação (o orçamento do último, para 1967, destina

quase 12 bilhões - em 45 - à educação, sem levar em conta um volume vultoso de construções escolares, a cargo da Secretaria de Viação e Obras).

- Da relativa simplicidade, qualitativa e quantitativa, dos problemas educacionais, o que permite aos principais responsáveis não só ter uma visão de conjunto dos vários níveis e modalidades, bem como intervir eficazmente em todos eles.
- Da ausência de estruturas cristalizadas, notadamente no terreno do ensino superior (uma área ainda quase virgem), que poderiam obstacular as reformas. As autoridades educacionais podem modelar com grande liberdade a nova fisionomia do ensino no Estado, sem esbarrar em corpos intermediários. Quando muito, encontrariam no ensino primário algumas situações adquiridas, cuja remoção não parece insuperável.

Por tôdas essas razões o Mato Grosso afigura-se-nos um dos terrenos privilegiados dos CROSE;

a) Tem, incomparavelmente, mais necessidades educacionais e recursos - financeiros e educacionais - que os pequenos Estados e Territórios.

b) À diferença do que ocorre nos grandes Estados, a atuação dos reformadores tem um campo ao mesmo tempo simples de ser circunscrito e relativamente livre de obstáculos.

Sem mais, subscrevo-me

atenciosamente



MICHEL DEBRUN

NOTA: A Secretaria de Educação e a Secretaria de Governo e Coordenação Econômica devem mandar, em breve, para a Comissão INEP-UNESCO uma documentação relativa:

- à situação do ensino: dados numéricos, novo cronograma da Secretaria de Educação e dos órgãos a ela ligados, etc.;
- aos projetos educacionais em curso;
- à situação sócio-econômica do Estado;
- às possibilidades e projetos econômicos em curso.



Fundação Educacional de Santa Catarina

Universidade para o Desenvolvimento do Estado de S. Catarina

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Rua Saldanha Marinho, 47 - Caixa Postal 619 - Fone 2680

OFÍCIO No. 335/66

Florianópolis, 27-12-66

Senhor Professor:

Atendendo ao que ficou combinado quando de sua estada nesta Capital, estou remetendo a documentação referente ao Estado de Santa Catarina, para o programa de atividades da Comissão dos CROSE, assim discriminada:

1. Organograma da Secretaria de Educação e Cultura .
2. Mensagem do governador a Assembléia Legislativa, contendo relatório da SEC.
3. Legislação do Plano de Metas do Governo.
4. Legislação e informações sobre o Conselho Estadual de Educação.
5. Legislação e informação sobre a Universidade para o Desenvolvimento do Estado.

Informo, outrossim, que já seguiu carta do - Gabinete do Governador ao Dr. Dumerval Trigueiro, à respeito da realização de uma das semanas em Florianópolis.

Na oportunidade reitero a V. Ex^a. meus protestos de elevada consideração.


OSVALDO FERREIRA DE MELO
DIRETOR

Ao

Exm^o Sr.

Dr. Jacques Torfs

DD. Membro da Missão da Unesco no Brasil

INEP - GUANABARA

Rio de Janeiro, le 16 août 1966

LA REFORME UNIVERSITAIRE EN COURS A BAHIA

La mission que j'ai accomplie du 24 au 28 juillet, à l'Université de Bahia a été précédée, en novembre et décembre de l'année passée, par les visites de MM. Henquet et Furter. La première a permis d'établir le principe d'une collaboration durable entre l'Université et l'UNESCO, collaboration qui pourrait se manifester dans des domaines divers, selon les nécessités de l'Université. Dans ce cadre global, la mission de M. Furter a eu comme objet plus spécifique l'examen des problèmes suscités par la réforme universitaire, dont tout le monde reconnaît l'urgence, bien qu'elle soit conçue, ici et là, en des termes assez différents. Le rapport remarquable de M. Furter donnant une vue à la fois synthétique et détaillée de ces problèmes, je me permettrai fréquemment d'y renvoyer le lecteur.

Quatre points doivent être d'emblée soulignés:

1) Le Brésil est riche d'idées et de traditions pédagogiques, on voit difficilement comment ses problèmes éducationnels pourraient, dans ce qu'ils ont d'essentiel, appeler des solutions étrangères:

Pour ne prendre qu'un exemple, la création de l'Université de São Paulo, dans les années 1930, a voulu obéir à un modèle original: il s'agissait de confier à un établissement de base, la Faculté de Philosophie, Sciences et Lettres, le monopole de la formation scientifique et culturelle fondamentale - cet

établissement devant par ailleurs assumer un rôle pilote en matière de recherche scientifique et d'expansion culturelle. La résistance des écoles supérieures professionnelles à l'existence d'un cycle propédeutique qui leur serait extérieur et la médiocrité des moyens mis à la disposition du développement scientifique et culturel, ont progressivement réduit la Faculté de Philosophie, Sciences et Lettres de São Paulo à l'exercice d'une fonction qui, dès l'origine, lui avait été imprudemment confiée, bien que d'une manière adventice: celle de former les professeurs de l'enseignement secondaire. Mais si ce glissement est un échec; s'il a progressivement obscurci dans la conscience de nombreux éducateurs l'idée originelle de la Faculté de Philosophie; s'il permet que les nouvelles facultés de philosophie, qui se développent partout comme des champignons, soient avant tout conçues comme des facultés d'éducation sans en avoir le nom, - il ne doit cependant faire oublier ni ce qu'il ^yavait d'intéressant dans l'idée, ni les virtualités dont elle est encore capable, ni les solutions divergentes qu'elle a suscitées. Toutes choses naguère au centre du débat de l'Université de Brasília, aujourd'hui en discussion à Bahia. On est alors amené à reconnaître que tout, ou presque, a été dit au Brésil en ce qui concerne non seulement les objectifs de l'enseignement supérieur moderne, mais aussi les moyens généraux permettant de les atteindre. Il semble difficile qu'une mission étrangère, de coopération multilatérale ou bilatérale, puisse apporter quelque chose de radicalement nouveau dans ce domaine. Le pourrait-elle que ses prétentions se heurteraient à un nationalisme vivace, bien que provisoirement sur la défensive. Le mieux est sans doute de donner la priorité à la discussion de modalités très techniques, encore que stratégiques pour l'économie de la réforme.

2) Même sur ce terrain, il faut avancer avec une grande prudence:

Les travaux de la Commission de Planification (1) et des

(1) Instituée au cours du second semestre 1964. Son rapport ("Documento Básico do Projeto de Reforma da Universidade da Bahia") a été achevé en avril 1965. Ce document sera appelé "Rapport 1965".

différentes sous-commissions (2) constituées par l'actuel Recteur Calmon (3) pour établir un projet de réforme sont pratiquement conclus. Le rapport de la commission a même été présenté, le 3 juin dernier, au Conseil Universitaire. Parallèlement une étude du coût de la réforme a été demandée par le Recteur au "Serviços de Planejamento" (SPL), bureau spécialisé dans ce genre d'évaluations: elle doit être présentée prochainement à la Banque Interaméricaine du Développement (BID), dont on pense qu'elle pourrait consentir un emprunt de plus de vingt milliards de cruzeiros. Si l'on ajoute enfin que les auteurs du rapport 1965 et ceux des rapports des sous-commissions sont parmi les éléments les plus dynamiques de l'Université, qu'ils bénéficient d'appuis dans tous les secteurs - et même de l'appui presque intégral de certains secteurs (notamment Médecine, Architecture et École Polytechnique) - on aura une idée de la difficulté de la tâche des trois experts envoyés à Bahia par l'UNESCO: ils se trouvent en présence non pas d'un terrain vierge et d'idées imprécises mais d'un projet bien structuré que ses partisans, qui ont réussi à créer climat d'adhésion à leurs thèses, n'hésitent pas à présenter comme irrésistible, ou même parfois comme déjà en voie de réalisation (4). La marge de manoeuvre des experts, la possibilité qu'ils ont de faire des propositions divergentes de celles de la commission paraissent ainsi réduites à l'extrême. Au point que l'on peut avoir l'impression, après un

-
- (2) Intitulées: commission du collège universitaire; commission de la recherche; commission du perfectionnement du personnel enseignant; sous-commission du campus universitaire. Ces sous-commissions ont été instituées en fin 1964 - début 1965, leurs travaux achevés en fin 65 - début 66. Leurs rapports constituent, respectivement, les annexes II, III, IV, V et VI du "Documento Básico do Projeto de Reforma da Universidade Federal da Bahia".
- (3) L'actuelle commission succède à une commission de planification constituée en 1961 par le Recteur d'alors, Professeur Albérico Fraga. Les conclusions de la première commission ont eu le mérite de cerner les problèmes fondamentaux, sinon d'apporter des solutions étudiées en profondeur. Je me référerai parfois à ce rapport, intitulé "Estudo Preliminar à Reestruturação da Universidade", sous la dénomination "Rapport 1961". Il constitue l'annexe I du "Documento Básico do Projeto de Reforma da Universidade Federal da Bahia".
- (4) Affirmation partiellement fondée: l'Institut de Mathématiques et Physique d'une part, et l'Institut de Chimie d'autre part fonctionnent déjà, dans une large mesure, comme des instituts centraux prévus par le projet, et que nous évoquerons plus loin.

examen superficiel ou une visite rapide à Bahia, que - les jeux étant faits - l'opinion sollicitée de la mission internationale serait destinée soit à impressionner les opposants soit à renforcer le poids de l'Université auprès des instances, nationales et internationales, dont elle peut être amenée à demander le concours financier.

3) Sans que cette première impression soit radicalement illusoire, elle doit cependant être tempérée:

D'abord le projet de la commission est combattu par une minorité agissante, centrée autour de la Faculté de Philosophie et de la personnalité du Professeur Thalès de Azevedo, son Directeur. D'autre part le Recteur Calmon - dont on ne peut que louer l'objectivité et l'ampleur de vision - est décidé à ne mettre en jeu son poids politique (5) au service d'un projet de réforme quel qu'il soit que lorsqu'il aura acquis la certitude:

a) que ce projet est techniquement valable, aux yeux d'experts de large expérience et audience internationale;

b) qu'il pourra ainsi constituer un projet pilote pour les autres universités brésiliennes, Bahia retrouvant un leadership intellectuel qui, dans certains secteurs du moins comme la médecine, fut sien tout au long du XIX siècle et pendant une grande partie du XX siècle. Ce "bahianisme" du Recteur m'est apparu comme un élément stratégique de première importance.

c) qu'il pourra susciter le plus large consensus en sa faveur, les opposants ayant droit à des compensations équitables, pourvu que de telles compensations ne résultent pas d'un simple marchandage et ne rompent pas l'équilibre organique de l'ensemble.

4) Faisant la synthèse des deux premières impressions, on aboutit à la conclusion, assez vraisemblable:

a) que le Recteur pourrait à la rigueur appuyer un projet sensiblement différent de celui de la commission, si l'inefficacité de celui-ci lui était démontrée.

(5) Poids politique qui est triple, car le Recteur Calmon est une puissance: dans le cadre universitaire, local et national; dans le cadre politique bahianais; au niveau fédéral, où, dans la conjoncture actuelle, sa voix est écoutée des plus hautes instances. Les trois aspects de cette puissance sont étroitement imbriqués.

b) qu'il souhaite néanmoins que l'efficience la plus grande soit du côté du projet de la commission, ou d'un projet qui en respecterait les lignes fondamentales: à la fois parce que il a suscité cette commission; parce qu'il en partage - intuitivement si non d'une manière parfaitement rationnelle (6) - les idées directrices; enfin parce qu'il se rend compte qu'un courant très fort - si non irrésistible - existe en faveur de ces idées, et qu'il ne serait raisonnable de le heurter que si la supériorité d'une autre formule apparaissait d'une manière aveuglante.

c) qu'il est donc enclin, dans cette perspective, à ne pas soutenir un projet qui ne serait, dans l'ensemble, que légèrement supérieur à celui de la commission. Il s'efforcerait alors, politiquement, de persuader les défenseurs de ce projet de l'abandonner.

d) qu'il est prêt, au cas où le projet de la commission triompherait dans l'ensemble, à faire admettre des corrections importantes sur tel ou tel point, si ces corrections peuvent être justifiées par des considérations techniques impératives.

e) que ces corrections seront d'autant mieux accueillies qu'elles iront par ailleurs au-devant de certaines aspirations de la minorité.

La mission UNESCO saisira mieux cet aspect politique de la réforme lors de son voyage à Bahia. Examinons maintenant les projets en présence, que nous appellerons respectivement A (le projet de la commission, centré autour du rapport 1965) et B (le contre-projet du Professeur Thalès de Azevedo et de son équipe de la Faculté de Philosophie) (7).

* * * * *

-
- (6) Au cours de notre dernier entretien, il a manifestement laissé entendre qu'il comptait sur la mission de l'UNESCO pour l'amener à une conviction rationnelle.
- (7) Formulé dans un tout récent (juillet 1966) et volumineux document, "Reestruturação da Universidade Federal da Bahia", qui comprend:
- Une introduction aux problèmes de la réforme, par le professeur Thalès.
 - Une analyse critique, par son équipe, du projet A. Cette analyse reproduit le rapport 1965 en l'accompagnant de commentaires.
 - Des propositions constructives.

Pour ne pas alourdir l'exposition, je me permettrai:

a) De ne pas expliciter des points largement connus, que la mission a dû rencontrer à chaque instant dans son analyse des projets de réforme actuellement en cours en Amérique Latine. C'est ainsi que je supposerai familières les notions de Collège Universitaire et Institut de Base.

b) De concentrer l'attention sur les différences capitales entre les deux projets, laissant un peu dans l'ombre les objectifs, organes et politiques sur lesquels un consensus peut être facilement obtenu. Je n'insisterai pas, par exemple, sur l'importance de la Bibliothèque Centrale ou de l'extension culturelle - mises en lumière dans le projet A - puisque B ne ferait pas de difficultés à ce sujet. Une vision détaillée de chacun des deux projets ne pourra être obtenue que lors d'une visite à Bahia. Pour l'instant il convient d'insister sur les lignes de forces et les oppositions cardinales.

Les membres de la mission seront sans doute déçus par la pauvreté des données quantitatives concernant la situation actuelle de l'Université de Bahia et les projections pour la prochaine décade. Malheureusement:

a) Le Rectorat de l'Université ne m'a pas encore fait parvenir les statistiques promises à la fin juillet. Ces statistiques devaient notamment indiquer, secteur par secteur et depuis les origines de l'Université (1946), l'évolution des quotients professeurs/étudiants, celle des pourcentages d'élèves admis en première année par rapport au nombre des candidats, celle des pourcentages de désertions en cours d'études et de diplômés par rapport aux inscriptions en première année; donner une idée précise de l'évolution de la composition intersectorielle des étudiants et de l'évolution désirée de cette composition d'ici 1975.

b) Le bureau d'études "Serviços de Planejamento" a, lui aussi, promis - depuis un certain temps - des statistiques qui finalement ne seront prêtes que le 19 août (?), après la rédaction de ce rapport.

Il me semblerait opportun que la mission, lors de son séjour à Rio, puisse avoir l'occasion de s'entretenir avec Mr. Arlindo Correa Lopes, responsable du secteur éducationnel à l'E.P.E.A.

(Escritório de Pesquisas Econômicas Aplicadas), organisme rattaché au Ministre Extraordinaire de la Planification et des Affaires Economiques, et chargé de l'élaboration du Plan Décenal de la nation. Les diagnostics et projections de l'E.P.E.A. sont peut-être plus détaillés, même en ce qui concerne la seule Université de Bahia, que les données que peuvent ou pourront nous fournir le Rectorat de Bahia et "Serviços de Planejamento". Ils permettront d'autre part à la mission d'avoir une vision quantitative d'ensemble de l'enseignement supérieur brésilien et de ses rapports avec les autres niveaux.

De ce point de vue quantitatif il serait bon enfin que les experts puissent faire un large tour d'horizon avec mon collègue Jacques Torfs, du groupe de planification éducationnelle de l'UNESCO à Rio de Janeiro, qui a élaboré, à partir notamment des statistiques de l'E.P.E.A., une documentation critique concernant tous les niveaux et tous les secteurs de l'enseignement au Brésil.

* * *
* * *

Soulignons d'abord que les objectifs assignés à la réforme universitaire - ainsi que les principes généraux qui doivent orienter leur application - sont identiques dans les projets A et B. Ce qui facilitera la comparaison: la divergence concerne des moyens particuliers, qu'il est possible d'évaluer techniquement - et non philosophiquement ou idéologiquement - puisqu'ils sont rapportés à des fins et principes homogènes. Et d'autre part le consensus autour de ces fins nous dispense de les discuter, ce qui nous l'avons vu - eût été de toute manière délicat.

Aux yeux de tous la réforme a pour objectifs:

1) D'intégrer l'Université à son milieu - ou, plus exactement, d'aider ce milieu à surmonter ses propres déficiences, en particulier sur le plan socio-économique. Ce qui signifie:

a) que les problèmes régionaux doivent être captés et analysés, au niveau universitaire, par des organes collaborant étroitement avec les instances chargées de la planification nationale et régionale.

b) que les besoins en main d'oeuvre dotée d'une formation supérieure et "intermédiaire" doivent être satisfaits, prioritairement, par l'Université (et non par les universités de la région Centre-Sud), dont le nombre d'étudiants - selon le projet A - pourrait être augmenté considérablement d'ici 1970. (8)

(8) Voir page 7 bis.

(8) Voici les deux répartitions sectorielles - l'actuelle et celle désirée pour 1975-1976 - selon le document "Carta-consulta ao Banco Interamericano de Desenvolvimento", rédigé par "Serviços de Planejamento" (juin 1966): Les raisons justifiant l'accroissement proposé du nombre des étudiants et la modification de la composition sectorielle ne sont pas clairement indiquées:

Tableau I

Nombre et Répartition des Etudiants en 1965

Secteurs	Nombre d'étudiants	%
Sciences Médicales	1.260	24,5
Technologie et Science Fondamentales	1.049	20,4
Philosophie, Éducation et Science Humaines	2.369	46,1
Arts	460	9,0
T o t a l	<u>5.138</u>	<u>100,0</u>

Tableau II

Nombre et Répartition des Etudiants en 1975/76

Secteurs	Nombre d'étudiants	%
Sciences Médicales	2.800	21,53
Technologie et Science Fondamentales	4.400	33,84
Philosophie, Éducation et Science Humaines	5.200	40,00
Arts	600	4,6
T o t a l	<u>13.000</u>	<u>100,0</u>

e) que l'extension culturelle et, d'une manière plus générale, la collaboration théorique et pratique aux programmes d'éducation permanente doit constituer l'une des tâches fondamentales, et non plus accessoire, de l'Université.

2) De réduire le hiatus entre l'enseignement secondaire et l'enseignement supérieur, hiatus dû simultanément à la faiblesse singulière de l'enseignement moyen brésilien et aux exigences, parfois absurdes, de l'enseignement supérieur en ce qui concerne les programmes des "vestibulares" et ceux de la première année universitaire. Il s'agit d'établir des connexions organiques entre les deux ordres, au lieu des connexions adventices réalisées par les "cursinhos", responsables de la surchauffe des élèves des classes terminales, aveugles aux exigences d'une formation intégrée. Les liaisons doivent être recherchées simultanément dans deux directions:

a) par une réforme des "vestibulares", qui doivent vérifier des aptitudes et des connaissances fondamentales plutôt que des connaissances livresques.

b) par la mise en oeuvre de techniques pédagogiques et la création d'organes - soit au niveau de secondaire soit au niveau du supérieur - destinés à introduire progressivement les adolescents dans le climat d'un véritable enseignement supérieur.

3) De réformer les structures didactiques et culturelles de l'enseignement supérieur, afin de permettre aux étudiants:

a) d'échapper à l'alternative de la culture générale académique et de la spécialisation à la fois prématurée et outrancière. Ce double souci n'est pas particulier aux éducateurs bahianais. Partout au Brésil on trouve aujourd'hui l'idée que, si les secteurs littéraires (et les départements de didactique) restent dominés par le bellettrisme, la rhétorique, la cécité aux nouvelles méthodes critiques philologiques et pédagogiques, inversement les secteurs de formation professionnelle proprement dite (en particulier les écoles d'ingénieurs) sont, en raison de leur "immédiatisme", de leur mépris à l'égard de l'enseignement scientifique fondamental, incapables d'accompagner les progrès de la technologie moderne et de transmettre le goût de la recherche à leurs étudiants. Le manque de transitions souples (les passages éventuels sont des sauts brusques: l'"humaniste" devient un technicien étriqué, ou inversement) et réversibles entre le général et le particulier rend l'enseignement

supérieur brésilien de plus en plus déphasé par rapport aux exigences techniques - mais aussi culturelles - de la société industrielle qui réclame en nombre croissant des spécialistes dotés d'une "fonction vicariante", capables sinon d'une perception synthétique de leur milieu, du moins d'une restructuration constante de l'horizon de leurs préoccupations.

b) de ménager tout au long de la formation supérieure :

- des mécanismes de communication permettant à un étudiant de passer facilement d'un champ d'études à l'autre - de la physique à la biologie, voire aux humanités; ou de la préparation à la recherche à la préparation professionnelle - et vice-versa.

- des mécanismes de récupération, permettant aux étudiants qui, pour une raison ou pour une autre, ne peuvent plus poursuivre leurs études supérieures, de refluer sur des carrières "intermédiaires",

c) de fournir à la culture extérieure à l'université - dans le domaine de la création littéraire, du théâtre, du cinéma, des arts plastiques etc... - des structures d'accueil où ses problèmes et ses techniques seront débattus, et où pourront surgir de nouvelles motivations capables de revitaliser constamment cette culture.

4) De réformer les structures administratives de l'Université, afin d'atteindre les objectifs précédents. Cette réforme doit notamment permettre :

a) d'affecter des organes différents à des fonctions différentes, dans la mesure où cette segmentation ne brisera pas les communications et les flux interfonctionnels évoqués plus haut. C'est ainsi que tout le monde admet, avec plus ou moins de conviction, il est vrai, le principe d'une faculté d'éducation, par scissiparité de l'actuelle Faculté de Philosophie: cet organisme aura notamment pour objet la formation pédagogique des professeurs d'enseignement secondaire et les recherches pédagogiques portant sur les différents ordres et branches d'enseignement, sur les connexions désirables entre eux, sur l'éducation permanente etc...

b) de subordonner les organes-moyens (Département d'Administration Générale, Cabinet du Recteur etc ...) aux organes-fins d'enseignement de recherche et de culture.

c) d'assurer une large décentralisation permettant à chaque organe d'accomplir ses fins spécifiques sans intervention arbitraire ou purement politique des autres organes et instances universitaires. Cette décentralisation est d'ailleurs imposée par la croissance prévue de l'Université, qui en toute hypothèse interdirait que le Recteur et le Conseil Universitaire puissent s'occuper directement de tous les problèmes.

d) de maintenir, au coeur de cette décentralisation, l'unité de l'ensemble universitaire. Cette unité est indispensable à la fois à un abordage ordonné des problèmes posés par le milieu à l'Université et à la connexion qui doit s'établir entre la culture, la recherche et la formation professionnelle, et aussi la vie sociale universitaire - ainsi qu'entre les organes et instruments mis à leur disposition. Elle implique la création de nouveaux organes - commission ou départements centraux - destinés à recueillir et à rendre compatibles les aspirations et suggestions des différents secteurs. De tels organes, qui joueront le rôle d'assesseurs du Recteur, ne sauraient toutefois rendre inutile le Conseil Universitaire: la politique qu'ils préparent, et dont éventuellement ils activent ou contrôlent l'application, doit être entre temps discutée et décidée par l'instance souveraine de l'Université.

*

*

*

Examinons maintenant, domaine par domaine, comment chacun des deux projets satisfait aux objectifs énoncés. Laissons de côté, pour l'instant, les problèmes posés par l'intégration de l'Université à son milieu socio-économique et culturel: la valeur respective des deux projets ne pourra sur ce point être pleinement appréciée qu'après un examen des structures didactiques, culturelles et administratives envisagées ici et là.

I) Transitions entre l'enseignement moyen et l'enseignement supérieur:

1) Liaisons prévues au niveau de l'enseignement moyen:

Il n'y a pas ici de conflit fondamental entre les deux projets. En effet le collège universitaire ~~proposé~~ dans le projet A suscite les objections de B, mais il est peu à peu abandonné par ses défenseurs (9):

Destiné à des élèves de la troisième série "colegial", le collège universitaire fonctionnerait sous la direction de l'Université, dans une ambiance universitaire, en recourant éventuellement aux équipements scientifiques, aux bibliothèques etc... de l'Université. Pour une réflexion sur le problème du collège universitaire au Brésil, on lira avec intérêt l'article encore manuscrit de M. Furter, "Le Collège Universitaire: un problème universel, une solution brésilienne". Pour un examen concernant plus particulièrement Bahia, je renvoie au rapport Furter.

Le groupe du Professeur Thalès soutient, entre autres arguments, que le collège universitaire:

- n'empêcherait pas les "cursinhos", il les multiplierait plutôt. D'une part parce que les élèves des autres collèges, menacés aux "vestibulares" par la concurrence des élèves - mieux préparés - du collège universitaire, seraient pratiquement obligés de s'inscrire tous aux "cursinhos" pour avoir quelque chance d'entrer à l'Université. D'autre part parce que des "pre-cursinhos" apparaîtraient rapidement, pour préparer l'entrée au collège universitaire lui-même.

Ce raisonnement ne tient pas compte, évidemment, de la réforme prévue des "vestibulares", qui serait nécessaire, parallèlement à la création du Collège, pour ne pas le transformer, ainsi

(9) Si ce n'est par la Professeur Dona Leda Jesuino dos Santos, du Rectorat de l'Université de Bahia, qui a le plus contribué à l'idée de son inclusion dans le Projet A. Dona Leda a élaboré un travail intéressant, "O Colégio Universitário: Estudo da sua problemática" (Salvador, 1965), accompagné d'une documentation exhaustive, brésilienne et internationale, concernant la notion de collège universitaire. Les objections qui peuvent être faites au collège sont longuement discutées, mais il me semble que Dona Leda voit d'une manière trop optimiste les possibilités du collège, dans le contexte économique et culturel brésilien.

que les autres collèges, en "boite à bachot". A plus forte raison l'entrée au collège devrait-elle reposer sur des mécanismes de sélection rationnelle, destinés à mettre en évidence les qualités intellectuelles de base.

- constitue une intervention illégitime de l'enseignement supérieur dans la sphère de l'enseignement secondaire. Le premier peut aider le second à se transformer, il ne doit pas le remplacer. Ou bien alors les fins spécifiques de l'enseignement secondaire - fins qui sont les principales pour les élèves qui ne vont pas à l'Université - seront progressivement perdues de vue.

Ce second argument me paraît plus sérieux. Ce n'est pas lui, toutefois, qui motivera sur le fond le renoncement probable - partiel ou total - à l'implantation du Collège Universitaire. Simplement le Rectorat s'est aperçu, au vu des calculs de "Serviços de Planejamento", que l'implantation d'un collège universitaire destiné à un nombre important d'élèves absorberait en quatre ans entre le sixième et le huitième des ressources envisagées pour la réforme universitaire. On paraît songer maintenant, dans la meilleure des hypothèses, à un collège de petites dimensions, expérimental, réduit à une troisième série "colegial" qui n'ouvrirait que sur un secteur de l'enseignement supérieur scientifique (aire des sciences exactes ou aire biologique).

Il est vrai que l'Université ne peut se désintéresser complètement de l'enseignement moyen. Chacun des groupes d'éducateurs valorise - mais ceci n'apparaît explicitement que dans le projet B - un type particulier d'organisme de contrôle de l'enseignement moyen par l'enseignement supérieur.

Ces organismes existent, ils pourraient être améliorés ou développés. L'un ^{ou} l'autre - ou les deux ensemble - pourraient être intégrés au projet final de réforme de l'Université, dans la mesure où leur action implique la participation constante de certaines catégories d'universitaires. Tant du moins que l'enseignement secondaire ne se sera pas rénové du dedans.

Il s'agit essentiellement:

a) Du Centre d'Enseignement des Sciences de Bahia (CECIBA) animé par le Professeur João Bautista Vidal, Sous-Directeur de l'Institut de Mathématiques et de Physique, et l'un des plus fervents partisans du projet A:

Ce Centre, qui fonctionne depuis la rentrée de mars, fournit une assistance technique aux professeurs secondaires qui la sollicitent; crée des classes pilotes dans certains collèges; maintient, pour l'accomplissement de ces deux tâches, un corps de professeurs stagiaires, eux-mêmes orientés par des professeurs de l'enseignement supérieur; prête du matériel pour les expériences scolaires; organise des cours intensifs pour les professeurs secondaires - en fin d'après-midi ou la nuit pour les professeurs de Salvador, pendant les vacances de juillet ou ^{de} janvier-fevrier pour les professeurs de l'intérieur; publie, au terme de chacun de ces cours, un cours ronéo typé qui en reprend le thème - en l'adaptant cette fois au niveau mental des élèves auxquels il est finalement destiné.

b) Du Collège d'Application de l'actuelle Faculté de Philosophie:

Les futurs professeurs du secondaire font des stages dans ce collège d'élite, mais un peu fermé (les parents des élèves appartiennent presque tous aux professions libérales). L'équipe Thalès voudrait à la fois ouvrir le Collège sur le dehors, accroître son rayonnement, et permettre l'entraînement pédagogique rationnel des licenciés - dont le nombre croît sensiblement d'année en année, et qui de ce fait s'entassent au Collège. Dans cette perspective on souhaiterait que les méthodes nouvelles, une fois testées au Collège d'Application et transmises aux licenciés aux cours d'un stage relativement bref, soient ensuite appliquées par eux dans d'autres collèges, qui serviraient ainsi d'animateurs pour l'ensemble de l'enseignement secondaire.

Le Collège d'Application donnerait ainsi la primauté à l'expérimentation sur l'application proprement dite.

En dépit d'oppositions de personnes avivées par la polémique entre les projets A et B (le Professeur Thalès critiquant "L'improvisation pédagogique" des promoteurs du CECIBA), il me semble qu'il n'y a pas, à plus long terme, d'incompatibilité entre le CECIBA et un collège d'application rénové. Les deux organismes pourraient coexister et collaborer au sein de la Faculté d'Education. On pourrait même envisager l'une des deux osmose suivantes:

- Le CECIBA pourrait, pour les licenciés scientifiques, assurer l'entraînement pédagogique normalement dévolu au collège, ou contrôlé par lui.

- Ou bien au contraire le collège pourrait, dans la mesure de ses ressources en cadres pédagogiques scientifiques, prendre en main une partie des fonctions pour l'instant assumées par le CECIBA, en particulier le recyclage périodique des professionnels d'un certain niveau (les licenciés, notamment, qu'il serait possible d'inclure dans les stages d'expérimentation évoqués plus haut). Cependant que le CECIBA se chargerait plus spécialement du recyclage intensif, et relativement grossier, des professeurs scientifiques occasionnels (médecins et pharmaciens de l'intérieur, par exemple).

Je crois personnellement que cette seconde solution, qui n'atteindrait d'aucune façon l'économie globale du projet A, serait susceptible d'intéresser le Professeur Thalès et de faciliter son ralliement à ce projet.

2) Liaisons prévues au niveau de l'enseignement supérieur:

a) Réforme des "vestibulaires":

Un accord pourrait être assez facilement réalisé entre A et B sur le principe:

- d'un "vestibular" à la limite unique (ou distinguant tout au plus entre les élèves à vocation scientifique et ceux à vocation humaniste), et dont l'unification serait réalisée par étapes.

- d'épreuves qui, comme à Brasília, tiendraient surtout compte du "quotient intellectuel des candidats, de leur pouvoirs d'assimilation, de la maîtrise des instruments élémentaires d'étude, comme la capacité de rédiger en portugais et de lire les langues étrangères, et, finalement, du degré d'intégration des connaissances acquises au cours de la formation secondaire" (10). Le profil intellectuel des candidats serait ainsi esquissé, leur canalisation vers certains champs d'études suggérée.

b) les institutions propédeutiques:

elles constituent un aspect des nouvelles structures didactiques et culturelles envisagées pour l'Université et vont être examinées dans la division suivante:

(10) Darci Ribeiro, "Universidade de Brasília", en "Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos", p. 183 n° 83, juillet-septembre 1961.

II - Les structures didactiques et culturelles:

1) Projet A:

a) Tout repose sur les Instituts Centraux. Le rapport Furter a noté l'influence décisive du modèle Brasília: nous retrouvons ici un de ces facteurs politico-culturels profonds dont toute volonté de réforme doit tenir compte.

Lors de ma visite à Bahia, le Professeur Hernani Sobral, Directeur de la Faculté d'Architecture, m'a déclaré que les réformateurs attendaient principalement des instituts:

- une concentration des ressources en professeurs, bâtiments et équipements, permettant à la fois des économies et la création de laboratoires, bibliothèques, etc... réellement efficients.

- l'octroi d'une base scientifique solide à tous les étudiants, au cours du Ciclo Básico Propedêutico (deux ans?), qui dispensera des cours communs aux étudiants d'un même champ du savoir. Il y aura ainsi séparation, à la fois logique et chronologique, entre les activités de préparation scientifique et celles de formation professionnelle. Cette dernière devant être assurée, ainsi que la recherche appliquée, dans les facultés et écoles supérieures (si ce n'est pour les étudiants destinés à devenir ultérieurement professeurs ou chercheurs dans les instituts eux-mêmes) - parmi lesquelles il faut compter la future Faculté d'Education.

- la possibilité de retarder l'option professionnelle des étudiants, et donc de la rendre plus mûre.

b) Le cycle de formation professionnelle doit comporter, à l'intérieur d'une grande catégorie (médecine par exemple), un tronc commun, puis des études spécialisées. Dans les deux cas l'étudiant acquiert des crédits qui lui permettent, sous certaines conditions, soit d'aller d'une spécialité à l'autre à l'intérieur de la même catégorie, soit d'entrer dans une autre catégorie professionnelle. Il est ainsi possible à des étudiants dont la formation est déjà très avancée, ou même à des gens formés, ^{de} se diriger vers les nouvelles carrières continuellement suscitées par les exigences du développement.

c) la mise en place de tout ce dispositif se fera par étapes. En particulier:

- trois instituts centraux seulement seront d'abord créés, ceux de Mathématiques et de Physique à partir de l'actuel Institut de Mathématiques et de Physique, et celui de Chimie qui prolongera l'actuel. Les deux instituts existants jouent déjà, dans une large mesure, le rôle d'instituts de base, par des accords avec les écoles professionnelles, notamment l'École Polytechnique.

- les instituts d'humanités (lettres, arts, sciences humaines) pourraient être créés plus tard, dans le souci de ménager le personnel de la Faculté de Philosophie (mais nous verrons que le groupe Thalès rejette cette mort en sursis).

- la création de la Faculté d'Education et la détermination de ses modalités sont reportées à une date indéterminée.

2) Projet B:

La création des instituts, et en conséquence la dissolution de la Faculté de Philosophie, sont au cœur de l'opposition que le groupe Thalès mène contre le projet A. Les arguments sont intéressants, bien qu'ils soient dans une large mesure la justification idéologique e a posteriori d'une attitude émotionnelle:

a) le principe même des instituts centraux est mauvais:

- ils privilégieront (ce qu'ils auraient déjà fait, à Brasilia) la préoccupation des études scientifiques pures, au détriment de l'intérêt pour les carrières professionnelles. Or le Brésil a surtout besoin de techniciens supérieurs.

- ils désorienteront les étudiants décidés à suivre ces carrières, dans la mesure où l'attention à la science fondamentale ne peut être maintenue, pour cette catégorie d'étudiants, que dans la perspective d'un curriculum professionnel clairement perçu dès l'entrée dans l'enseignement supérieur, et qui leur montre concrètement l'importance des études de base pour la pratique qu'ils prétendent dominer. En d'autres termes: les futurs ingénieurs, médecins etc... doivent bénéficier le plus tôt possible de l'ambiance d'une école professionnelle.

- La formation des étudiants doit d'ailleurs aller du pratique au théorique, et non l'inverse comme dans la perspective des Instituts Centraux: ainsi, en Administration, l'apprentissage des techniques de comptabilité doit précéder les théories d'analyse des coûts et de la productivité (11)

- Les instituts, posés comme autonomes dans le projet A, "atomiseront" l'enseignement et la recherche - qui ne peuvent être féconds que s'ils revêtent un caractère interdisciplinaire. Même si les instituts devaient être finalement adoptés, il faudrait donc à tout le moins qu'ils s'intègrent, non seulement administrativement, mais aussi pédagogiquement, scientifiquement ou culturellement à des ensembles plus vastes.

b) L'argument d'économie et de rationalisation des ressources invoqué en faveur des instituts ne doit pas faire oublier:

- que si la haute recherche suppose des moyens considérables, et donc une concentration des ressources, il n'en va pas de même de l'enseignement de base: l'enseignement d'une matière de base peut donc être multiplié, sans grands frais, dans autant d'écoles professionnelles qu'il est nécessaire. Une telle multiplication peut d'ailleurs créer une émulation favorable.

Que faut-il donc proposer à la place d'une structure fondée sur les instituts ? Deux institutions doivent être mises en place, selon B:

a) Le Collège d'Etudes Générales:

Il est très proche de la "Faculdade de Estudios Generales" en honneur dans d'autres pays d'Amérique Latine ou de l'"Ano Vestibular" qui, en 1961, avait été conçu par le Professeur Valmir Chagas (un des meilleurs éducateurs brésiliens, membre du Conseil Fédéral de l'Éducation: la mission UNESCO aurait intérêt à le rencontrer) pour l'Université du Ceará. Ce collège, qui disposerait d'équipements scientifiques et culturels propres, donnerait pendant un an un enseignement centré autour de l'une ou l'autre des deux grandes aires de l'Université (Sciences exactes et biologiques; humanités). Il ferait une grande place, dans les deux cas, à la langue portugaise, aux mathématiques, à l'entraî-

(11) "Reestruturação da Universidade Federal da Bahia", page 146.

nement systématique de la capacité logique de l'étudiant, le familiarisant d'autre part avec la méthodologie et les techniques universitaires (consultation de documents, constitution de fichiers etc...) propres à l'une ou l'autre des grandes aires.

b) Les "Interfacultés":

Au nombre de deux - Interfaculté des Sciences Exactes et Biologiques, Interfaculté de Sciences Humaines, Lettres et Arts, - elles résulteront ainsi que la Faculté d'Education, du démembrement de l'actuelle Faculté de Philosophie.

Chaque interfaculté:

- pourra consister d'éléments très divers, depuis des départements de l'actuelle Faculté de Philosophie jusqu'à des instituts (mais non centraux) d'enseignement et de recherche dont la spécialisation sera plus ou moins poussée.

- assurera la formation des spécialistes dans les domaines culturels et scientifiques fondamentaux, leur conférant le diplôme de "spécialisation", le doctorat, etc...

- sera responsable de l'enseignement des disciplines-tronc, pour toutes les unités de son aire universitaire.

- devra promouvoir la recherche fondamentale.

- veillera au caractère interdisciplinaire prononcé aussi bien de l'enseignement que de la recherche.

Que penser des conceptions du groupe Thalès et donc, indirectement, du projet A?

Distinguons les différents organes unis en cause:

A) Instituts Centraux:

a) Les deux premières critiques du groupe Thalès me semblent partiellement valables, pour certaines catégories d'étudiants: il est bon qu'ils n'éprouvent pas des vocations scientifiques illusoires, que d'autre part ils soient orientés assez rapidement dans une direction professionnelle relativement précise.

b) En revanche l'accusation d'"atomisation" est ambiguë, et, dans tous les cas, incapable de disqualifier le principe même des instituts:

- si elle signifie, en ce qui concerne les chercheurs et les professeurs, qu'ils seront enfermés dans les limites étroites d'un seul institut, l'affirmation est fausse: le projet A, en accord étroit avec les idées inspiratrices de Brasília, prévoit que les professeurs d'une même aire auront des contacts constants entre eux et avec les professeurs des écoles professionnelles - en particulier pour l'organisation des curricula, la détermination des crédits exigibles dans les écoles, la fixation des équivalences; et d'autre part que les recherches impliquant la participation conjointe de plusieurs instituts (ou d'instituts et d'écoles) seront systématiquement encouragées.

- si elle signifie, en ce qui concerne l'étudiant, que, éparpillé entre plusieurs établissements, il se sentira perdu, "atomisé", il suffit de demander aux promoteurs du projet A de prévoir des mécanismes d'intégration, en particulier des conseillers pédagogiques susceptibles de montrer à chacun l'unité du champ d'études auquel il participe.

c) L'encouragement à la multiplication des cours ou des équipements pour des fins identiques ne me semble pas très sérieux - surtout si l'on pense à la pauvreté relative des moyens humains et matériels dont dispose le Brésil sur le plan scientifique.

B) Collège d'Etudes Générales:

Le principe, en soi, me paraît parfaitement valable. Mais:

- le collège coûterait fort cher et il représenterait une année supplémentaire d'études. L'Université de Bahia et le Brésil peuvent-ils se payer ce luxe?

- le collège contredit curieusement le leit-motiv du groupe Thalès, à savoir la nécessité d'une intégration précoce de l'étudiant à un champ professionnel déterminé.

- n'a-t-il pas, dans ces conditions, une valeur surtout polémique: terrasser les instituts?

C) Interfacultés:

Elles ne résistent guère à l'analyse:

- s'il y a un tronc commun aux écoles professionnelles, et si l'on admet qu'il doit se réaliser hors des écoles - à la fois pour économiser des ressources et pour promouvoir un véritable esprit universitaire - on ne voit pas pourquoi, sinon pour sauver à tout prix les facultés traditionnelles (moyennant quelques regroupements de façade), cet enseignement ne serait pas administré dans des instituts de base plutôt que dans des interfacultés. Qu'est-ce que celles-ci apportent de plus sur ce point?

- dira-t-on que les interfacultés ménagent un excellent climat à la recherche interdisciplinaire et à la culture générale? Mais tout ceci peut être assuré dans le cadre des instituts, s'il est suffisamment étudié.

- si les interfacultés doivent assurer la "pós-graduação" et la recherche fondamentale (même celle qui est très spécialisée), qu'est-ce qui les distingue, ^{ici} encore, d'un institut, sinon leur volume - qui deviendra de plus en plus paradoxal avec la multiplication prévue des étudiants?

- en résumé on échappe difficilement à l'impression que les interfacultés ne sont, dans l'esprit même de leurs défenseurs, que des instituts agglutinés. Mais pourquoi cette agglutination, qui alourdit l'appareil administratif et multiplie les problèmes de pouvoir?

D) Les unités de formation technique-professionnelles:

Comment peuvent-elles, à la fois, constituer la structure d'accueil privilégiée de leurs étudiants, et abandonner, en très grande partie, la formation de ceux-ci d'un côté au Collège d'Etudes Générales, de l'autre aux interfacultés?

III - Les Structures Administratives:

1) Projet A:

Le souci est proclamé d'innover sur ce point par rapport à Brasília, où les structures didactiques et culturelles n'auraient pu atteindre leur plein rendement faute d'une infrastructures administrative adéquate. Le Professeur Durmeval Trigueiro, membre du Conseil Fédéral de l'Education et ancien Directeur de l'Enseignement Supérieur, a été consulté à la fois par l'Université et par "Serviços de Planejamento". Il a proposé, conformément aux principes énoncés plus haut (pages 9 et 10):

a) L'instauration de structures intermédiaires entre les instances suprêmes de l'Université et les unités didactiques ou culturelles. Certes de telles structures existent ailleurs - mais elles se contentent, si ce n'est peut-être - les "congrégations de carrières" prévues à Brasília, de coiffer des unités parentes par leur objet plus que par leur fonction. C'est ainsi que des départements de chimie peuvent s'intégrer à un institut ou à une aire de faculté, ceux-ci à une aire parente plus vaste etc... Mais on n'obtient ainsi qu'un système d'emboîtement administratif, plus hiérarchique qu'opérationnel. Quelle que soit leur légitimité, les aspirations des micro-unités ne peuvent être alors satisfaites que par un long cheminement des demandes à travers les étages de la hiérarchie - à moins que ces unités ne décident (souvent avec succès) de faire appel directement au sommet, ce qui introduit l'anarchie dans le fonctionnement de l'université. Ce qu'il faut, c'est intégrer selon des fonctions (d'enseignement, de recherche, de culture etc...) quelles que soient et où que puissent se trouver les unités qui les exercent: une même unité, par exemple l'Institut de Chimie, ou l'Ecole d'Administration des Entreprises, pouvant s'ordonner si simultanément à différents fonctions.

b) La création dans cette perspective, d'un système complexe de "départements généraux" - d'enseignement, de recherche et technologie, de culture, de vie sociale universitaire. Ces organes, épaulés par des organes assesseurs, doivent analyser systématiquement tout ce qui, dans l'ensemble de l'Université, relève de leur fonction, faire des propositions constructives, "planifier" dans le cadre de la politique générale de l'Université, (le Département d'Enseignement soit "planifier" le recrutement, la sélection et la promotion des professeurs), contrôler l'exécution des programmes en cours. Leur compatibilité est

/eux

assurée par le Département de Planification, qui d'autre part est responsable de la coordination entre tous et les organes-moyens de l'Université, ainsi que de l'analyse des caractéristiques et problèmes régionaux (mais il semble que les autres départements aient aussi des fonctions dans ce sens...), dans la mesure où l'Université peut contribuer à leur promotion ou à leur solution. Curieusement le Département de Planification apparaît sur le même plan que les autres départements au sein d'un Conseil de Coordination qui coiffe l'ensemble - et dont on aurait pu penser justement que la fonction était remplie par le Département de Planification.

2) Projet B:

a) Il n'attaque guère les départements généraux dans ce qui paraît le plus vulnérable: la subtilité exagérée de leurs engrenages, leur surabondance et en conséquence la multiplication, au moins apparente, des organes pour une même fonction.

Il vise surtout le centralisme et l'autoritarisme dont leur conception ferait preuve: Le Professeur Thalès est convaincu que ces nouveaux organismes sont moins intermédiaires dans la structure universitaire globale qu'assesseurs directs du Rectorat, et donc destinés à renforcer le pouvoir du Recteur et surtout celui de l'actuel chef du Département de Culture, le Professeur Américo Simas (qui aspire à être Recteur...), au détriment du Conseil Universitaire. De fait certaines expressions ambiguës pourraient laisser supposer - à tort, si nous en croyons le Professeur Simas - que les Départements généraux font la politique de l'Université, au lieu de simplement contribuer à sa formulation et à son exécution.

b) B propose:

- Des commissions interscolaires, qui réuniront des représentants des établissements - interfacultés et écoles professionnelles appartenant à une même aire scientifique. Elles paraissent destinées - mais le projet B n'est pas très explicite - à suggérer des fusions de cours identiques et à déterminer des équivalences, donnant lieu à ses crédits, entre cours analogues.

- Une Commission Technique Centrale, destinée à servir d'intermédiaire entre les unités universitaires et le Conseil Universitaire, et qui semble devoir remplacer tous les départements du projet A, en particulier celui de planification.

Les commissions interscolaires ne soulèvent pas de difficultés. Quant à la Commission Technique Centrale, sa simplicité est séduisante, mais:

- le modèle qui nous en est présenté est trop peu élaboré pour que l'on puisse juger de la capacité qu'aurait ou non un tel organe d'assumer l'ensemble des attributions - dans ce qu'elles ont de vraiment significatif pour l'université - reconnues par A à l'ensemble des départements généraux.

- il semble de toute manière que la répartition des tâches politico-administratives de l'université entre quelques grandes fonctions servies chacune pour un organe spécifique constitue un critère intéressant, dans la mesure où elle permet que chaque problème rencontre immédiatement une structure d'accueil et un personnel déjà plus ou moins spécialisé pour l'analyser.

CONCLUSIONS

Il apparaît déjà, en regard des objectifs communs, qu'aucun des deux projets ne bénéficie d'une supériorité technique indiscutable sur l'autre. Peut-être faut-il accorder une légère préférence au projet A, dans la mesure où la structure fondamentale - les instituts de base - est mieux conçue que les interfacultés du groupe Thalès. Conformément aux considérations politiques énoncées dans l'introduction, c'est donc le projet A qui me semble devoir être, dans l'ensemble, encouragé.

Toutefois:

1) Une place centrale pourrait être faite, dans la rénovation de l'enseignement moyen, au Collège d'Application - rajeuni, élargi dans ses fonctions et intégré à la nouvelle Faculté d'Éducation. Cette dernière devrait être établie aussitôt que possible (alors que son existence reste douteuse dans le projet A), selon les recommandations des partisans de B, qui pourraient jouer un rôle capital dans la conception de la nouvelle unité.

2) Tout en se réalisant au sein des instituts, le cycle propédeutique de base, de durée variable (deux à trois ans), pourrait donner une place plus large que celle prévue par A à une culture qui serait générale en même temps que déjà spécialisée - c'est-à-dire qui serait dispensée au sein des grands aires évoquées plus haut plutôt qu'au sein de quelques instituts et qui ferait une large part aux humanités (à la langue portugaise et à la culture brésilienne, en particulier), aux mathématiques, à des rudiments de logique formelle, à l'apprentissage des techniques universitaires - toutes choses qui vont au-devant des préoccupations affichées par les partisans du Collège d'Études Générales.

3) Symétriquement des curricula flexibles permettraient aux étudiants d'accorder leur préférence à tel secteur ou sous-secteur, et de s'orienter ainsi, d'une manière souple et réversible, vers des écoles professionnelles déterminées ou vers la recherche. Cette orientation assez précoce, par accumulation de crédits dans une certaine direction, devrait être constamment accompagnée et débattue avec les étudiants, par des professeurs des Instituts - des assistants par exemple - qui joueraient un peu le rôle des "tuteurs" prévus lors de la restructuration de l'Université de Concepcion (Chili). Ils auraient notamment à informer les étudiants des possibilités d'accueil

des différentes branches professionnelles. La formation de base dans les Instituts échapperait alors à l'écueil redouté, à juste titre, par le Professeur Thalès: il n'y aurait pas nécessairement excès de purs savants dans un pays et dans une région qui ont surtout besoin de techniciens de haute qualification.

4) On peut admettre avec B que, dans les Écoles, la formation professionnelle doit aller des enseignements les plus pratiques aux enseignements les plus théoriques. A condition cependant que l'étudiant ait d'abord reçu une solide formation scientifique ou humaniste de base dans les instituts (elle pourrait demander jusqu'à trois ans), plus substantielle que celle prévue dans le Collège d'Etudes Générales du Professeur Thalès.

5) Il n'y a pas de raison universitaire solide pour ne pas créer, dès la première étape de restructuration de l'Université, des instituts de sciences humaines, lettres et arts à côté de ceux de sciences exactes et biologiques. On ne pourrait différer cette création que pour des raisons politiques et financières. Mais, politiquement, le Professeur Thalès sera le premier à ne pas accepter que la Faculté de Philosophie soit un mort en sursis: si elle doit disparaître, mieux vaut que ce soit le plus tôt possible, et que l'équipe Thalès, puisse dès à présent tenter d'imprégner les nouvelles structures d'idées qui lui sont chères. Le maintien artificiel de la Faculté ne pourrait que renforcer l'accusation de conservatisme qui lui est faite, ou suggérer que l'existence des secteurs et des disciplines qu'elle recouvre est sans importance aux yeux des réformateurs, préoccupés avant tout par la réorganisation des secteurs "dynamiques" de l'Université. Financièrement, une grande partie des ressources initialement prévues pour le Collège Universitaire pourrait être affectée à la construction et à la mise en route des nouveaux Instituts.

6) Il faut de toute évidence clarifier et simplifier les départements généraux proposés par A:

a) Il doit être plus nettement spécifié que les Départements ne peuvent rien décider sur les aspects fondamentaux de la politique universitaire sans l'approbation explicite du Conseil Universitaire. A moins, évidemment, que celui-ci ne délègue une partie de ses pouvoirs (législatifs en quelque sorte ,

par opposition à ceux du Recteur et des départements généraux, qui seraient plutôt de l'ordre de l'exécutif), pour traiter de certains problèmes et pour une période déterminée, à tel ou tel département. D'autre part la fonction d'instance intermédiaire des départements - entre le Recteur et le Conseil, entre le Recteur (ou le Conseil) et les unités universitaires, et enfin entre les unités elles-mêmes - doit être davantage accentuée: ils constituent le central téléphonique de l'Université, et doivent transmettre le plus d'information possible, dans tous les sens, et pas seulement de haut en bas.

b) Il semble que la fonction de planification intrauniversitaire est répartie d'une manière trop diffuse. On ne voit pas comment, simultanément, les départements généraux ayant une fonction particulière (le Département d'Enseignement par exemple), le Département de Planification et le Conseil de Coordination pourraient "planifier", au sens plein du terme. S'il y a un département de planification, cette activité doit lui incomber essentiellement, en vertu même du principe - proclamé par les partisans de A - d'une différenciation des organes selon celle des fonctions. Les autres départements ne peuvent qu'exprimer des souhaits, faire des suggestions, établir des prévisions pour ces suggestions. Quant au Conseil de Coordination - dont la nécessité n'est pas évidente dès lors que le Conseil Universitaire subsiste - il devrait se limiter, par ses conseils, à limiter les prétentions des technocrates qui surgiraient inévitablement au Département de Planification, à maintenir vigilant - contre certaines simplifications - le respect pour chacune des sphères de la vie universitaire.

7) Les promoteurs du projet A attribuent une grande importance au Département Social de la Vie Universitaire, à l'amélioration de la condition matérielle des étudiants, à leur vie sportive, à leurs loisirs culturels etc ... - mais il m'a semblé qu'ils ne cherchaient pas à les associer au débat sur la réforme. L'étudiant est conçu comme objet plutôt que comme sujet. Sans doute la situation politique actuelle du Brésil n'est-elle pas étrangère à cette attitude: les étudiants - et particulièrement leur organe central, l'Union National des Etudiants (UNE) - ont joué un rôle très important sous le régime précédent, ils sont parfois considérés a priori comme "subversifs".

*
* * *

Indépendamment de certaines suggestions ou restrictions de B, dont A doit à mon avis tenir compte, il faut dire enfin que a - mais aussi bien B, si ce dernier l'emportait - est insuffisant ou muet sur certains points stratégiques. La prise en considération de ces points n'impliquerait pas le bouleversement total du travail, si riche et si compétent, accompli jusqu'à présent.

J'ai noté:

1) Une certaine méconnaissance des moyens humains et financiers indispensables à la réforme. L'exemple du Collège Universitaire est typique: ce n'est qu'à une étape déjà fort avancée de la préparation de cette réforme qu'on s'aperçoit que sa réalisation - en termes satisfaisants - est économiquement difficile. Et encore: trouvera-t-on en nombre et qualité, les nouveaux professeurs et chercheurs nécessaires? S'est-on rendu compte que des traitements qui culminent autour de 400.000 cruzeiros par mois, pour un enseignement à temps partiel, ne sont guère propres à attirer ou susciter des vocations, auxquelles ce temps partiel ne saurait d'ailleurs donner carrière? Et que la rémunération à temps intégral, qui ne doit pas dépasser 700 ou 800.000 cruzeiros, est encore plus décourageante, faisant refluer la majorité des universitaires vers le temps partiel? Et les administrateurs, les planificateurs notamment?

2) Une volonté de voir grand, mais sans que les besoins à moyen terme de la région aient été vraiment jaugés, même d'une manière approximative: on s'est contenté de proclamer la nécessité de cette évaluation, et le devoir pour l'Université d'y répondre dans sa sphère. Certaines projections (celle par du nombre d'étudiants pour 1975 - cf. p. 7 bis) semblent obéir surtout à la préoccupation de ne pas voir l'Université de Bahia rapidement distancée par d'autres universités brésiliennes. En dépit des principes affichés l'Université continue d'être conçue, par bien des réformateurs sincères, comme un univers relativement clos, auto-suffisant. Les soucis ornementaux (goût des bâtiments vastes et luxueux) ne sont pas absents.

3) Une certaine indifférence de fait - en dépit d'un intérêt de principe - à l'égard de la formation des techniciens intermédiaires. Le rapport Furter le notait déjà. Si l'on excepte certains secteurs (infirmerie par exemple), où les techniciens dits supérieurs ne peuvent par définition être qu'intermédiaires, on constate que la formation de tels techniciens n'est pas l'objet d'une préparation systématique, qu'ils constitueront simplement les déchets inévitables de la formation supérieure proprement dite: alors qu'il serait possible de donner dès maintenant un grand prestige, par une propagande habile, à la fois idéologique (montrant l'intérêt de tels techniciens dans la phase de développement atteinte par le Brésil) et publicitaire (montrant les avantages matériels de telles carrières) à des catégories de médecins, d'ingénieurs, etc... pouvant recevoir une formation accélérée (en quatre ans?). Il semble d'autre part que des instituts technologiques universitaires, du genre de ceux prévus par la récente réforme de l'enseignement supérieur en France, (qui par exemple, forment en deux ans des documentalistes), pourraient être suggérés. Dans tous les cas on ne ferait que reprendre, en les généralisant et en les systématisant, des tentatives déjà anciennes au Brésil - et aujourd'hui tombées en désuétude - de formation des cadres intermédiaires (cf. les ingénieurs "géographes" de jadis, formés en trois ans).

En d'autres termes le souci de l'enseignement para-universitaire n'est pas assez présent: techniciens ou "humanistes", les professeurs, chercheurs et étudiants brésiliens restent dominés par des modèles mandarinaux, selon lesquels le nombre d'années consacrées à l'obtention d'un diplôme constitue l'un des éléments essentiels de sa valeur.

* * * *

Tout ceci ne doit pas nous dissimuler ce qu'il y a de sincère et de positif dans la volonté de réforme, tant du côté B que du côté A. Cette volonté doit être entretenue et renforcée: à partir notamment de suggestions très concrètes que pourrait faire la mission UNESCO, attendue impatiemment aussi bien par les partisans du projet B que par ceux du projet A. L'Université de Bahia est mûre pour un take-off décisif.

M Debrun

MICHEL DEBRUN

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME

Circular nº 01/67

Rio de Janeiro, 3 January, 1967

To : All International staff of the UNDP and Specialized Agencies in Brazil

From : George Abu-Jawdeh, Resident Representative, a.i., UNDP, Rio

Subject : HOTEL ACCOMODATIONS

I am pleased to inform you that the following hotels have agreed to give 10% discount upon presentation of the Identity-Card issued by the Ministry of Foreign Affairs or the UN "Laissez Passer".

In Porto Alegre

Plaza Hotel

In Recife

Hotel Boa Viagem

In São Paulo

Othon Palace Hotel

UNITED NATIONS



NATIONS UNIES

NAÇÕES UNIDAS

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME

Circular nº 31/66

Rio de Janeiro, 22 December 1966

To : All International Staff of the UNDP and Specialized Agencies in Brazil
From : Eduardo Albertal, Resident Representative, UNDP, Rio *Albertal*
Subject: Post Adjustment - Brazil

This is to inform you that, effective 1 January 1967, the Post Adjustment for Brazil shall be changed from Class 6 to Class 7.

Aux : Experts en mission au titre des
Programmes ordinaire et de partici-
pation et du Secteur de l'assistance
technique du PNUD

BMS/4/66.1029

De : W.J. Ellis, Chef de la Division des rapports, BMS

le 1er novembre 1966

Objet : Résumés de rapports

L'amélioration progressive des méthodes d'établissement des rapports et l'examen plus détaillé que les rapports des experts en mission subissent maintenant au Siège, tant en vue de l'orientation des experts qu'aux fins de recherches, ont fait apparaître la nécessité de nouveaux progrès dans ce domaine. On s'efforcera d'atteindre ce but, en faisant plus largement usage des précieuses informations qui continuent à être reçues des experts en mission.

Les résumés permettent non seulement de tenir au courant des membres du personnel du Siège exerçant des fonctions très diverses, mais encore de faciliter les communications entre les experts en mission eux-mêmes.

Bien que les instructions en vigueur invitent les experts à joindre un bref résumé à leurs rapports, il est très rare à l'heure actuelle que ces résumés soient fournis.

A partir du 1er janvier 1967, il est demandé à tous les experts de joindre à chacun des trois exemplaires de leurs rapports un bref résumé, dactylographié sur une formule spéciale qui sera mise à leur disposition à cette fin. Avec l'accusé de réception de chaque rapport, l'expert recevra six formules (en blanc) qu'il devra conserver pour rédiger le résumé de son prochain rapport.

Vous trouverez ci-joint un bref guide pour la rédaction des résumés.

Chaque résumé reçu au Siège sera reproduit, et des exemplaires seront adressés à tous les départements intéressés ; en même temps, il est prévu qu'une liste systématique des résumés sera publiée chaque mois.

On suivra l'application de cette procédure pendant toute l'année 1967, dans l'intention de tirer encore plus largement profit de l'abondante documentation qui continue de parvenir au Siège sur le vaste programme que l'Unesco exécute dans de multiples domaines.

Nous faisons appel à votre coopération dans cette tâche, et nous espérons que des résumés seront joints à tous vos rapports futurs.

WS.1066.72/BMS


W.J. Ellis

GUIDE POUR LA REDACTION DES RESUMES DE RAPPORTS

Longueur

Le résumé doit être aussi concis que possible - normalement, il ne devra pas dépasser 200 mots.

Contenu

Le résumé est une version condensée du rapport, mais il doit se suffire à lui-même, c'est-à-dire pouvoir être compris sans consultation du texte intégral. Pour l'établir, il faut déterminer quels sont les éléments les plus importants du rapport, et les faire figurer dans le résumé en consacrant, dans la mesure du possible, un bref paragraphe à chacun des principaux thèmes ou aspects du travail.

Forme

Des phrases complètes sont préférables à une simple liste de rubriques. Limiter dans la mesure du possible l'emploi des signes de ponctuation. Les phrases doivent être courtes, et on n'utilisera que les adjectifs indispensables. On évitera les contractions et les abréviations inutiles. Un résumé doit être bref par nature ; cependant il convient de ne pas oublier que les lecteurs ne seront peut-être pas tous familiarisés avec la terminologie de l'Unesco et avec le projet considéré ; il importe donc de ne jamais perdre de vue le lecteur.

Il faut veiller à ce que le résumé puisse être compris sans consultation du rapport, et prendre soin d'éviter toute ambiguïté.

Langue

Employer des termes simples et clairs. On pourra rédiger le résumé en anglais, en espagnol ou en français.

Les dates devront être clairement indiquées, avec le jour, le mois et l'année (par exemple : 5 avr. 1966). Une période de plusieurs années pourra être indiquée comme suit : 64-67, signifie de 1964 à 1967 ; 64-65 désigne une période biennale, tandis que 64/65 représente une année scolaire (par exemple, de septembre 1964 à juin 1965). Lorsqu'une monnaie est mentionnée, indiquer toujours l'équivalent en dollars.

REPORT ABSTRACT

Name of Expert :

Type of Report :

Country and Duty Station :

Period covered by Report :

Project Title and Code Number :

Leave blank

Nº 319

Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1967

De: Jacques Torfs

Para: Dr. Carlos Correa Mascaro
DD. Diretor do INEP

Assunto: Atividades em outubro de 1966

Senhor Diretor,

Tenho o prazer de encaminhar-lhe, em anexo o relatório sobre minhas atividades não relacionadas com a preparação dos CROSE, realizadas durante o mês de outubro de 1966.

Atenciosamente,

Jacques Torfs
Perito da UNESCO

RELATÓRIO

A. PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

I. EPEA - Rio de Janeiro

O EPEA está elaborando um plano setorial de educação, a ser integrado no Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil. Prestei minha colaboração ao chefe da Divisão de Educação, Dr. Arlindo Lopes Correa que me pediu para estudar alguns problemas especiais.

Durante o mês de outubro elaborei e apresentei os seguintes documentos de trabalho:

1. Documento AS3/AK: Normas propostas pela estruturação dos sistemas educacionais.

Os objetivos qualitativos do Plano Educacional do EPEA basear-se-ão nas sugestões do Conselho Federal de Educação e, particularmente, num estudo do Conselheiro Durmeval Trigueiro; basear-se-ão também nas sugestões e nos estudos elaborados pelos Professores Carlos C. Mascaro, I. Bologna, Faria Goes, Paulo Novais, Roberto Moreira e Nilo Tavares.

O documento AS3/AK apresenta uma contribuição adicional a respeito dos temas tratados por aqueles especialistas.

2. Documento AR: Cálculo teórico do número de repetentes, por série, nas escolas primárias.

O estudo do número de repetentes por série tem importância fundamental. Podemos afirmar que, atualmente, todas as interpretações das cifras apresentadas pelo Governo sobre as taxas de escolarização, de assistência, de deserção, de custos per capita, assim como todas as previsões e projeções sobre a matrícula no curso primário são falhas e se tornam inválidas devido ao desconhecimento daquele dado.

Não existindo qualquer estudo estatístico adequado sobre o problema, foi necessário adiantar um cálculo teórico, que indica que em 1963 os índices de repetência foram de 63% e de 40% respectivamente para os alunos da primeira série primária e das escolas primárias.

II. FUNDEPAR - Curitiba

Sob a competente direção da Prof. Zélia Pavão, a FUNDEPAR está terminando um cadastro completo das escolas primárias, médias

e superiores existentes no Estado do Paraná.

Por ocasião de minha quarta visita à FUNDEPAR, nos dias 25 e 26 de outubro, colaborei com a Prof^a. Zélia Pavão na elaboração dos últimos formulários que deverão ser preenchidos pelos estabelecimentos de Ensino Superior.

Tive, também, a ocasião de discutir, com o Sr. Secretário de Educação e seus assessores, a integração do sistema de cadastro utilizado pela Secretaria no sistema da FUNDEPAR, assim como a natureza das reformas administrativas exigidas por essa integração.

O Senhor Secretário, nessa ocasião, pediu a assistência da UNESCO, para a elaboração do Plano Estadual de Educação e dos projetos de reestruturação da Secretaria. Assegurou-me que colocaria à disposição da UNESCO, para este trabalho, todos os serviços da Secretaria e que tomaria imediatamente todas as medidas administrativas e financeiras para acelerar a realização dos trabalhos e do plano.

Conversei, também com o Sr. Governador do Estado, que confirmou os convites e as promessas anteriores.

Decidiu-se que a Prof^a. Zélia Pavão organizaria os vários grupos responsáveis pelos estudos preparatórios da elaboração de um Plano Educacional e especificamente:

1. Inventário das necessidades em mão-de-obra.
2. Estudo da Reforma administrativa.
3. Coordenação e crítica dos inventários escolares.
4. Estudo dos objetivos e dos meios educacionais.

Em dezembro, voltarei a Curitiba para continuar os trabalhos de assessoramento à FUNDEPAR.

B. REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA

Do dia 17 a 22 de outubro, e no dia 27 de outubro, participei das reuniões ordinárias e extraordinárias da Comissão de Reestruturação da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e trabalhei com seus principais membros - Dr. VITOR AMARAL FREIRE e Prof^a. LOURDES BRITO PEREIRA.

Com eles, terminei a preparação duma primeira versão do projeto de Lei sobre a reorganização administrativa da Secretaria (incluindo a exposição de motivos), e do texto de regulamentação interna, das modificações das estruturas e técnicas de Educação do Estado.

A primeira etapa dos trabalhos da Comissão, provavelmente poderá ser terminada em novembro.

Os mais importantes temas de discussão e estudo foram:

- 1) Área de Ação Administrativa da Secretaria.
- 2) Integração das operações do Conselho Estadual de Educação nas atividades normativas da Secretaria.
- 3) Separação das funções normativas e executivas da Secretaria.
- 4) Utilização de novas técnicas e instrumentos de controle de dados estatísticos.

Os resultados das deliberações estarão incluídas no documento AS, que será distribuído nos primeiros dias de dezembro.

C. PESQUISAS EDUCACIONAIS

1) CRPE BELO HORIZONTE

Nos dias 10 e 11 de outubro fiz uma segunda série de conferências ao pessoal do Centro de Pesquisas de Belo Horizonte sobre técnicas de investigações estatísticas e amostragem.

Adiantou-se a análise preliminar dum projeto de estudo da repetição escolar, que deverá servir de ilustração para futuros seminários. Foi discutida a natureza possível das variáveis que poderiam ter uma relação direta com o nível da repetência.

As grandes linhas duma investigação foram esboçadas e decidiu-se dedicar as suas primeiras etapas à identificação de escolas representativas dos vários níveis sócio-econômicos da Cidade de Curitiba.

O terceiro seminário terá lugar entre 20 e 30 de novembro.

2) CENTRO DE PESQUISA ESTADUAL - CURITIBA, PARANÁ.

Conversei com o pessoal do Centro nos dias 25 e 26 de outubro. O Centro está realizando uma pesquisa muito interessante sobre os repetentes na cidade de Curitiba. De acordo com este estudo, a repetência no primeiro ano primário seria cerca de 25% da matrícula. A dupla repetência é de 2 a 3% da matrícula.

Os pesquisadores agora estão tratando de estabelecer algumas conclusões entre os resultados e as causas.

O pessoal do Centro convidou-me para analisar os resul-

tados e comentar algumas das técnicas que estão sendo experimentadas e também contribuir na interpretação dos dados obtidos.

Desafortunadamente parece que o sistema de reunião e classificação de dados utilizado não permite estabelecer quantitativamente a importância relativa das maiores causas da repetência o que é precisamente a informação mais valiosa para o planejamento das medidas saneadoras.

3. FACULDADE DE EDUCAÇÃO. FLORIANÓPOLIS

No dia 24 de outubro, no Estado de Santa Catarina, contribui para a análise dos resultados parciais de uma investigação feita pela Faculdade e dirigida pelo Prof. SILVIO CORELHO DOS SANTOS sobre os defeitos estruturais do sistema de Ensino.

Dessas experiências e de contatos anteriores que tive com os mesmos centros e também com o pessoal e trabalhos do CRPE de São Paulo, concluo:

- a) Que os pesquisadores de todos esses centros não têm um treinamento adequado em estatísticas, técnicas de amostragem e de interpretação.
- b) Que não é possível remediar estas dificuldades através de algumas conferências ocasionais.
- c) Que se justificaria amplamente o planejamento de um programa coordenado para as pesquisas dos centros federais e estaduais.
- d) Que o conteúdo exato dos projetos específicos de pesquisas deveria ser examinado ex ante, e os resultados criticados ex post, por técnicos qualificados.

D. TREINAMENTO DOS LEIGOS E SUPERVISORES.

Por solicitação da Professora Estella Santos, visitei os Secretários de Educação do Paraná e Santa Catarina, a fim de dar-lhes informações adicionais sobre o programa de treinamento de supervisores e professores leigos.

O Secretário de Educação do Estado do Paraná, Dr. Aldo Moro e seu Assessor Técnico Dr. Beneditto Cordeiro expressaram o desejo de ter uma oportunidade de retificar a orientação do programa, no sentido de dar maior relevância à realização de um programa de treinamento acelerado dos professores do ensino primário na cidade de Curitiba.

De acôrdo com êles, um dos maiores problemas educacionais do Paraná, consiste no alto nível de repetência nas escolas primárias de Curitiba, por consequência, do baixo nível de treinamento dos professores do primário. Desejam êles, obter a assistência imediata da UNESCO ou INEP, a fim de solucionar êsses problemas.

O Secretário de Educação do Estado de Santa Catarina, o Prof. GALILEU CRAVEIRO DE AMORIM manifestou seu interesse pelo programa de treinamento. As discussões com as demais autoridades locais indicaram que algumas das cláusulas do Convênio não estão ajustadas às realidades administrativas ou às necessidades de Sta. Catarina.

1) A autoridade capacitada, no Estado de Santa Catarina, para se responsabilizar pelos funçios estaduais, para o tipo de programa planejado é o "PLAMEG", e não a Secretaria de Educação. Consequentemente, parece útil que PLAMEG participe dos convênios com o INEP.

2) O programa de treinamento para Sta. Catarina prevê a formação de Supervisores. As autoridades locais prefereriam atacar diretamente o problema dos professores leigos.

O Secretário de Educação, os chefes do PLAMEG e o Diretor da Faculdade de Educação assinalaram insistentemente que há razão alguma para que o treinamento do pessoal de Santa Catarina seja realizado no Paraná ou Rio Grande do Sul.

A Faculdade de Educação da Universidade de Desenvolvimento dispõe de todos os locais, pessoal e equipamento para assegurar a eficiente realização dos programas de treinamento em Florianópolis.

November 25, 1966

UNITED NATIONS EDUCATIONAL
SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION

Office of Educational Planning

Documentation related to Educational Planning

ACCESSION LIST: November 1-25, 1966

DEHEYN, Joan Jacques

Agricultural education within the context of primary and secondary education. Paris, Unesco, n.d. (1963?).

11p. processed
English & French

(Working document presented at the FAO Conferences on agricultural education: Kampala, Abidjan, Tripoli, Beyrouth 1963).

EL-SAYED, Dr. F.B.

The project of the experimental centre for adult education and community development. State of Kuwait. February 1966.

29p.

INSTITUTO LATINOAMERICANO DE PLANIFICACION ECONOMICA Y SOCIAL

Curso centroamericano de planeamiento de la educación.
San Jose, Costa Rica, Agosto 1-Octubre 21 de 1966.

17 documentos

- Informe presentado al INSTITUTO y a la UNESCO, por el director del Curso, Señor Simon Romero Lozano

- Bousquet, J : La practica del planeamiento de la educación en los paises de desarrollo

- Carelli, Dino: Analisis y reforma de la estructura escolar.

- Escondrillas, F : Notas sobre la formulación del plan de educación.

- Ewers, C : Analisis y programación de proyectos para el financiamiento internacional

- Esquemas para la realización de ejercicios practicos

- Jiménez Castro, W : Principios de administración pública.

- Lederman, Esteban : La planificación del desarrollo economico y de los recursos humanos

- Martner, P : La medición de resultados y de costos

- Proyectos de desarrollo educativo

- Reuniones internacionales sobre planeamiento de la educación. Conclusiones y recomendaciones.

Romero Lozano, S : Algunos aspectos del analisis y la programación del desarrollo educativo.

- Romero Lozano, S : Algunos aspectos de la educación

- Romero Lozano, S : Notas sobre características y elementos del planeamiento de la educación.

- Vuskovic, P : Tecnicas de planificación.

- Reunión de expertos sobre enseñanza superior y desarrollo en America Latina: Analisis estadístico de las tendencias de la enseñanza superior en America Latina.

- Reunión de expertos sobre enseñanza superior y desarrollo en America Latina: Organización, administración, financiamiento de la educación superior.

REPUBLIQUE CENTREAFRICAINNE. Ministère de l'Education Nationale, de la Jeunesse et des Sports.

Statistiques scolaires, 1965-1966.

54p.

UNITED NATIONS. Economic and Social Council. Economic Commission for Asia and the Far East

Tenth session: Administrative aspects of economic development planning. Bangkok, Thailand, 3-10 October 1966.

43p. Annexes

REVIEW OF BOOKS AND ARTICLES

ADELMAN, Irma & THORBECKE, Erik, Eds.

The theory and design of economic development. Baltimore, John Hopkins Press, 1966.

This book presents original work by some of the foremost theorists and econometricians in the field. Their efforts serve to point out possibilities for fruitful interaction between the theoretical and empirical approaches to development planning. Attempts are made to construct models providing quantitative guides to the formulation of economic policy conducive to economic development. The empirical section concludes with a mathematical analysis of two sectors of major importance in developing economies: agriculture and education.

CENTRE FOR EDUCATIONAL TELEVISION OVERSEAS

Report of the International Working Group on educational television, 22nd-27th November 1964.

The principal aim of the Working Group was to discover how far the producing countries - either individually or through co-operative effort - could meet the needs of the less developed countries.

CORREA, Hector

Basis for the quantitative analysis of the educational system in Journal of Experimental Education, vol.35, n°1, Fall 1966, pp.11-16

The characteristics of the educational system must give rise to to systems of quantitative indices, and any such system should maintain relationship with education and close relationships must also exist among the different indices themselves. The object of this paper is to propose one such system of quantitative indices for education. But the author admits that several other systems could be defined and only experience with such systems will determine which is the best for any particular use.

DESMUKH, C.D.

Perspective planning and education for economic and social development. Bangkok, Asia Institute for Economic Development and Planning, 1966.

This monograph is based on lectures delivered by visiting lecturers and on Institute research.

FRANCE. Secrétariat d'Etat aux Affaires Etrangères/ Société d'Etudes pour le Développement Economique et Social (S.E.D.E.S.)

Education rurale en Haute Volta. Bilan des résultats acquis en 1966 et première étude prospective. Paris, S.E.D.E.S., Juillet 1966.

187p. processed

Rapport rédigé par J.F. Christol, à la suite d'une mission conjointe Christol/Médard, pour procéder à la demande du gouvernement de la Haute Volta à un examen de la situation de l'éducation rurale. Ce rapport se présente en trois parties: la première partie est consacrée au bilan de l'éducation rurale et aux suggestions pour une amélioration éventuelle de la formule actuelle rurale; la 2ème partie, très courte, relève les principales différences entre les propositions du rapport primitif formulées en 1959 et la situation actuelle; enfin dans une 3ème partie, l'auteur s'est efforcé de situer l'éducation rurale au sein du développement de l'enseignement dans le cadre des ressources financières probables et en fonction des besoins en cadres de l'économie voltaïque. Mr. Médard, de son côté, a rédigé un rapport distinct pour le compte de l'Unesco.

MALASSIS, L

Développement économique et programmation de l'éducation rurale. Paris, Unesco, 1966.

59p. (NS.65/D.41/F)

Education et développement rural (accélération de la croissance économique et du développement rural; les principales formes d'éducation rurale).

Programmation de l'éducation rurale en relation avec le développement de l'éducation en général et le programme de développement socio-économique global (problèmes généraux de la programmation de l'éducation; stratégie de l'éducation rurale; problèmes pratiques de la programmation de l'éducation rurale).

ORGANIZATION FOR ECONOMIC AND SOCIAL DEVELOPMENT

Organisational problems in planning educational development.
Paris, O.E.C.D., 1966.

English & French

Contains papers submitted to a 1963 OECD meeting of economists, educators and government officials from OECD member countries. This is ^{the} third of a series of publications based on seminars sponsored by the Study Group in the Economics of Education. A sampling of papers in the booklet includes: "Some administrative problems in educational planning" by Necat Erder ; "Manpower requirements and Educational Organisation" by Harold Goldstein; and "Research for Educational Organisation" by Homer D. Babbidge, Jr.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC AND SOCIAL DEVELOPMENT

A report on curriculum improvement and educational development.
Paris, O.E.C.D., 1966.

75p. processed

This report formulates some of the issues involved in the qualitative aspects of educational planning and development. It focuses attention upon the curriculum as the heart of all formal organized systems, on the need for its continuous study and improvement and on the implications which all sections relating to the curriculum has for both teaching and learning as well as on the planning and articulation of the educational system as a whole.

SMITH, Dr. Robert

Adult education in Liberia. Bloomington, Indiana, Indiana University, 1966.

(Monograph series in adult education, n°2)

The author identifies five types of adult education in Liberia and discusses major needs and problems.

READING LIST

KUMAR, Narandra

Adjusting educational broadcasts to the secondary school timetable,

in CETO News, n° 12, September 1966, pp.47-50

SYCALLIDES, Stelio G.

School's television in Cyprus

in CETO News, n°12, September 1966, pp.20-25

UNITED NATIONS " EDUCATIONAL
SCIENTIFIC AND. CULTURAL ORGANIZATION

Department of Planning and Financing of Education

Documentation related to Educational Planning

ACCESSION LIST

Association Universitaire pour le Développement de l'Enseignement et de la Culture en Afrique et à Madagascar (AUDECAM)
Annuaire statistique-type concernant l'enseignement en Afrique et à Madagascar. Projet. Paris, Mars 1967.
156 tableaux

BANGKOK. Unesco regional office for education in Asia
Investment in education. Bangkok, Thailand, 1967.
466p.

(Regional technical assistance seminar on investment in education in the countries participating in the Karachi plan, Bangkok, 7-15 April 1964: Report of the seminar and papers by experts).

BRAZIL. Ministerio de Planejamento e Coordenação Economica
Plano decenal de desenvolvimento econômico e social, 1967-1976. Tomo VI: Desenvolvimento social - Educação e mão-de-obra. Departamento de Imprensa Nacional, 1967.
2 vol.

BURUNDI
Plan quinquennal de développement, 1964-1968. Edité par la Conférence des Ordinaires du Rwanda et du Burundi. Programme de l'enseignement catholique. Bujumbura, 1965.
Pagination multiple tableaux

CERYCH, Ladislav

L'aide extérieure et la planification de l'éducation en Côte d'Ivoire. Paris, Unesco: Institut International de Planification de l'Education, 1967.
49p.

(Monographies africaines, 12).

CHAU, Nguyen Huu

Analyse combinée de rendement et de coût. Paris, Université de Paris, Institut d'Etude et du Développement Economique et Social, 1967.
9p. processed

DAHOMY

Plan de développement économique et social, 1966-1970. n.l., n.d.
435p.

DAKAR. Groupe régional de planification et d'administration de l'éducation
Cours sur la planification de l'éducation, Dakar, 31 octobre - 18 Décembre 1966.
3 vol.

EL-SAYED, Dr. F.B.

State of Kuwait: Anti-illiteracy projects. From november 1966 to 11 may 1967.
30p. processed.

ETHIOPIA, Ministry of Education and Fine Arts

Report on the current operation of the education system in Ethiopia. With special reference to secondary education and the twelfth grade examination. Prepared for the Council of Ministers, Imperial Ethiopian Government. November 1966 (Hidar 1959).
243p. tables included

Fondo Fiduciario de Progreso Social

Progreso socio-económico en America Latina. Sexto informe anual, 1966. Washington D.C., Banco Interamericano de Desarrollo, 1967.
467p.

Food and Agriculture Organisation of the United Nations

Agricultural education and training in Ethiopia. Report of the FAO mission to study the development of agricultural education and training in Ethiopia. Rome, 1967.
64p. appendices

Food and Agriculture Organization of the United Nations

Route and strategy for rural institutional development in Western South America. 3 May 1967.
60p. processed

GREEN, C.H.

Background to Third Five Year Plan, Ethiopia.
Education and Fine Arts, May 1967.

Addis Ababa, Ministry of

10p. processed

GUILLAUMONT, P.

Les dépenses d'enseignement au Sénégal, par..., D. Garbe et P. Verdun.
Paris, Unesco: Institut International de Planification de l'Education, 1967.

51p.

(Monographies africaines, 5)

HOLLISTER, Raymond

Evolution technique de la première phase du projet régional méditerranéen.
Paris, OCDE, 1966.

151p.

INDIA, Ministry of Education

Education and national development, report of the education commission 1964-1966.
New Delhi, 1966.

692p.

JAPAN, Ministry of Education

Educational developments in 1966-1967. Report presented at the XXXth International Conference on Public Education, Geneva, July 1967.

24p.

KING, Jane

Planning non formal education in Tanzania.
Institute for Educational Planning, 1967.

Paris, Unesco: International

40p.

LE THANH KHOI

Rendement et productivité de l'enseignement. Paris, Université, Institut
d'Etude et du Développement Economique et Social, 1967.

24p. processed

MALAYSIA

First Malaysia plan, 1966-1970.

Kuala Lumpur, 1965.

189p.

MALAYSIA, Ministry of Education

Report of the follow-up study on educational wastage and school dropouts in primary schools in West Malaysia. Kuala Lumpur, Educational Planning and Research Division, 1st March 1967.

17p. appendices processed

MICHIGAN STATE UNIVERSITY

A systems approach to higher education, a comprehensive report of progress. East Lansing, Michigan, Michigan State University, Division of Engineering Research, May 15, 1966.

93p.

MOROCCO. Ministère de l'Education Nationale des Beaux Arts, de la Jeunesse et des Sports, Secrétariat Général.

Plan quinquennal 1968-1972. Etudes préparatoires. Analyse de l'évolution et de la situation du système marocain. Résultats provisoires des études des groupes I et III (Planification, Budget et Equipement). Commission des Ressources Humaines, Sous-Commission de l'Education, Mars 1967.

84p. annexes

MUNOZ IZQUIERDO, Carlos

La inversión en el sistema educativo nacional hasta 1970 y sus fuentes de financiamiento. Mexico, Centro de Estudios Educativos, Enero de 1967.

117p.

NEPAL, Ministry of Education

Development of primary education in Nepal. Kathmandu, Planning, Statistics and Research Division, May 1967.

22p.

NEPAL, Ministry of Economic Planning, National Planning Council

The Third Plan, 1965-1970. n.l., n.d.

194p.

NEPAL, Ministry of Education

Development of primary education in Nepal

in: Shiksha, Ministry of Education Journal, vol.1, n°1, April 1967.

pp. 42-62

NOUR, I

Saudi Arabia, organization of an educational planning department in the Ministry of Education, 13 June 1965 - 12 June 1967. Paris, Unesco, June 1967.

47p.

OBIOLS, Alfredo

Un enfoque para la planificación del desarrollo integral de la República Dominicana, por... y Rodolfo Perdomo. Guatemala, Abril de 1966.
2 tomos

Tomo 2: Appendix - Atlas de información básica existente y lineamientos para la planificación del desarrollo integral de la República Dominicana.

Organisation for economic co-operation and development

Conférences et essais méthodologiques sur la planification de l'éducation. Bergneustadt, 6-24 Juillet 1964. Paris, OCDE, Août 1966.
329p.

Organisation for economic co-operation and development

The education, training and functions of technicians, Canada. Paris, OECD, June 1967.
138p.

Organisation for economic co-operation and development

The education, training and functions of technicians, Spain. Paris, OECD, June 1967.
118p.

Organisation for economic co-operation and development

Manpower forecasting in education planning. Paris, OECD, 1967.
194p.

Organisation for economic co-operation and development

Politique active de main-d'oeuvre. Séminaire régional scandinave, Oslo, 23 et 24 Novembre 1965. Rapport final. Paris, OCDE, 1967.
59p.

Organisation for economic co-operation and development

La politique et la planification de l'enseignement. Pays-Bas. Paris, 1967.
329p.

Organisation for economic co-operation and development

Reviews of national science policy. France. Paris, OECD, 1966.
133p. Bibliography pp.131-133

PAKISTAN, National Planning Board

The first five-year plan, 1955-1960. Karachi, Government of Pakistan Press, 1958.

652p.

PAKISTAN, Government of, Planning Commission

The second five-year plan, 1960-1965. Karachi, Government of Pakistan Press, 1960.

414p.

PAKISTAN, Government of.

The third five-year plan, 1965-1970. s.l., June 1965.

517p.

PAN AMERICAN UNION

Anuario del desarrollo de la educación, la ciencia y la cultura en America Latina. 1964. Washington D.C., Union PanAmericana, Secretaría General de la Organización de los Estados Americanos, 1966.

232p.

PAN AMERICAN UNION

Corrientes de la educación superior en America. Washington D.C., Union Pan Americana, Secretaría General de la Organización de los Estados Americanos, 1966.

122p.

PAN AMERICAN UNION

El desarrollo de la enseñanza primaria y el plan nacional de educación en Brasil Washington D.C., Union Pan Americana, Secretaría General de la Organización de los Estados Americanos, 1967.

70p.

PARIS. Université. Institut d'Etude du Développement Economique et Social

Les rendements de l'enseignement du premier degré en Afrique francophone. Paris, DEDES, 1967.

3 tomes en 4 vol.

(Travaux effectués par Mlle Isabelle Deblé avec la collaboration de Mlle Le Thi Nam Trân, MM. Georges Crasson et Huynh Cao Tri)

Tome 1 - Présentation méthodologique

Tome 2 - Données numériques concernant la situation de l'enseignement du premier degré dans quatorze pays francophones d'Afrique au Sud du Sahara.

Tome 3 - Analyses nationales (2 vol.)

PERU, Instituto Nacional de Planificación

Plan de desarrollo económico y social, 1967-1970. Plan sectorial de educación
"Calificación de los recursos humanos para el desarrollo". Lima, Abril 1967.
Paginación múltiple

The problem of educational wastage at the first level of education in Asia,
in: Bulletin of the Unesco Regional Office for Education in Asia, vol.1, n° 2,
March 1967. Unesco, Bangkok.
68p. bibliography

RICHARDSON, Thomas A

Science and education in Nepal. Semi-annual report, 24 August 1966 - 23 February
1967. n.l., February 1967.
155p.

RICHARDSON, Thomas A

Survey of secondary school science, Nepal. Eastern Terai trip, 24th January -
4th February 1967. n.l., n.d.
25p. processed

ROMERO LOZANO, Simon

El planeamiento de la educación, aspectos conceptuales y metodológicos, por...,
Dino Carelli, Fernando de Escondrillas, Sebastián Ferrer. Santiago de Chile,
Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social, Abril de 1967.
246p. processed

ROSSIGNOL, J

Mission Unesco en République du Congo, 2 Mai au 20 Mai 1967. Brazzaville, 19
Mai 1967.
23p. annexes

SAN MARTIN, Mauricio

Veinte esquemas de sistemas educativos. Lima, Peru, Oficina nacional inter-
universitaria de planificación, Noviembre-Diciembre 1966.
49p. processed

UNESCO. Educational Planning Mission

Panama. 24 October 1966 - 23 December 1966. Paris, Unesco, May 1967.
141p. tables included

(Issued also in Spanish)

UNITED NATIONS. Economic and Social Council

Etudes des conditions économiques en Afrique, 1960-1964.
2 vol.

N.Y., 23 Mai 1967.

USSR. State Committee of the USSR Council of Ministries of Science and Technology
Main principles of the present national planning of the USSR. Moscow, 1967.
18p.

VARLET, Henri

Analyse de la situation de l'enseignement et problèmes d'éducation au Burundi.
s.l., Mai 1967.
24p. processed

WIDMAIER, Hans Peter

Educational planning in West Germany. Reprinted from "The World Year Book of Education, 1967". London, Evans, 1967.
Unpaged

YOUNG, T.C.

Irak, estimates of the numbers of secondary school teachers needed each year from 1967/8 to 1971/2. s.l., 1967.
18p. processed.

ZAMBIA, Republic of

First national development plan, 1966-1970. Lusaka, Office of National Development Planning, July 1966.
288p. tables, annexures, maps included.
